

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS CORA CORALINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM GEOGRAFIA
MESTRADO EM GEOGRAFIA

KARLA TEIXEIRA DE AGUIAR NASCIMENTO

QUILOMBOLIZAR *KALUNGA*: DE PESQUISADOS A PESQUISADORES

GOIÁS-GO, 2023

KARLA TEIXEIRA DE AGUIAR NASCIMENTO

QUILOMBOLIZAR *KALUNGA*: DE PESQUISADOS A PESQUISADORES¹

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em Geografia/PPGEO, da Universidade Estadual de Goiás - Campus Cora Coralina, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Lorraine Gomes da Silva.

GOIÁS-GO, 2023

¹ O título foi inspirado na fala da mestranda em linguística Universidade de Brasília (UnB), Renaldete Pereira dos Santos, trazendo a inquietação sobre o lugar do *Kalunga* na produção científica e na busca por direitos.

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

Dados do autor

Nome completo: KARLA TEIXEIRA DE AGUIAR NASCIMENTO

Email: karlauegeo@gmail.com

Dados do trabalho

Título: "QUILOMBOLIZAR KALUNGA: de pesquisados a pesquisadores."

Tipo:

Tese Dissertação

Curso/Programa: Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Cora Coralina.

Concorda com a liberação documento

SIM NÃO

¹Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

Goias, 26 de outubro de 2023.



Assinatura autor



Assinatura do orientador

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

N244q Nascimento, Karla Teixeira de Aguiar.
Quilombolizar “Kalunga” : de pesquisados a pesquisadores [manuscrito] / Karla Teixeira de Aguiar Nascimento. – Goiás, GO, 2023.
167 f. ; il.

Orientadora: Profa. Dra. Lorraine Gomes da Silva.
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2023.

1. Geografia popular. 1.1. Território Kalunga.
1.2. Movimento quilombola. 1.2.1. Resistência quilombola. 1.2.2. Luta quilombola. I. Título.
II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.

CDU: 911.37(817.3)

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971


UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
(Criada pela lei nº 13.456 de Abril de 1999, publicada no DOE-GO de 20 de Abril de 1999)
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu
UEG CÂMPUS CORA CORALINA
Av. Dr. Deusdeth Ferreira de Moura Centro - GOIÁS CEP: 76600000
Telefones: (62)3936-2161 / 3371-4971 Fax: (62) 3936-2160 CNPJ: 01.112.580/0001-71

ATA DE EXAME DE DEFESA 13/2023


Aos vinte e seis dias do mês de outubro de dois mil e vinte e três às nove horas, realizou-se o Exame de Defesa de dissertação do(a) mestrando(a) **KARLA TEIXEIRA DE AGUIAR NASCIMENTO**, intitulado: **“QUILOMBOLIZAR KALUNGA: DE PESQUISADOS A PESQUISADORES”**. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores doutores: LORRANNE GOMES DA SILVA (Presidente - PPGeo/UEG), ROSSELVELT JOSÉ SANTOS (UFU) e ANA CAROLINA OLIVEIRA MARQUES (PPGeo/UEG). Os membros da banca fizeram suas observações e sugestões, as quais deverão ser consideradas pela mestranda e sua orientadora. Em seguida, a banca examinadora reuniu-se para proceder à avaliação do exame de defesa. Reaberta a sessão, o presidente da banca examinadora, Profa Dra. LORRANNE GOMES DA SILVA proclamou que a dissertação encontra-se aprovada.

Cumpridas as formalidades de pauta, às 13:00 horas a presidência da mesa encerrou esta sessão do Exame de Defesa e lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da banca examinadora.


Goiás-GO, 26/10/2023

Documento assinado digitalmente
 LORRANNE GOMES DA SILVA
Data: 31/10/2023 20:48:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa. Dra. LORRANNE GOMES DA SILVA (Presidente)

Documento assinado digitalmente
 ROSSELVELT JOSE SANTOS
Data: 31/10/2023 21:54:23-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. ROSSELVELT JOSÉ SANTOS (UFU)

Documento assinado digitalmente
 ANA CAROLINA DE OLIVEIRA MARQUES
Data: 14/11/2023 09:24:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profa Dra. ANA CAROLINA OLIVEIRA MARQUES (PPGeo/UEG)



Elaboração: Rede Kalunga Comunicação.

Dedico esta pesquisa ao povo *Kalunga* que me é exemplo de resiliência, força ancestral e re-existência.

Às minhas amoras Ana e Maria, anjos de luz a mim confiados.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao universo pela oportunidade que me foi dada de acessar, ingressar e permanecer no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) em um momento que nos foi tão difícil como brasileiros, pois re-existimos a uma pandemia e a um período turvo da política nacional.

Aos meus pais Edith e Emi, que me são exemplo, referência de determinação, cuidado e amparo.

Às minhas filhas Ana e Maria que vivenciaram todos os momentos comigo, duas forças fundantes neste processo de retorno à universidade através do mestrado em Geografia.

Ao povo Kalunga de Cavalcante, minha gratidão. Mostraram-me por qual caminho percorrer, segurando-me às vezes pela mão, com a firmeza que a luta nos requer.

A partir da Dra *Honoris Causa* Iaiá Procópio dos Santos Rosa, mulher que carrega perfume no nome, que iniciou esta trajetória de Quilombolizar a universidade, referencio a ancestralidade Kalunga.

Para agradecer àqueles e àquelas que iniciaram a luta pela educação dentro das comunidades *Kalunga* de Cavalcante, abraço Iaiá Dainda (Natalina dos Santos Rosa) mulher que tem consigo a realeza de África, que além de tecer suas peças no tear, buscou por professores para a comunidade do Vão de Almas em um tempo que o ir e vir era feito no lombo de animais ou a pé em trilheiros ao longo das serras.

Uso da representatividade do prefeito de Cavalcante Vilmar Souza Costa, para referendar a todos/as que enxergam a luta social não partidária como forma de re-existir as opressões.

Direciono também meus agradecimentos à Associação Quilombola Kalunga em nome do atual presidente Carlos Roberto Pereira da Conceição que muito me auxiliou no período da pesquisa, na acolhida nos momentos de campo, dentro e fora da comunidade.

Agradeço ao professor Me. Adão Fernandes da Cunha, que conforme reconheceu professor Rosselvelt, é um intelectual orgânico da comunidade Vão de Almas, que prontamente aceitou o meu convite para participar da banca de qualificação da pesquisa. Arelada a sua representação, agradeço a todos/as professores/as *Kalunga* que participaram da realização da metodologia: Alexandrina Ferreira da Silva Lima, Delaine Godinho, Josimar, Katiele Lacerda, Nilça Fernandes dos Santos, Reinaldo dos Anjos Sousa e Wanderleia dos Santos Rosa.

Teço um agradecimento especial a Nilcia Ribeiro dos Santos, que me acolheu em Cavalcante sem nem mesmo me conhecer pessoalmente, pois nossas trocas até então eram de

forma remota, e mesmo assim me cedeu um quarto em sua casa, até me confiou a companhia de sua filha Ana Luíza. Muito obrigada!

Ainda falando de mulheres de acolhida, não posso deixar de mencionar o nome de Maria Lúcia (Secretária de Igualdade Racial de Cavalcante) ou simplesmente Malú, também conhecida como a mamãe de Dandara; além da Marta Faria, a saudosa Marta *Kalunga*, dona e proprietária de um coração gigante e da Casa Memória Mulher *Kalunga*, um lugar que exala energia ancestral; à Lucilene *Kalunga*, grande representatividade feminina no espaço político de Goiás, agradeço pela prontidão, por sempre acrescentar; à Vercilene Francisco Dias que faz história com seu exemplo, o meu muito obrigada. À jovem Auciléia Torres, sempre alegre, prestativa, agradeço a escuta, por compartilhar registros tão significativos.

Engatilhada ao contexto educação, teço meus agradecimentos à professora Dra Givânia Maria Silva, uma grande inspiração na luta pela Educação Escolar Quilombola, aos professores Dr. Rosselvelt José dos Santos (quem me convidou para fazer parte do Grupo de Estudos vinculado ao Laboratório de Geografia Cultural e Turismo (LAGECULT).

Meus agradecimentos ao professor Dr. Edevaldo Aparecido de Souza; a professora Dra. Lorraine Gomes da Silva (minha orientadora, amiga e uma grande incentivadora); a professora Dra. Ana Carolina Oliveira Marques (que acordou minha escrita através do uso das crônicas como processo metodológico da disciplina Educação geográfica nos territórios de Cerrado); à minha referência feminina na universidade, professora Dra. Maria Geralda de Almeida (*in memóriam*); ao amigo e também professor Me. Uelinton Barbosa Rodrigues pelo apoio e logística na pesquisa de campo realizada no Vão do Moleque e Vão de Almas; ao professor Dr. Eguimar Felício Chaveiro pelas trocas que me renderam além de boas reflexões um caderno de anotações e ao professor e coordenador do Programa de Pós-Graduação em Geografia Dr. Ricardo Gonçalves pelo apoio nas ações vinculadas a Políticas e Ações Afirmativas nos Programas de Pós-Graduações da UEG.

Aos colegas do Grupo de Estudos de Pesquisa e Leituras em Geografia Cultural, meu sincero agradecimento, pois estar com vocês é também relembrar orientações, vivências com a professora Maria Geralda de Almeida. Ao coletivo de leitura Leia Mulheres Anápolis, que me é um afago, pois a literatura me revela o mundo, sujeitos; ao coletivo político sociocultural Escola da Praça (Juscelino Colonial, Roneide Braga, Vânia Arantes, Joelma Silva, Édna Eloi, Marta Brandão, Pedro Caixeta, Simone Athayde, Leni, Cleide Cunha, Marcos Carvalho, Elza Gabriela, e tantos outros/as), agradeço pela acolhida e diálogos tecidos a partir do cenário político brasileiro, pelas travessias poéticas no Caminho de Cora, pelas trocas a partir de Paulo Freire. Agradeço ainda a Ariel Von Ocker, mentora do coletivo de pessoas escritoras da Revista

Ikebana, pela oportunidade de crescimento a partir da participação da equipe editorial da revista.

Estendo meus agradecimentos à Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Estadual de Goiás, na pessoa do Pró-Reitor professor Dr. Cláudio Stacheira, pois me proporcionaram amadurecimento diante das lutas do movimento estudantil na pós-graduação UEG, enquanto estive como representante discente.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia, os quais tive contato no momento da realização das disciplinas e para além delas: Auristela Costa, Edson Silva, Jean Santos, José Carlos Souza, Júlio Borges, Murilo Souza, Ricardo Gonçalves, Thatiana Salgado, Vera Lúcia Pessôa e Vinícius Druciaki.

Aos meus colegas de turma do PPGE0 2021 meus agradecimentos, em especial ao Ozimo Mendonça Neto, um amigo que o programa me apresentou (que tanto me escutou e contribuiu), ao talentoso Eliézer Carvalho por sua escuta amiga, paciência. Warley por sua amizade. Às colegas Eulina Marques e Danielle Cristina pela companhia nas disciplinas e pelas ruas da poética Goiás. Ao colega Wanderson Barbosa (PPGEO 2022), parceiro de escrita, muito obrigada pela companhia.

Por fim, agradeço às tramas do “sagrado e do secreto”² que me permitiram chegar às “portas do território Kalunga” e enxergá-lo por dentro, segurando nas mãos de tantos.

² Expressão utilizada na abertura da Sessão “A história de um povo”, sem autor identificado/ data. Disponível em <https://quilombokalunga.org/press/>. Acesso: julho, 2023.

“Eu sou porque nós somos!”
Filosofia sul-africana *Ubuntu*

RESUMO

A presente pesquisa se ancora no léxico quilombolizar, o qual tem base teórica-conceitual e epistêmica na Geografia popular, pensada a partir de uma *práxis* decolonial e contra hegemônica. Nesse sentido, a proposta elegeu como parceiros/as da análise a comunidade quilombola *Kalunga* de Cavalcante (Go), que contribuiu na compreensão do processo de autoafirmação étnica do povo *Kalunga*, a começar pela luta da titulação do território, ao acesso a políticas públicas de direito, como a educação, que aqui é vista como um instrumento de luta popular para a consolidação de territorialidades. O enredo parte da inquietação trazida por Lima (2012), que afirma que o principal motivo que levava o *Kalunga* a se reconhecer como tal era a necessidade de acesso ao território. Diante disso, atualmente, sob resquícios das pressões de um governo neoliberal, o que contribui para a autoafirmação étnica do/a *Kalunga*? À luz desse contexto, analisou-se a trajetória do *Kalunga* desde a luta e re-existência para a regularização do território à conquista de outras territorialidades como a universidade na perspectiva do protagonismo diante da trajetória – pesquisados/as a pesquisadores/as. Assim, a pesquisa se justifica por ser uma ferramenta de reforço da luta do movimento quilombola, da luta e re-existência *Kalunga*, que aponta os desafios e os meandros das conquistas obtidas como coletivo e como sujeitos. Nesse sentido sua importância está no diálogo tecido para compreender os anseios do povo para assim traçar um panorama futuro, que está ancorado na ancestralidade, na coletividade e no simbólico. Como a análise parte da categoria território, a pesquisa perpassa pela base teórica consolidada por Karl Marx (2016), Reclus (2002), Raffestin (1993), Souza (2015), Haesbaert (2004). Além disso, para se aproximar da leitura territorial popular, latina, dialogou-se com as propostas de Walsh e Salazar (2015), Quijano (2005), Grosfoguel (2010), Fanon (2022), Fals Borda (1978), Mignolo (2008), Porto-Gonçalves (2002) e Saquet (2022). A base teórica permeou por toda a trajetória de escrita, assim autores como Nascimento (1978), Moura (1992), Ratts (2007), Munanga (1994), Maria Beatriz Nascimento (1989) sustentaram o diálogo que parte do quilombo, enquanto seu histórico em Goiás foi abordado com o auxílio da escrita de Silva (2003), Palacin (1997), Costa (2013), Salles (1992), além de Dias (2019), Cunha (2018 e 2020), Silva (2012), Gomes (2003), Rosa (2016), Santos (2021) que contribuíram na tecitura a partir da educação. Além do levantamento teórico e documental, o trabalho de campo se fez imprescindível e teve aprovação do Comitê de Ética da Universidade Estadual de Goiás em março de 2022. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa, adentrou-se no território, tateando a realidade dos participantes (Alentejano e Rocha-Leão, 2006). Assim, usou-se do trabalho de campo para compreensão das particularidades (Marafon, 2009) que envolvem a comunidade quilombola de Cavalcante (GO). Para apresentar o efeito esperado da pesquisa, o campo foi pensado através do uso das técnicas metodológicas, logo, utilizou-se de rodas de conversa, como o suporte de Moura e Lima (2014) e Lisbôa (2019). Fez-se o uso de entrevistas estruturadas e questionários amparados por Chizzotti (2009). Além disso, os registros fotográficos (Frasson (2021), também foram fundamentais para revelar a realidade abordada. Contudo, através da organização dos quatro capítulos, propõe -se um conceito pautado na luta quilombola, e uma reflexão sobre a potencialidade do uso do termo na e pela Geografia, bem como na luta e re-existência quilombola *Kalunga*.

Palavras – chave: Território. Luta e re-existência quilombola. Quilombolizar *Kalunga*. Educação.

RESUMEN

Esta investigación se ancla en el léxico de la quilombolización, que tiene una base teórico-conceptual y epistémica en la geografía popular, a partir de una praxis decolonial y contrahegemónica. En este sentido, la propuesta eligió como interlocutores en el análisis a la comunidad quilombola Kalunga de Cavalcante (Go), que contribuyó a la comprensión del proceso de autoafirmación étnica del pueblo Kalunga, a partir de la lucha por la titularidad de la tierra y el acceso a políticas públicas como la educación, que es vista aquí como un instrumento de lucha popular para consolidar la territorialidad. La trama se basa en las preocupaciones planteadas por Lima (2012), quien afirma que la principal razón por la que los kalunga se reconocieron como tales fue la necesidad de acceder al territorio. Frente a esto, hoy, bajo la presión de un gobierno neoliberal, ¿qué contribuye a la autoafirmación étnica de los kalunga? A la luz de este contexto, se analizó la trayectoria de los Kalunga, desde la lucha y re-existencia por la regularización del territorio hasta la conquista de otras territorialidades como la universidad desde la perspectiva del protagonismo frente a la trayectoria - investigado a investigador. Así, la investigación se justifica por ser una herramienta para reforzar la lucha del movimiento quilombola, la lucha y la re-existencia Kalunga, que señala los desafíos y los entresijos de las conquistas alcanzadas como colectivo y como sujeto, en este sentido, su importancia radica en el diálogo tejido para comprender los deseos del pueblo con el fin de trazar un panorama futuro, que se ancla en la ancestralidad, la colectividad y lo simbólico. Como el análisis se basa en la categoría de territorio, la investigación recurre a las bases teóricas consolidadas por Karl Marx (2016), Reclus (2002), Raffestin (1993), Souza (2015) y Haesbaert (2004) para acercarse a la lectura territorial popular, Este diálogo se basó en las propuestas de Walsh y Salazar (2015), Quijano (2005), Grosfoguel (2010), Fanon (2022), Fals Borda (1978), Mignolo (2008), Porto-Gonçalves (2002) y Saquet (2022). La base teórica permeó toda la trayectoria del escrito, así autores como Nascimento (1978), Moura (1992), Ratts (2007), Munanga (1994) apoyaron el diálogo iniciado con el quilombo, donde su historia en Goiás se abrió con la ayuda del escrito de Silva (2003), Palacin (1997), Costa (2013), Salles (1992), así como de Dias (2019), Cunha (2018 y 2020), Silva (2012), Gomes (2003), Rosa (2016), Santos (2021) que contribuyeron a tejer la educación. Además de la investigación teórica y documental, el trabajo de campo fue esencial y fue aprobado por el Comité de Ética de la Universidad Estatal de Goiás en marzo de 2022. Por tratarse de una investigación cualitativa, nos adentramos en el territorio, sondeando la realidad de los participantes (Alentejano y Rocha-Leão, 2006), en este sentido, utilizamos el trabajo de campo para comprender las particularidades (Marafon, 2009) que envuelven a la comunidad quilombola de Cavalcante (GO). Para lograr el efecto esperado de la investigación, el campo fue diseñado utilizando técnicas metodológicas, tales como círculos de conversación, con el apoyo de Moura y Lima (2014) y Lisbôa (2019), entrevistas estructuradas y cuestionarios, con el apoyo de Chizzotti (2009). Además, los registros fotográficos (Frasson (2021)) también fueron fundamentales para revelar la realidad abordada. Sin embargo, a través de la organización de los cuatro capítulos, proponemos un concepto basado en la lucha quilombola, y una reflexión sobre el potencial uso del término en y por la Geografía, así como en la lucha y reexistencia quilombola de Kalunga.

Palabras clave: Territorio. Lucha y reexistencia quilombola, Quilombolizando Kalunga. Educación.

ABSTRACT

This research is anchored in the quilombolizar lexicon, which has a theoretical-conceptual and epistemic basis in popular geography, based on a decolonial and counter-hegemonic praxis. In this sense, the proposal chose as partners in the analysis the Kalunga quilombola community of Cavalcante (Go), which contributed to understanding the process of ethnic self-affirmation of the Kalunga people, starting with the struggle for land titling and access to public policies, such as education, which is seen here as an instrument of popular struggle for the consolidation of territorialities. The plot is based on the concerns raised by Lima (2012), who states that the main reason why the Kalunga recognized themselves as such was the need to access the territory. Given this, what contributes to the ethical self-affirmation of the Kalunga today, because of the pressures of a neoliberal government? In the light of this context, we analyzed the Kalunga's trajectory from the struggle and re-existence for the regularization of the territory to the conquest of other territorialities such as the university from the perspective of protagonism in the face of the trajectory - researched to researcher. Thus, the research is justified because it is a tool to reinforce the struggle of the quilombola movement, of Kalunga lura and re-existence, which points out the challenges and the intricacies of the conquests obtained as a collective and as subjecto, in this sense its importance lies in the dialog woven to understand the desires of the people in order to outline a future panorama, which is anchored in ancestry, collectivity, and the symbolic. As the analysis is based on the category of territory, the research draws on the theoretical basis consolidated by Karl Marx (2016), Rechus (2002), Raffestin (1993), Souza (2015) and Haesbaert (2004) in order to get closer to the popular territorial reading, We dialogued with Walsh and Salazar (2015), Quijano (2005), Grosfoguel (2010), Fanon (2022), Fals Borda (1978), Mignolo (2008), Porto-Gonçalves (2002) and Saquet (2022). The theoretical basis permeated the entire trajectory of the writing, so authors such as Nascimento (1978), Moura (1992), Ratts (2007), Munanga (1994) supported the dialog that started with the quilombo, where its history in Goiás was opened up with the help of Silva's (2003) writing, Palacin (1997), Costa (2013), Salles (1992), as well as Dias (2019), Cunha (2018 and 2020), Silva (2012), Gomes (2003), Rosa (2016), Santos (2021) who contributed to the weaving of education. In addition to the theoretical and documentary survey, fieldwork was essential and was approved by the Ethics Committee of the State University of Goiás in March 2022. As this is qualitative research, we entered the territory, probing the reality of the participants (Alentejano and Rocha-Leão, 2006), in this sense, fieldwork was used to understand the particularities (Marafon, 2009) surrounding the quilombola community of Cavalcante (GO). In order to achieve the expected effect of the research, the field was designed using methodological techniques, such as conversation circles, supported by Moura and Lima (2014) and Lisbôa (2019), structured interviews and questionnaires, supported by Chizzotti (2009). In addition, photographic records (Frasson (2021)) were also fundamental in revealing the reality addressed. However, through the organization of the four chapters, we propose a concept based on the quilombola struggle, and a reflection on the potential use of the term in and by Geography, as well as in the Kalunga quilombola struggle and re-existence.

Key words: Territory. Quilombola struggle and re-existence, Quilombolizar Kalunga. Education.

LISTA

Quadro 1 - Unidades escolares do município de Cavalcante (GO).....	110
Quadro 2 - Ausência de infraestrutura das escolas quilombolas	116

LISTA DE FIGURA

Figura 1 - Sant' Ana, padroeira da cidade de Cavalcante	11
Figura 2 - Pouso da folia de Nossa Senhora de Sant' Ana.....	21
Figura 3 - Técnicas metodológicas aplicadas.....	22
Figura 4 - Estrada vicinal dentro do Vão do Moleque/ Cavalcante (Go).....	23
Figura 5 - Almoço na Escola Santo Antônio no Vão de Almas.....	24
Figura 6 - Escola itinerante Extensão Kalunga 1/ SEDUC (GO): produção de pulseiras com crianças.....	24
Figura 7 - Campeonato de futebol masculino	25
Figura 8 - Participação no Aquilombar 2022 em Brasília.....	28
Figura 9 - Mesa Redonda “A luta do povo quilombola e a conquista de “novos” territórios”.....	29
Figura 10 - Participação no V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Quilombolas Kalunga	30
Figura 11 - Divulgação do Censo Quilombola – IBGE, Brasília.....	31
Figura 12 - Sussa Kalunga (dança tipicamente feminina).	32
Figura 13 - Colégio Kalunga I – Extensão Vão de Almas	38
Figura 14 - Entrada da Cidade de Cavalcante (GO).	42
Figura 15 - Escultura do Bartolomeu Bueno da Silva, na região central de Goiânia (GO). ...	44
Figura 16 - Anexo”B”, folha 31 e 31v, Cartório de Registro de imóveis e anexos de Cavalcante (GO) ,1838.	45
Figura 17 - Monumento na praça Diogo Teles Cavalcante, praça central de Cavalcante (Go).	46
Figura 18 - Característica hídrica e geomorfológica do território Kalunga em Cavalcante (Vão do Moleque).....	48
Figura 19 - Mapa de localização dos municípios compreendidos no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga.	49
Figura 20 - Via de acesso aos bairros adjacentes ao Cavalcantinho	50
Figura 21 - Av. São Paulo no bairro Morro Encantado	50
Figura 22 - Horta urbana no bairro Morro Encantado.....	51
Figura 23 - Cerca de feijão guandu (vulgo andu).	51
Figura 24 - Gráfico de origem dos entrevistados (mapeamento de acesso ao ensino superior).	52
Figura 25 - Declaração étnica emitida pela Associação Quilombo Kalunga.....	53
Figura 26 - Sede da Associação Quilombo Kalunga em Cavalcante.....	54
Figura 27 - Território Kalunga.....	55
Figura 289 - Território Simbólico Kalunga	61
Figura 298 - Território Funcional Kalunga.....	61
Figura 30 - Produção de Farinha Kalunga	62
Figura 31 - Calendário Agrícola Kalunga (Manejo da Mandioca)	63
Figura 32 - Horta suspensa no Vão de Almas.....	65
Figura 33 - Império Kalunga.....	66
Figura 34 - Ornamentação dos cabelos de mulheres e crianças Kalunga	66
Figura 35 - Complexo do Canjica – piscina de borda infinita	67
Figura 36 - Guia Kalunga no Turismo de Base Comunitária.....	68

Figura 37 - Arquitetura vernacular Kalunga na comunidade Vão de Almas.....	69
Figura 38 - Manchete Marcha Zumbi dos Palmares (1995), Brasília	102
Figura 39 - Localização das Unidades Escolares Extensão Kalunga I.....	109
Figura 40 - Prédio escolar na comunidade Engenho II que recebe uma extensão do Colégio Kalunga I	111
Figura 41 - Quantidade de escolas quilombolas no Censo da Educação Básica 2020.	114
Figura 42 - Número de Matrículas nas escolas quilomboas- Censo da Educação Básica 2020	115
Figura 43 - Número de professores em escolas quilombolas – Censo da Educação Básica 2020.	115
Figura 44 - Presença da escola na Romaria de Nossa Senhora do Livramento e São Gonçalo	117
Figura 45 - Transporte escolar utilizado pelas escolas do município de Cavalcante (Go).....	121
Figura 46 - Transporte utilizado pela comunidade quilombola Kalunga de Cavalcante.	122
Figura 47 - Veículo traçado utilizado para o transporte da merenda escolar no território Kalunga de Goiás.	123
Figura 48 - 15 anos do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), da Universidade de Brasília (UnB)	124
Figura 49 - Ações e Políticas Afirmativas na Pós-Graduação da Universidade Estadual de Goiás.....	128
Figura 50 - Total de entrevistados que estudaram nas escolas rurais do município de Cavalcante (Go).	130
Figura 51 - Ano da formação acadêmica	130
Figura 52 - Acesso a bolsa permanência.....	131
Figura 53 - Número de Kalunga que retornaram ou não pra comunidade após formação ...	132
Figura 54 - Situação do formado/ trabalhador no momento da entrevista.....	132
Figura 55 - Mística no V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Quilombolas Kalunga	134

LISTA DE ANEXOS

Parecer Consubstanciado Comitê de Ética em Pesquisa/ Universidade Estadual de Goiás
Questionário – formulário *Google forms*
Questionário Físico
Roteiro de entrevista

LISTA DE SIGLAS

ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias
ADI – Ação Direta de Inconstitucionalidade
AGU – Advocacia Geral da União
AQK – Associação Quilombo Kalunga
CEB – Câmara de Educação Básica
CEPF – Fundo Internacional de Parceria para Ecossistemas Críticos
CF – Constituição Federal
CCDRU - Contrato de Concessão de Direito Real de Uso
CONAB – Companhia de Abastecimento
CONAE – Conferência Nacional de Educação
CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Quilombolas.
CNE – Conselho Nacional de Educação
CP – Código Penal
CRE – Coordenação Regional de Educação
DEM – Democratas
EBC – Empresa Brasil de comunicação
EEQ – Educação Escolar Quilombola
EIA – Estudo de Impacto Ambiental
EJA – Educação de Jovens e Adultos
FICA – Festival Internacional de Cinema Ambiental
GTI – Grupo de Trabalho Interministerial
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDAGO – Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IESA – Instituto de Estudos Socioambientais
IFG – Instituto Federal de Goiás
LABOTER – Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LEDOC – Licenciatura em Educação no Campo
MEC – Ministério da Educação
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MNU – Movimento Negro Unificado
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OUA – Organização da União Africana
PAAfs – Política de Ações Afirmativas
PBQ – Programa Brasil Quilombola
PPGEO – Programa e Pós-Graduação em Geografia.
PROUNI – Programa Universidade para Todos
PSL – Partido Social Liberal
RTID – Relatório Técnico de Identificação
SEDUC-GO – Secretaria Estadual de Educação de Goiás
SEPPIR – Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade Racial
STF – Supremo Tribunal Federal
TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TEN – Teatro Experimental do Negro
TICAA – Território e Áreas Conservadas por Comunidades Indígenas e Locais
UNIÃO – União Brasil
UEG – Universidade Estadual de Goiás
UFG – Universidade Federal de Goiás
UNB – Universidade de Brasília
UFT – Universidade Federal do Tocantins

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO		12
CAPÍTULO 01	METODOLOGIA	17
CAPÍTULO 02	KALUNGA DE GOIÁS: TERRITÓRIO DE CAVALCANTE (GO) E SUAS TERRITORIALIDADES	33
2.1	Os <i>Kalunga</i> do estado de Goiás	34
2.1.1	Adentrando em Cavalcante (GO)	43
2.2	Território e Territorialidades: da categoria geográfica à espacialização dos <i>Kalunga</i> de Cavalcante	56
CAPÍTULO 03	QUILOMBOS NO BRASIL: A LUTA PELO RECONHECIMENTO	71
3.1	A luta pelo reconhecimento quilombola no Brasil e em Goiás	74
3.1.1	Regularização do território quilombola <i>Kalunga</i> (GO)	83
3.2	Quilombolizar: a trajetória do conceito	88
3.2.1	Abdias do Nascimento e o Quilombismo	88
3.2.2	Maria Beatriz Nascimento: Movimento Negro a partir do Quilombo	93
3.2.3	Clovis Moura e o Aquilombar	95
3.2.4	Quilombolizar por Aguiar-Nascimento	97
CAPÍTULO 04	QUILOMBOLIZAR <i>KALUNGA</i>: DA EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA À UNIVERSIDADE	99
4.1	Educação Escolar Quilombola: Processo político e normativo	100
4.1.2	Educação Escolar Quilombola: territorialidade <i>Kalunga</i>	110
CONSIDERAÇÕES FINAIS		136
REFERÊNCIAS		139
APÊNDICES		155

Figura 1 - Sant' Ana, padroeira da cidade de Cavalcante



Fonte: Autora, Pesquisa de Campo (2022).

INTRODUÇÃO

³Oração

Aos Santos e Santas que protegem esta terra, peço permissão
 Com estima e respeito por este povo
 Palmilho este território o qual tenho devoção
 Salve o povo *Kalunga* que com r-existência promove a ressignificação.
 Tocar o chão é preciso
 Estar-se-á em um território de lonjuras
 De retas que mergulham na curva da serra
 De “dádivas naturais e gratuitas” que r-existiram com seu povo
 Sustentados pela força ancestral saíram do eito,
 Ocupam espaços, buscam por seus direitos.
 Saberes, fazeres, da comunidade à cidade
 Eram poucos na escola e menos ainda na universidade
 Mas com luta quilombolizam
 Têm orgulho de serem *Kalunga*
 Sua história ressignificam.
 (Aguiar-Nascimento, 2022)

Palmilhe por este chão que ora será literário, ora acadêmico demais, que apresenta humanidades que nos chamam a fortalecer a luta por direitos das comunidades *Kalunga*⁴ de Cavalcante- Goiás:

Em 2006, através de uma aula campo realizada pela disciplina de Geografia Agrária, conduzida pela professora Especialista Maria Aparecida Araújo (*in memoriam*) e pela professora Dra Andréia de Oliveira Arruda, da Universidade Estadual de Goiás, teve-se o primeiro contato com a comunidade quilombola *Kalunga* de Cavalcante por meio da Romaria de São Gonçalo e de Nossa Senhora do Livramento no Vão do Moleque.

Toda aquela movimentação de subida e descida dos vãos⁵ maravilhou os olhos de quem ainda enxergava aqueles sujeitos pelo lado de fora, mas já se reconhecia os esforços feitos por todos e todas que ali estavam, pois, as lonjuras eram muitas, assim como a dificuldade de acesso naquele recorte espacial que parecia desmembrado do restante do país.

Era o Brasil real, isto é, um retrato do Brasil profundo tão falado por Oliveira Vianna (1938), constituído não somente pela política, pela cultura, mas principalmente pela relação com a terra e seu interior, a morfologia e as geografias do espaço habitado.

Em torno daquele Brasil africanizado, percebeu-se uma desconhecida sociobiodiversidade, este aspecto atraía pesquisadores do país inteiro. A partir disso, viu-se

³ Trecho retirado da crônica Oração, por Karla Teixeira de Aguiar- Nascimento.

⁴ O léxico étnico *Kalunga* é uma palavra estrangeira (ABNT NBR 10520), ligada ao povo africano Bantu, que foi incorporada na língua portuguesa, mas possui distintos significados conforme seu uso linguístico, histórico e filosófico. Abordar-se-á nesta pesquisa a expressão em itálico quando se referir ao coletivo, evidenciando sua origem.

⁵ Conforme Bigarella, Mousinho e Silva (2016), vãos são pediplanos, formações do período cenozoico, as quais apresentam significado cíclico e dependem, a partir do modelo davisiano, de estabilidade crustal.

neste primeiro momento o quanto a comunidade quilombola era assediada, considerada objeto de análise, pois muitos acadêmicos assim como instituições, institutos, os usavam para a realização de suas pesquisas sem aprovação prévia de seus representantes e tão pouco sem devolutivas que os alavancassem.

Prova disso foi o que aconteceu com a Baunilha do Cerrado, no período de 2016 a 2018⁶, quando um instituto renomado patenteou a especiaria e obteve financiamento para realização de pesquisas sem repassar à comunidade o acordado e conforme a Associação Quilombo *Kalunga* (AQK)⁷, que desde 1999 representa e responde por todo o território em Goiás, não autorizaram nada sobre registros.

Diante de todos os usos e abusos ocorridos mesmo após a titulação do território⁸ *Kalunga* de Goiás, coube à comunidade re-existir⁹ às pressões produzidas por um modelo econômico que herdou do período escravista a opressão estrutural, atualizada constantemente para atender às ideologias dominantes.

A partir da re-existência *Kalunga* frente aos cercamentos impostos pelo capital, posiciona-se com a comunidade quilombola, utilizando de Djamila Ribeiro (2017) em “O que é: lugar de fala?”, pois ainda não se tenha relação ancestral com a comunidade Quilombola *Kalunga* de Goiás, compartilho e defendo suas lutas e re-existências.,

Diante disso, em 2020, participou-se como ouvinte da disciplina Comunidades Tradicionais: o saber/fazer nas relações socioculturais, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina, conduzida pela professora Dra. Lorraine Gomes da Silva e o professor Dr. Edevaldo Aparecido Souza. Pôde-se então participar do lançamento do Dossiê do Cerrado organizado pela Revista

⁶ Conforme nota publicada no site “De olho nos ruralistas: Observatório do agronegócio no Brasil” em 17 de julho de 2019.

⁷ Associação Quilombo *Kalunga*: conforme seu Estatuto e Regimento Interno, ela foi constituída na forma de sociedade civil, sem fins lucrativos e sem finalidade econômica em 10 de outubro de 1999, com personalidade distinta de seus associados, destinada a promover a defesa dos interesses de todas as comunidades do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural *Kalunga*, circunscrito aos municípios de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás, bem como representá-los em todas as instâncias legais e administrativas, tendo como princípios, a ética, a cooperação solidária e a autogestão das demais associações.

⁸ O território do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural *Kalunga* dos municípios de Cavalcante, Teresina de Goiás e Monte Alegre de Goiás foi devidamente reconhecido, certificado como remanescente das comunidades de quilombos pelo Decreto Presidencial 4.887/03, publicado no Diário Oficial da União.

⁹ O conceito de re-existir abordado nesta produção geográfica, é fundado em Porto-Gonçalves (2001), Hurtado e Porto-Gonçalves (2022) onde a concepção do termo assenta no contexto latino-americano, e se respalda no cerne das lutas sociais que propõe uma revisão das *práxis* teóricas para interpretar o produzido nos territórios e nas “disputas históricas e cotidianas” (HURTADO e PORTO-GONÇALVE, P. 3, 2022). Para uma análise alinhada ao movimento negro, o conceito de re-existir está ancorado em Souza (2009) e Santos e Santos (2022), que o definem como uma estratégia do movimento negro no processo de retomada das narrativas sequestradas (diáspora negra) pelo colonialismo, dessa forma, o léxico se consolida ao passo que as narrativas utilizam de epistemologias pensadas na dialética negra.

Éliése do mesmo programa. O evento contou com a presença do professor Dr. em Antropologia, Carlos Rodrigues Brandão (*in memoriam*) e da representante do Coletivo de Comunicação da Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Maryellen Crisóstomo.

Na ocasião, Brandão provocou os interlocutores com seus relatos que clarearam, com muita sensibilidade, as vivências de sujeitos inseridos no Cerrado. O autor trouxe também evidências de sua relação com o movimento campestino, com os saberes e fazeres de comunidades tradicionais ao afirmar que “a academia o fez mestre, doutor, mas foi gente do povo, com quem conviveu intimamente, que o fizeram um sabedor.”¹⁰

Escutar Brandão naquele dia, assim como Maryellen Crisóstomo, foi decisivo, era hora de retornar para a universidade através do mestrado em Geografia, depois de oito anos distante, era uma decisão desafiadora, reuniu-se as forças que existiam e re-existiu-se às inúmeras pressões que surgiram até aqui.

Com os sujeitos definidos, qual seria a temática a ser seguida? A resposta também foi dada por Brandão ao fazer uma referência a Miguel Arroyo¹¹, que considera o currículo como um território em disputa, o autor referido ainda reforça que o povo e sua luta devem conquistar outros territórios, sendo eles, a escola, e a universidade.

Diante disso, e tendo como parâmetro a eleição do primeiro prefeito Kalunga em Cavalcante (GO), no ano de 2020, Vilmar Souza Costa, que marcou também a política nacional, por ser o primeiro representante quilombola eleito para assumir um cargo eletivo, pôde-se pensar em quem seriam os sujeitos participantes que auxiliariam na proposta, mesmo que ela tenha passado por consideráveis mudanças.

A luz disso, depois de muito escutar o movimento quilombola e a própria comunidade *Kalunga* de Goiás, compreendeu-se que para tratar a educação como um direito dentro da luta e re-existência quilombola, partir-se-ia do território, pois tudo inicia ai, sem território não há direitos.

Por ser uma pauta cara para o movimento quilombola, assim como para o povo Kalunga, o tema aproximou-se dos anseios da comunidade, pois mais que embasamento teórico, era necessário adentrar a uma realidade que se distanciava daquele primeiro contato, feito lá em 2006 por meio da Romaria e em 2009, através de pesquisas coordenadas pela professora Dra.

¹⁰ Fala pública disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kcLKfx9a1zY&t=4602s> (Canal Programa de Pós-Graduação em Geografia no youtube).

¹¹ Citação oriunda do livro: “Currículo, território em disputa”. Publicado em 2011, pelo professor Dr. Miguel Gonzáles Arroyo.

Maria Geralda de Almeida (*in memoriam*) junto ao Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (LABOTER), financiadas pelo *Institut de Recherche pour le Développement-IRD* (França) e do CNPq – edital universal Ciências Humanas e Sociais.

O tempo é outro, os sujeitos são outros e a perspectiva histórico política e socioeconômica do Brasil de agora pede um posicionamento firme do/a pesquisador/a que ouse dialogar com uma comunidade tradicional quilombola a partir de seus direitos, ou por aspectos que legitimam o acesso a políticas públicas.

Este fato dialoga com a problemática que nos instigou a compreender o território Kalunga de Goiás a partir da perspectiva de Lima (2012) que caracteriza o processo de autoafirmação étnica da comunidade em questão.

A autora levanta hipóteses que a posse da terra e o acesso ao território do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural *Kalunga* (SHPCK) era o principal motivo que os levavam como sujeitos a assumirem a identidade cultural. Nota-se que, para a análise de Lima (2012), estas circunstâncias estavam pautadas no desenrolar de estratégias políticas.

Tendo em vista que o processo de titulação se iniciou nos anos 1980 pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO) antes mesmo do reconhecimento do território pela Fundação Cultural Palmares, mas só em 2014 o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), concebeu o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso Coletivo (CCDRU) para a comunidade quilombola *Kalunga* de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás. Mas só em 2018, o procurador-geral do Estado de Goiás, Luiz César Kimura entrega a escritura de Concessão de Direito Real de Uso de 75,2 mil¹² hectares de terras ao então presidente da Associação Quilombo Kalunga (AQK), Vilmar Souza Costa.

Em 2023, os arranjos sistematizados pela luta do Movimento Quilombola e pelos ‘novos’ anseios da comunidade *Kalunga* de Goiás, reafirmam o que mais tarde será tratado ao se abordar a pesquisa qualitativa, pois a mudança de paradigmas na abordagem científica está atrelada às transformações sociais.

Falado isso, se em outrora o que permitia pesquisadores afirmarem que o reconhecimento da identidade *Kalunga* estava atrelado a posse da terra, no momento, sob resquícios das pressões de um governo neoliberal, o que contribui para a autoafirmação étnica deste povo? Neste caso, tem-se como conjectura que a ocupação de outros territórios,

¹² Conforme dados apresentados pela FioCruz – Mapa de Conflitos, a escritura compreendia: 3.682,5639 hectares da Gleba Devoluta Moleque, 57.343,4438 hectares da Gleba Vão das Almas e 14.207,0000 hectares da Reserva Biológica (Rebio) Serra da Contenda I.

principalmente a escola, a universidade contribuíram com este processo, isso é, a autoidentidade legítima direitos, para além da posse da terra.

A ocasião também é oportuna para se conhecer a trajetória de autoafirmação a partir do acesso à universidade, uma vez que o quilombola *Kalunga* ocupa o seu lugar na produção de ciência. Logo, impulsionando o diálogo com “novas” *práxis* epistêmicas teórico-conceituais e metodológicas a favor das narrativas populares, que evidenciam do protagonismo de sujeitos como os Kalunga de Goiás, que re-existem a qualquer forma de inferiorização intelectual. Aspectos estes foram elucidados no contexto metodológico.

Contudo, a estrutura da pesquisa está dividida em quatro capítulos, onde o primeiro refere-se a metodologia, o segundo descortina o *Kalunga*, suas territorialidades através do título – *Kalunga* de Goiás: território e Cavalcante (Go) e suas territorialidades. Para o momento, fez-se uma análise epistêmica do léxico *Kalunga*, além de ter se apoiado em um referencial decolonial e orgânico para caracterizar a organização do capítulo.

No terceiro capítulo, intitulado Quilombos no Brasil: a luta pelo reconhecimento, a intenção foi apresentar a trajetória da luta quilombola a partir do ato de fuga que origina o espaço de busca, o quilombo, e através deste, pensou-se o conceito de quilombismo, aquilombar e quilombolizar.

No quarto e último, a discussão se concentra no Quilombolizar *Kalunga*: Da Escola À Universidade, onde o enredo adentra nas especificidades *Kalunga* para apresentar o caminho percorrido pela comunidade estudantil para se alcançar o protagonismo desde a modalidade educação escolar quilombola, logo apresentou-se também neste momento os desafios enfrentados pelos grupos gestores e principalmente pelos educandos/ universitários.

CAPÍTULO 01 METODOLOGIA

Para palmilhar o território *Kalunga*, sendo ele o maior remanescente quilombola brasileiro intitulado até o momento, compreendendo-o a partir da pesquisa qualitativa de (RAMIRES e PÊSSOA, 2013), foi necessário beber de fontes da História, Ciências Sociais, Direito e Antropologia. Notou-se, nesta trajetória, que abordagens geográficas direcionadas ao território são recentes, tendo em vista que o cerne precursor do Quilombolizar *Kalunga* está na produção antropológica de Baiocchi (1983, 1990, 1995, 1999).

Com esta base humanística, visou-se o uso de uma metodologia pautada na escuta de vozes que gritam e ressoam por demandas epistêmicas que dialogam com o povo, isto é, com quem toca o rés-do-chão através de suas lutas, provocando pesquisadores a pensarem por caminhos metodológicos que incluam verdadeiramente estes sujeitos em suas análises (MIRANDA e FIÚZA, 2016) e (PÊSSOA, 2009), caracterizando um estudo horizontalizado.

Nesse sentido, para revelar os sujeitos participantes, assim como no desenrolar do texto, usou-se de um referencial orgânico que toca o saber e o fazer produzido pelo próprio *Kalunga* através de seu re-existir na universidade. Desse modo, a escrita de abertura da pesquisa dialoga com produções do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília, assim como da produção quilombola no Programa de Pós-Graduação em Sustentabilidade Junto a Povos e Comunidades Tradicionais (MESPT/ UnB) e no Programa de Inclusão da Universidade Federal de Goiás (UFG-INCLUI¹³).

Tal referencial é resultado da titulação coletiva do território quilombola *Kalunga* e das poucas políticas afirmativas criadas para atender às especificidades do povo quilombola ainda no governo Lula (2003-2006 e 2007-2010), através da Secretaria Especial de Política de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)¹⁴, pois nos dois governos seguintes, a política racial sofreu um processo de sucateamento ou desmonte.

Este movimento de quilombolas rumo à universidade contraria o complexo contexto de “branquitude acadêmica” (SILVA, 2021, p. 47), estabelecendo um diálogo com o título da pesquisa e com Mignolo (2008) que propõe pensar na “desobediência epistêmica” a partir da análise da “identidade na política”, uma vez que direitos foram negados a uma população tida como inferior.

¹³ Criado em 2008, o programa de inclusão da Universidade Federal de Goiás (UFG -INCLUI) reserva uma vaga em cada curso presencial da graduação UFG para quilombolas e indígenas, caso haja inscritos.

¹⁴ O Plano Brasil Quilombola (PBQ) criado pela Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), criado em 2004, abordava demandas essenciais para a população quilombola, como o direito à terra, à saúde e a educação. Na educação, o PBQ privilegiava o ensino básico, na tentativa de suprimir o analfabetismo.

Ao se aproximar das abordagens de Magnolo (2008) e Silva (2021), Cardoso (2020) afirma que dentro da academia, por décadas, os negros foram investigados como problemas de pesquisa, onde raras eram as produções em que aparecem como autores, então, embasar-se em escritos negros, quilombolas, é um fato recente, mas se faz necessário e urgente, pois é também uma forma de publicizar dados não oficializados mesmo que para Arilson Ventura¹⁵, tudo aquilo que se diz a partir do lugar de fala, é um dado oficial, pois quem conhece a realidade, é a própria comunidade.

A liderança supracitada, assim como Silva (2021) e Cardoso (2020) evidenciam o apagamento de dados históricos, pois se sabe que entre a Lei Áurea em 1888 e a Constituição de 1988, passaram-se 100 anos de invisibilidade do negro quilombola nos registros oficiais, conforme CONAQ (2022)¹⁶. Contudo, antes disso, de acordo com os registros do Arquivo Nacional e a História Luso- Brasileira,¹⁷ estes mesmos sujeitos eram sempre citados, pois se tratava de um problema para o Estado, visto que faziam parte de grupos de subversão.

Entretanto, com a Proclamação da República, o quilombo é suprimido, deixando de ser demanda. Para Ronaldo dos Santos (Coordenador Nacional da CONAQ), estes 100 anos de esquecimento foram importantes para o movimento quilombola, para a sua organização, pois com a Constituição Cidadã, através do Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) foi reintroduzido o termo quilombola na agenda do Estado brasileiro, agora compreendidos como sujeitos de direitos.

Dessa forma, escutar a comunidade, trazê-la para o diálogo, envolvê-la nas fases da investigação é também uma forma de legitimar uma luta política popular, iniciada para além do Atlântico (RATTS, 2006), onde se “teoriza o empírico”¹⁸ presente na oralidade ancestral, pois para *Hampaté Bá* (2010, p. 171) a tradição oral “conduz o sujeito à sua totalidade”.

Reafirmando o supradito, o quilombola e intelectual orgânico de Saco-curtume em São João do Piauí (Pi), Antônio Bispo dos Santos (*in memoriam*), expõe em sua escrita poética “Fogo!... Queimaram Palmares, nasceu Canudos”, versos que representam a força ancestral presente na oralidade e no processo de r-existência de territórios e quilombolas:

¹⁵ Coordenador executivo das Comunidades Quilombolas do Espírito Santo Zacimba Gaba e coordenador nacional da CONAQ em fala pública sobre o Censo Nacional de Educação.

¹⁶ De maio a setembro de 2022, a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas realizou, de forma remota, o I Curso de Formação de Professores e Professoras Quilombolas, disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=U33QAQCzoa0&t=94s>.

¹⁷ O fundo Polícia da Corte do Arquivo Nacional contém uma série de conjuntos documentais que registram e consideram o negro quilombola como ameaça ao Estado.

¹⁸ Fala pública do prof. Dr. Marcos Aurélio Saquet (UNIOESTE/ PR) na disciplina Povos Indígenas, Comunidades Tradicionais: decolonialidade e o saber/fazer nas relações multiétnicas e socioculturais, do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) da Universidade Estadual de Goiás (UEG) em 19 de junho de 2023.

Fogo!... Queimaram Palmares, nasceu Canudos.
 Fogo!... Queimaram Canudos, nasceu Caldeirões.
 Fogo!... Queimaram Caldeirões, nasceu Pau de Colher.
 Fogo!... Queimaram Pau de Colher
 E nasceram, e nasceram tantas outras comunidades que vão se cansar se
 continuarem queimando.
 Porque mesmo que queimam a escrita,
 Não queimarão a oralidade
 Mesmo que queimem os símbolos,
 Não queimarão os significados
 Mesmo queimando o nosso povo
 Não queimarão a ancestralidade.
 (ANTÔNIO BISPO DOS SANTOS)¹⁹

Assim, as técnicas metodológicas utilizadas pela Ciências Humanas a partir da decolonialidade (entrevistas, questionários, história oral, análise do discurso e conteúdo, diário de campo, rodas de conversa, estudo de caso, fotografias), traçam uma trajetória do lugar para o global. Nesse sentido, a oralidade é uma ferramenta que imprime aqui o re-existir de comunidades quilombolas a pressões do pensamento hegemônico, dessa forma, a palavra escrita atrelada à titulação do território é a materialização da luta que ressignifica sujeitos, valores, saberes e fazeres.

Dialogando com este cenário, Ramires e Pessoa (2013) consideram que as técnicas supracitadas contribuem para melhor compreensão do(a) pesquisador(a) a partir dos sujeitos participantes ou objeto em estudo, principalmente quando se desfaz de preconceitos, assumindo uma postura respeitosa, disposta a acompanhar os fenômenos como são (CHIZZOTTI, 2009).

Este aspecto estimula a criação de procedimentos de análise e novos padrões teórico-conceituais que descortinam a realidade abordada através do caminho metodológico, dividido aqui em três etapas: pesquisa teórica, pesquisa documental e pesquisa de campo. Para esta última, foram usadas como técnicas de investigação as entrevistas, questionários, roda de conversa, registros fotográficos, mapas e análise do discurso, atendendo ao objetivo da pesquisa, o qual se pautou em compreender a relação entre o acesso ao título do território e o processo de autoafirmação étnica que quilombolizou a universidade a partir do quilombola Kalunga de Cavalcante (GO).

Nesse sentido, a estrutura teórico-conceitual foi fundamental, pois garantiu a contextualização dos termos tratados, e orientou a interpretação do (a) pesquisador (a) (MENDES e PÊSSOA, 2009). Dessa forma, optou-se por criar um enredo teórico que se apresentou durante todo o curso da pesquisa, fazendo interlocuções entre os autores e os sujeitos participantes que enxergam o território *Kalunga* por dentro (Almeida, 2003).

¹⁹ Texto disponível em: <http://conaq.org.br/noticias/fogo-queimaram-palmares-nasceu-canudos-por-nego-bispo/> .

Para a pesquisa documental, fez-se levantamento junto a instituições nacionais como Ministério da Educação (MEC), a partir do Censo Nacional de Educação, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para comparar os dados oficiais do governo com os produzidos pelo Movimento Quilombola, representados pela CONAQ e pela Associação Quilombo *Kalunga*, com o intuito de mostrar o número real da população quilombola distribuída no Brasil, em Goiás. No Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCR

A), obtiveram informações sobre o processo de titulação do território tradicional quilombola *Kalunga* frente ao assédio sofrido pela comunidade a partir de fazendeiros, grileiros, empreendimentos mineralógicos, dentre outros. Mas, desde o primeiro contato feito com a universidade na década de 1980, por intermédio da professora Dra Mari de Nazaré Baiocchi, o que resultou na Lei Estadual Nº 11.409/1991, que reconheceu a comunidade *Kalunga* como Sítio Histórico e Patrimônio Cultural em Goiás.

Já na Secretaria Estadual de Educação de Goiás (SEDUC), através do então representante quilombola da instituição (Hélio Rodrigues dos Santos), buscou-se compreender as políticas educacionais do estado a partir dos anseios da comunidade. Junto aos órgãos municipais, tais como: Secretaria de Igualdade Racial (secretária - Maria Lúcia Martins) e Secretaria de Educação de Cavalcante (Wanderléia dos Santos Rosa), assim como na instituição de representação local, Associação Quilombo *Kalunga* (AQK), o diálogo arvorou doravante de dados que representassem a resignificação *Kalunga* a partir da ocupação da universidade, assim como nos espaços de gestão.

Antes de adentrar na comunidade, a proposta da pesquisa foi submetida à análise da Comissão de Avaliação de Projetos da AQK, conforme orientação de seu então presidente, Sr. Jorge Moreira de Oliveira. Somente após a aprovação da comissão, pôde-se realizar o campo efetivamente.

Como se trata de uma pesquisa qualitativa adentrou-se, no território, tateando a realidade dos sujeitos participantes (ALENTEJANO e ROCHA-LEÃO, 2006). Neste sentido, usou-se do trabalho de campo para compreensão das particularidades (Marafon, 2009) que envolvem a comunidade quilombola de Cavalcante (GO). Dialogando com o autor supracitado, Santos e Pessoa (2009) afirmam que o trabalho de campo é fundamental para um estudo de cunho geográfico.

O diálogo com os sujeitos participantes iniciou em junho de 2022, em uma territorialidade criada pela Universidade Estadual de Goiás/ Câmpus Cora Coralina (Tenda

Multiétnica) para a realização de trocas entre povos e comunidades cerradeiras²⁰ no 23º Festival Internacional de Cinema Ambiental (FICA).

A roda de conversa ocorreu com a participação das professoras gestoras dos Colégios Kalunga²¹ 1²² e 2²³ (Nilça Fernandes dos Santos e Lourdes Fernandes de Souza). Já em julho, em Cavalcante, teve-se um diálogo com frequentadoras da Casa Memória da Mulher *Kalunga*, uma territorialidade de emancipação feminina dentro do município. No momento, pôde-se participar do pouso de folia de Nossa Senhora de Sant’Ana (padroeira da cidade de Cavalcante – Go) (Figura²⁴ 2).

Figura 2 - Pouso da folia de Nossa Senhora de Sant’Ana



Fonte: Casa Memória Mulher Kalunga, julho de 2022²⁵

²⁰ Compreende-se o conceito “povos cerradeiros” a partir de Mendonça (2004, p. 279), onde o autor define o termo a contar da ocupação do Cerrado por indígenas, quilombolas, camponeses, trabalhadores da terra “propriamente tradicional”.

²¹ Em respeito à história de re-existência do povo *Kalunga*, que tem sua origem etimológica no dialeto bantu africano, ao se fazer referência às extensões escolares estaduais existentes nas comunidades, será utilizada a expressão Kalunga com “k”, não com “c” conforme nomeado pela Secretaria Estadual de Educação (SEDUC).

²² Colégio Kalunga 1 – Localizado no município de Cavalcante e possui nove extensões educacionais. Até o momento da realização da pesquisa, tem como diretora a professora Nilça Fernandes dos Santos.

²³ Colégio *Kalunga* 2 – Localizado no município de Monte Alegre de Goiás, tem como gestora a professora Lourdes Fernandes dos Santos, neta de Iaiá Procópio dos Santos Rosa, percussora do quilombolizar *Kalunga*.

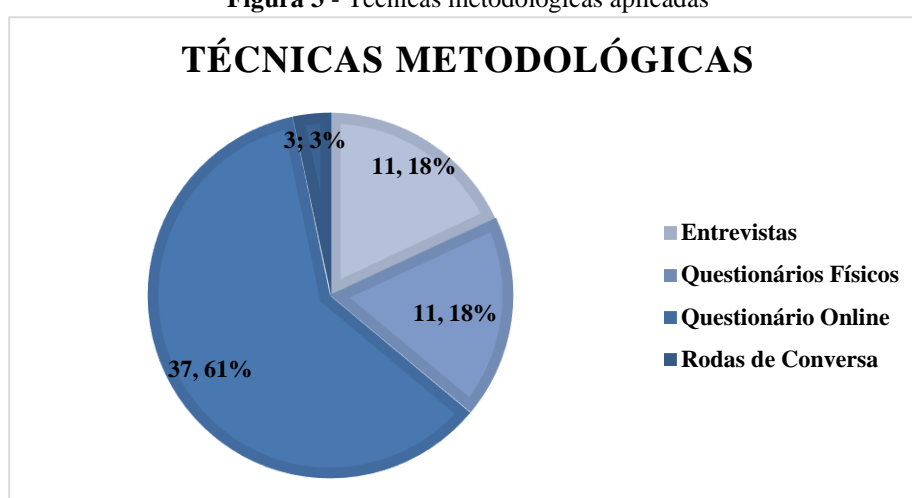
²⁴ No corpo da metodologia, foram adicionadas imagens evidenciando as etapas de produção da dissertação, ainda que na organização textual, o recurso não tenha sido explorado de forma intensa.

²⁵ Registro disponível em <https://www.instagram.com/casamemoriadamulherkalunga/>. Acesso em junho, 2023.

Em junho de 2023, aproveitando a oportunidade do encontro com professores pesquisadores Kalunga (Adão Fernandes da Cunha²⁶ e Alexandrina Ferreira da Silva Lima²⁷) do Programa de Pós-Graduação em Linguística/ UnB no 24º Festival Internacional de Cinema Ambiental (FICA)/ Tenda Multiétnica, teceu-se um diálogo sobre o cenário da educação escolar quilombola na comunidade *Kalunga* de Goiás, o que caracterizou a terceira roda de conversa realizada na pesquisa.

Acrescentando às técnicas metodológicas, usou-se de entrevistas estruturadas (apêndice A), que para Chizzotti (2009) tem a finalidade de esclarecer elementos até então desconhecidos ou não compreendidos, pois é mais que uma singela comunicação entre os interlocutores. Santos e Pêsoa (2009) salientam que o uso da técnica da entrevista descortina a realidade abordada por meio da interação pesquisador (a) e sujeito participante. Arelados às entrevistas, foram aplicados questionários com perguntas abertas e fechadas (apêndice B e C), caracterizando o cenário descrito pela (Figura 3):

Figura 3 - Técnicas metodológicas aplicadas



Fonte: Autora. Pesquisa campo, 2022/2023. *O gráfico apresenta o total de 48 questionários preenchidos entre físicos e online, 11 entrevistas com professores e 3 rodas de conversa.

No campo realizado em setembro de 2022 (Figura 4), tateou o território por meio da Romaria de Nossa Senhora do Livramento e de São Gonçalo no Vão do Moleque, foi um momento especial, pois retornou-se na comunidade depois de 13 anos distante. Para os

²⁶ Professor diretor do Colégio Kalunga III em Teresina de Goiás e doutorando no Programa de Pós-Graduação em Linguística (UnB).

²⁷ Professora no Colégio Kalunga I/ Extensão Órfãos e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística (UnB).

Kalunga, foi também uma ocasião significativa, pois retomava-se a Romaria depois de dois anos sem a realização, por influência da pandemia de Covid 19²⁸. Na oportunidade, entrevistou-se seis professores da rede estadual de ensino, assim como contatou estudantes universitários que ali estavam para a aplicação dos questionários que foram respondidos de forma remota, através da plataforma *google forms*.

Figura 4 - Estrada vicinal dentro do Vão do Moleque/ Cavalcante (Go)



Fonte: Autora, pesquisa campo, 2022.

No momento pôde-se conhecer alguns prédios das unidades escolares vinculadas ao estado, as quais estavam fechadas em função das festividades na comunidade, conforme mostrado na (Figura 5), pois a extensão das escolas *Kalunga* 1²⁹ estava no festejo com ações direcionadas para crianças e jovens de acordo com as (Figuras 6 e 7).

²⁸ Iniciou-se em 2019, quando casos de pneumonia atingiram a cidade de Wuham na China, era uma nova cepa do coronavírus até o momento não identificado em humanos. O vírus era mortal pela ausência de vacina e se propagou rápido pelo mundo, dando a doença um caráter de pandemia. - <https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19#:~:text=Em%2031%20de%20dezembro%20de,identificada%20antes%20em%20seres%20humanos.> Acesso, setembro de 2023.

²⁹ Nas romarias, cria-se um ambiente de escola itinerante, onde tem-se a parceria da Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), representada pela gerente de Educação do Campo Quilombola e Indígena, Sra Valéria Cavalcante da Silva Souza, e Secretaria de Educação do município de Cavalcante.

Figura 5 - Almoço na Escola Santo Antônio no Vão de Almas.



Fonte: Autora, Pesquisa campo, 2022.

Figura 6 - Escola itinerante Extensão Kalunga 1/ SEDUC (GO): produção de pulseiras com crianças



Fonte: Autora, pesquisa campo, 2022

Figura 7 - Campeonato de futebol masculino³⁰

Fonte: Pesquisa campo, 2022

As figuras 06 e 07, assim como na trajetória do estudo, enfatizam a importância do registro fotográfico para elucidar a técnica de investigação, pois como arte, a fotografia revela impressões que contestam o rigor da produção acadêmica hegemônica (MARTINS, 2009) e (EGAS, 2018), tornando-se uma importante aliada na realização da pesquisa qualitativa.

Nesse sentido, para ocupar seu propósito no arranjo metodológico, a fotografia deve dialogar com a mirada do pesquisador/a para a realidade abordada, que passa por uma interpretação associada ao embasamento teórico (LOIZOS, 2008), sendo que algumas teorias se consolidam com imagens (MARIN, 2016).

Somando à proposta, Egas (2018) enfatiza que ao utilizar uma técnica artística em uma pesquisa qualitativa ou quantitativa, corre-se o risco de descortinar problemas, isto é, situações indesejadas aos sujeitos participantes, por isso, há a necessidade deste procedimento e de seus riscos estarem bem claros no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)³¹.

Na ciência geográfica, a fotografia, conforme Frasson (2021), propicia a compreensão da totalidade ao explorar o real e o simbólico, o objetivo e o subjetivo, sendo que aqui parte-se do lugar para alcançar o todo, o que pode contrariar a proposta de Harvey (1993) e Santos

³⁰ No registro tem-se a presença dos educandos da rede estadual de ensino do Colégio Kalunga I, além da diretora das escolas extensionistas Nilça Fernandes dos Santos e da secretária municipal de educação Wanderléia dos Santos Rosa, dos professores da Universidade Estadual de Goiás/ Câmpus Cora Coralina e Quirinópolis, Me. Uelinton Barbosa Rodrigues e Dr. Edevaldo Aparecido de Souza, da autora da pesquisa, do sargento do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás – Junner César Matos, e da comunidade *Kalunga* que prestigiu a prática esportiva.

³¹ Documento exigido pelo Comitê de Ética da instituição a qual o estudo é vinculado, fornecido pelo pesquisador ao sujeito participante da pesquisa de forma clara e objetiva, atestando o consentimento livre e esclarecido em participar da produção de dados. O documento é preenchido de forma escrita. Para esta pesquisa, obteve-se do Comitê de Ética da Universidade Estadual de Goiás, o parecer circunstanciado favorável no mês de março de 2022.

(2014), para os quais a totalidade é consequência de subestruturas preestabelecidas pelas relações de poder, centradas na atuação do urbano econômico. Contrapõe os autores, pois considera-se que a dimensão do espaço tempo é resultado da percepção de mundo adquirida pela experiência do sujeito no lugar (DARDEL, 2011).

Além da fotografia, outros elementos, tais como: mapas e gráficos exerceram papel fundamental dentro da análise, pois foram associados ao texto, inclusive, deram a dimensão do espaço/ tempo na abordagem, pois eles são resultado do trabalho de campo.

Mesmo quando não se conseguiu tocar o chão representado, contou-se com a participação efetiva da comunidade, como no caso da representação cartográfica que apresenta a localização das escolas que são extensão do Colégio *Kalunga* I, onde a transposição do espaço vivido para o espaço das representações (PASSINI, 1995) só foi possível a partir do compartilhamento de dados através do aplicativo de mensagens *whatsapp* (*wpp*)³².

Este fato evidencia que mesmo com o território georreferenciado - 2019 a 2021 - a partir do importante subsídio do Fundo Internacional de Parceria de Ecossistemas Críticos (CEPF)³³, que é apoiado pela Agência Francesa de Desenvolvimento, a Conservação Internacional, a União Europeia, o Fundo Mundial para o Meio Ambiente, o governo do Japão e o Banco Mundial, ainda existem lacunas evidenciadas pela dimensão do território, assim como pela falta de acesso a ferramentas e conhecimento gráfico por parte do *Kalunga* para a produção de mapas como documento, tornando palpável dados invisibilizados deste pedaço de África presente no Brasil (ANJOS, 2014).

Desse modo, o mapa se firma como importante “ferramenta para a leitura do território, pois constrói uma ponte entre a realidade e a busca por pistas para a tomada de decisões e soluções dos problemas” (ANJOS, 2014, P. 3).

Estes procedimentos metodológicos, elucidaram as mudanças produzidas socialmente (SILVA, 2006), e na própria ciência geográfica que se mantém atenta e contesta as formas de apreensão da realidade a partir de novas *práxis* (SAQUET, 2021), endossando outros saberes.

Nesse sentido, foi necessário aproximar-se do Movimento Quilombola (CONAQ) para se pensar o território na perspectiva do simbólico, que é imprescindível para a construção da identidade (HAESBAERT, 2004), trazendo-o a partir do sujeito (empírico). Assim, a Geografia

³² A diretora Nilça Fernandes dos Santos do Colégio Kalunga 1, a professora Alexandrina Ferreira de Lima (Assentamento Rio Bonito) e o professor Reinaldo dos Anjos (Comunidade do Prata) auxiliaram diretamente ao compartilharem pelo *wpp* a localização (coordenadas) das escolas.

³³ Com o georreferenciamento subsidiado pelo CEPF em 2019 à 2021, o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga foi reconhecido como o primeiro território no Brasil a integrar a rede de Territórios e Ares Conservados por Comunidades Indígenas e Locais (TICCA).

se reestrutura em torno do debate, apresentando outras percepções de análise fora do domínio do Estado, se coloca para além da guerra (YVES LACOSTE, 2008), para além das relações de poder (RAFFESTIN, 1993).

De modo a adentrar na realidade do movimento quilombola, participou-se de eventos, palestras, cursos de formação (Figura 8 e 9), uma vez que a luta e re-existência tem seu próprio discurso, e para melhor compreendê-lo através dos anunciados, o/a pesquisador/a precisa renunciar moldes socioculturais (Foucault, 1986).

Além disso, Caregnato e Mutti (2006) consideram que a análise do discurso está amparada no tripé – ideologia, história e linguagem – em que a ideologia é o cerne das representações, enquanto a história se faz a partir do contexto sociocultural e a linguagem se materializa no texto. Nesta perspectiva, com o discurso como abordagem metodológica não se faz apenas análise da linguagem dos sujeitos participantes, mas provoca a reflexão sobre o momento histórico e os elementos que interferem na prática discursiva.

Diante disso, dialogou-se com o grupo de trabalho - Educação nos Territórios, no evento Aquilombar³⁴, quando evidenciaram a necessidade da luta permanente para angariar direitos constitucionais, conforme Constituição Federal de 1988 e Decreto 6.040/2007. Mesmo que este fato não garanta a aplicação das Leis 10.639/03 e 11.645/08³⁵, que tornam obrigatório o estudo da história e da cultura indígena e afro-brasileira nas instituições de ensino em todos os estados da federação.

³⁴ Aquilombar, um encontro que reuniu mais de três mil quilombolas de todo o Brasil, organizado pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), em defesa dos direitos aos territórios tradicionais e contra o aniquilamento de políticas públicas direcionadas às comunidades. Dado retirado do site: <https://mundonegro.inf.br/ato-aquilombar-reune-mais-de-3-mil-quilombolas-em-brasilia-em-defesa-aos-territorios-tradicionais/>. Acesso em junho, 2023.

³⁵ Possuem caráter afirmativo, mas têm uma ancoragem legal, pois amparam a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional. A Lei 11.645/08 traz em seu texto a adição dos Artigos 26^a e 79B na LDB se comparada a 10.639/03.

Figura 8 - Participação no Aquilombar 2022 em Brasília



Fonte: Aquilombar (2022).

Como a educação é uma pauta cara para o Movimento Quilombola, buscou-se pela aproximação com o Coletivo de Educação da CONAQ, representado pela professora Dra. Givânia Maria da Silva³⁶, o que resultou na organização de uma mesa no 3º Congresso Científico Internacional da Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais³⁷.

O evento ocorreu sob a coordenação geral do prof Dr. Nelson Russo de Moraes (Universidade Estadual Paulista (Unesp) Tupã), onde pôde-se mediar a participação da professora Dra. Givânia Silva e da quilombola Lucilene *Kalunga*³⁸, mulheres quilombolas que ocupam com seus corpos-território (Haesbaert, 2020) espaços que a elas e ao seu povo foram negados.

³⁶ Quilombola de Conceição das Crioulas, Salgueiro (PE), membro co-fundador da CONAQ, fez parte da equipe de transição do governo eleito nas eleições 2022, coordena a Escola Nacional de Formação de Meninas Quilombolas, projeto da CONAQ, financiado pelo Fundo Malala.

³⁷ Inicialmente a professora Dra. Lorraine Silva mediu junto a RedeCT a proposta de diálogo com representantes de povos e/ ou comunidades.

³⁸ Secretária estadual de mulheres do partido PSB em Goiás, turismóloga, ativista Kalunga, foi candidata ao cargo de deputada estadual por Goiás em 2022.

Figura 9 - Mesa Redonda: “A luta do povo quilombola e a conquista de “novos” territórios”

3º CCI RedeCT
Congresso Científico Internacional da Rede Internacional de Pesquisadores sobre Povos Originários e Comunidades Tradicionais

Mesa Redonda
A luta do povo quilombola e a conquista de "novos" territórios

Karla Teixeira
-Mestranda/PPGEO UEG.

Profª Dra Givânia Maria da Silva- quilombolade Conceição das Crioulas (PE)/ Membro fundadora da CONAQ.

Lucilene dos Santos Rosa quilombola Kalunga (GO)- Suplente a deputada estadual por Goiás.

17/11 | 19:30

Fonte: 3º Congresso Internacional da Rede CT (2022).

Ainda, em novembro de 2022, a autora desta pesquisa envolveu-se no V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Quilombolas *Kalunga* (Figura 10), realizado em Cavalcante (Go), com a parceria: da Universidade de Brasília/ Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), da Universidade Federal de Goiás/ Instituto de Estudos Socioambientais (IESA)/ Laboratório de Estudos e Pesquisas das Dinâmicas Territoriais (LABOTER), da Universidade Federal do Tocantis/ Câmpus Arraias e Instituto Federal de Goiás e da prefeitura de Cavalcante (Go).

O V encontro referendou a professora Dra. Maria Geralda de Almeida (*in memoriam*) e apresentou um público pensado inicialmente pela idealizadora do evento, pois o *Kalunga* saiu do lugar de pesquisado e ocupou o espaço de pesquisador³⁹, atento ao seu papel na luta por políticas públicas, o que mais tarde será mais bem esclarecido, no III capítulo da pesquisa.

³⁹ O VI Encontro de Pesquisas Saberes e Saberes Quilombolas *Kalunga* acontecerá em 2024, na cidade de Cavalcante, na comunidade do Vão de Almas.

Figura 10 - Participação no V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Quilombolas Kalunga⁴⁰



Fonte: Marta Kalunga (2022).

E por último, já nos acréscimos da produção da dissertação, no mês de julho de 2023, pôde-se presenciar a divulgação dos dados do primeiro Censo Quilombola realizado no Brasil, no qual recebeu o título - Brasil Quilombola: “Quantos somos, onde estamos?” – um momento de reparação histórica que contou com a participação efetiva da CONAQ, trazendo um retrato próximo do real (Figura 11).

⁴⁰ O Encontro de Pesquisas Saberes e Fazeres Quilombolas Kalunga iniciou-se em 2011, com o propósito de dar visibilidade as pesquisas que traziam o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural *Kalunga* como temática, naquele momento pretendia-se também articular a rede de pesquisadores/as. A proposta inicialmente não tinha a participação de pesquisadores/ as *Kalunga*, mesmo que eles/ elas já estivessem na universidade, pois a produção acadêmica quilombola só despontou a partir da primeira turma de Licenciatura em Educação do Campo/ UnB em 2008, finalizada em 2012, conforme estudo da arte realizado aqui.

Figura 11 - Divulgação do Censo Quilombola – IBGE, Brasília



Fonte: Autora. Censo Quilombola, 2023

Posteriormente, fez-se a organização, a sistematização, análise e a apresentação dos resultados.

Figura⁴¹ 12 - Sussa Kalunga (dança tipicamente feminina)



Fonte: Autora. Pesquisa campo, 2022

⁴¹ Abre-se o capítulo com uma figura 12 a qual traz elementos que representam o vínculo ancestral, étnico-cultural e territorial *Kalunga* os quais serão encontrados pelo leitor no decorrer da discussão.

CAPÍTULO 02

KALUNGA DE GOIÁS: TERRITÓRIO DE CAVALCANTE (GO) E SUAS TERRITORIALIDADES

Vozes do interior⁴²

“O interior tem lava quente, potente, fértil, que quando aquecida pulsa, se mostra
viva, transcende e cria extensões de si.
O interior é feminino, uterino, colorido, possui raízes que se alimentam de uma
história ancestral.
O interior é sertão, esquecido, preguiçoso só pra quem está de fora, para os de
dentro, é trabalhoso, generoso.
O interior é de Liós, Santanas, Belonísias, Bibianas, Procópias, doutoras dos saberes
e fazeres deste chão que preenchem diuturnamente suas mãos.
O interior tem vozes graves que se aglutinam, entoam cânticos, evocam encantados
em suas ladainhas
Estas vozes serpenteiam, possuem caminhos próprios, se encontram e criam um
movimento de luta no interior de quem está dentro, no miolo.
As vozes do interior por décadas foram isoladas, caladas, não escutadas
Mas em coro se organizam
Tem rima
Tem dança
Tem luta que povoa⁴³ corpos
Tem luta que ocupa espaços.
As vozes do interior desabrocham, florescem como ipês em um agosto seco
Fruto da re-existência, elas estão no físico e no simbólico,
Fiam, tecem novos arranjos para antigos territórios.
As vozes do interior saíram da origem
Povoaram
Povoam
Expandem territorialidades.
As vozes do interior têm cor, tem lenço na cabeça, tem trança que entrança
As vozes do interior têm mãos firmes, com sulcos profundos que refletem a lida
As vozes do interior têm corpos altivos, mas também miúdos.
Elas rodam suas saias em noite de lua
Tocam a vida como uma curreleira em ritmo acelerado
Sorriem como se esquecessem do amanhã
Pois o hoje tem Sussa, tem encontro, tem reza, tem poesia na vivência.
As vozes do interior se vestem de vermelho
O sopro é coletivo, o timbre é aveludado e firme
A canção é pela terra, pelo corpo, pelo povo, pelo território.
As vozes do interior não andam sozinhas
De mãos dadas, sendo margaridas⁴⁴ ou outras flores
Juntam pétalas, juntam lutas, formam elos, constroem pontes.
As vozes do interior dão a luz a outras vozes
Que se mostram encorajadas por seu veio ancestral
Elas abrem novos caminhos, mas percorrem trilheiros que as levam ao seu interior,
para o colo genitor.
Esta voz interiorana não é apenas feminina, é de um coletivo e precisa ser escutada
AGUIAR-NASCIMENTO (2022).

⁴² Poema escrito em 24 de agosto de 2022, em homenagem à Iaiá Procópias dos Santos Rosa que foi merecidamente reconhecida pelo Conselho Superior Universitário da Universidade Estadual de Goiás, como Dra *Honoris Causa*. Disponível em: <https://www.alemdosmuros.org/single-post/vozes-do-interior>.

⁴³ Referência à música POVOADA, Sued Nunes.

⁴⁴ Marcha das Margaridas é uma ação estratégica das mulheres do campo e da floresta que integra a agenda permanente do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) e de movimentos feministas e de mulheres.

A narrativa presente em “Vozes do Interior” (AGUIAR-NASCIMENTO, 2022) evidencia a luta de movimentos populares que suscitam rearranjos teórico-conceituais e epistêmicos a partir de narrativas coletivas que se pautam na popularização da ciência, validando seus saberes e fazeres, assim como a luta por direitos que originam em seus territórios.

Nesse sentido, se a produção científica responde a demandas sociais (MIRANDA e FIÚZA, 2016) e (PÊSSOA, 2009), coube a ela se aproximar de temáticas e sujeitos sitiados em áreas periféricas na produção acadêmica, fora dos holofotes, isso se fez através de uma epistemologia baseada na arena real, em povos e comunidades inseridos no contexto Sul-americano.

Assim, tem-se a proposta de Souza-Santos (1995) que ampara, mas não norteia a abordagem geográfica que aqui se faz, pois existe a necessidade da prática estar atrelada à teoria. Posto isso, exige-se do/a pesquisador/a que ouse ter comunidades e povos como parceiros na realização de um estudo, ou parta deles para a compreensão do mundo, coerência.

Contribuindo com a postura adotada, Freire (2022, p. 53), no clássico “Pedagogia da “Autonomia”, afirma que “(...) minha presença no mundo não é a de quem a ele se adapta, mas a de quem nele se insere. É a posição de quem luta para não ser apenas objeto, mas sujeito também na história”, diante deste pressuposto, apresenta-se o quilombola *Kalunga* como protagonista de uma história de luta e re-existência.

2.1 – Os *Kalunga* do estado de Goiás

Ao estabelecer um diálogo com a comunidade quilombola *Kalunga* de Cavalcante (GO), pretendeu-se compreender quem eram os sujeitos participantes, pelo viés histórico, cultural e identitário. Dessa forma, parte-se da concepção trazida por Baiocchi (1999), a precursora em estudos antropológicos relacionados às comunidades quilombolas em Goiás.

Baiocchi (1999) em o “Povo da Terra” traça uma narrativa de seu primeiro contato com os *Kalunga* em Monte Alegre de Goiás, na comunidade do Riachão. Com o apoio da Universidade Federal de Goiás a autora caracteriza este momento como penoso pelas lonjuras existentes dentro do território, as quais foram tocadas durante o período de 1981 a 1996 através do “Projeto *Kalunga* – Povo da Terra”.

Embasada em descrições de moradores de cidades próximas, no período que antecederam ao projeto, a autora tem os *Kalunga* como uma “lenda”, inseridos em uma natureza

intocada. Descortinando-os, Baiocchi (1999) afirma que antes disso, todos os relatos obtidos sobre a comunidade quilombola fazia parte do acervo de instituições do Estado, como o do engenheiro agrônomo Manoel Passos, ligado ao Ministério da Agricultura.

No artigo: “A margem da exploração aurífera, quilombo é a atração em Auromina”, publicado em 1962, o engenheiro nomeia a população quilombola como “calungueiros” e reconhece que a comunidade se formou a partir da ocupação de negros remanescentes das áreas de mineração no Tocantins (Arraias) e Goiás (Monte Alegre e Cavalcante) (SIRICO, 2008).

A expressão, “calungueiro”, usada pelo servidor do Estado, conforme relato da professora Kalunga Deilane Pereira Godinho, era carregada de estigmas - “Antes, ninguém queria ser Kalunga, Kalunga do pé rachado. Os alunos, crianças, pessoas que eu conheço, diziam: Eu não sou calungueiro não!” (GODINHO, ENTREVISTA REALIZADA EM TRABALHO DE CAMPO, SETEMBRO DE 2022).

A negação estava diretamente relacionada à marginalização e objetificação do negro quilombola descrito por Moura (1988), visto que a diretora do Colégio Kalunga I, Nilça Fernandes dos Santos, afirma que quando a comunidade se deu conta que eram remanescentes de negros escravizados, não se reconheciam como tal, e negavam sua identidade:

Quando eu saí da comunidade e voltei como professora, os jovens, crianças que eu trabalhava, não tinham aquele entendimento, é..., que ser quilombola era uma coisa boa. Não era bom ser quilombola, sabe!? Eles entendiam assim. Porque a gente nunca pensou que ser quilombola, ser daqui do território, nunca teve na cabeça das pessoas que moravam aqui, dos jovens, na minha cabeça, de outras pessoas, que a gente era remanescente de pessoas que foram escravizadas, né. A gente sempre pensou que a gente sempre foi livre, como a gente sempre foi aqui. E quando veio esta conversa, como se diz, que “vocês” são descendentes de pessoas que foram escravizadas, a gente teve um pouco de resistência. Nossa! Quando a gente viu... agora não, mas antigamente, nos livros, as figuras eram muito pejorativas, né. Quando a criança via aquele escravo que estava ali, sendo chicoteado, pelado, maltratado, quem queria ser uma pessoa descendente daquilo, daquilo ali? Ninguém queria, entendeu?! Então assim, eu via uma resistência, assim, até um sentimento muito grande sobre aquilo ali. A pessoa dizia: A não, não é isso que é. Eu não sou descendente assim, pera aí! Mas hoje, tenho orgulho de ser Kalunga, sempre falo, tenho orgulho de ser quilombola Kalunga (NILÇA FERNANDES DOS SANTOS, ENTREVISTA REALIZADA PESQUISA CAMPO, EM SETEMBRO DE 2022).

Nilça Fernandes dos Santos neste relato sensível, apresenta-nos elementos identitários, organizados pela memória ancestral de um grupo (MUNANGA, 1994), que por se sentir livre, não queria se alinhar a um estereótipo de subserviência. E quando acrescenta no final que “(...) hoje tenho orgulho de ser *Kalunga*”, Santos (2022) nos afirma que a identidade é construída, principalmente pelo acesso à informação, pelo movimento feito por lideranças.

Mesmo diante dos relatos, a história do povo *Kalunga* se confunde com o período de implantação do ciclo minerador através das “Minas de Goyazes” por Bartolomeu Bueno e João

Leite da Silva Ortiz em 1722, momento em que negros foram utilizados como força motriz. Para Beatriz Nascimento (1989), no documentário *Ori*, dirigido pela cineasta Raquel Gerber, os povos que para o Brasil vieram sequestrados, foram, *Bantu* e *Dogon*. De acordo com a historiadora, os povos *Bantu* se fixavam e constituíam nações a partir de sua re-existência, já os *Dogon*, eram guerreiros absolutos.

A luz de Nascimento (1989), Sirico (2008) afirma que estas pessoas escravizadas tinham origem em etnias do Congo, Sudão, Angola, Moçambique, Costa do Marfim e países da costa oeste da África. No Brasil, eram interiorizadas, submetidas ao trabalho escravo, que neste caso se relacionava à mineração de aluvião, dentro de rios, o que contribuía para o desgaste físico e maus tratos.

Silva (2003) recorre a livros de batismo dos negros escravos e observa equívocos semânticos, em que a expressão “cabra” que tinha o sentido de cor ou mestiçagem, era usada para representar a etnia/nação africana. O dilema do historiador revela que o estado se incumbia de apagar os rastros ancestrais, os tornando sem memória, a-histórico (MOURA, 1983), pessoas sozinhas. Contrapondo a este processo de objetificação do negro mesmo depois da abolição, Moura (1983) propõe que pesquisadores/as evidenciem as raízes históricas do negro no Brasil, situando-os como agentes coletivos, e valorizando sua luta e re-existência.

Nas Ciências Humanas, fez-se críticas e produções neste sentido após a década de 1960, inclusive, no caso da Geografia, tem-se este período como consolidação da Geografia Crítica, quando pesquisadores e por consequência, a própria ciência, aproximaram-se dos movimentos sociais, comunidades organizadas durante e após febre áurea em Goiás, distanciando-se do cenário imperioso, revelando estes sujeitos, assim como fez Baiocchi (2009).

A autora, em seus estudos, usa o termo de origem Bantu, *Kalunga*, e nomeia o quilombola do nordeste goiano, escrito com “K” em 1988, remetendo à origem étnica, o que sana parcialmente a inquietação levanta anteriormente por Silva (2003), pois se criou um traço etimológico a partir de uma semântica regional, ligada à elementos ancestrais que remetem a religiosidade do povo negro ou a relação deste povo com a terra, com os ambientes vividos e imaginados. Aspectos percebidos no trecho a seguir, onde a autora também dialoga com o africanista Alberto da Costa e Silva (1990):

Seja com “K” ou com “C” inicial é, inegavelmente, uma palavra de origem africana – bantu, com múltiplos significados. Segundo o escritor Alberto da Costa e Silva, “os cabeças de certas linhagens (do rio Lui, África) custodiavam uma boneca de madeira a lunga ou calunga... A calunga tornou-se assim, e desde há bastante tempo - a contar do fim do século XIII(?) – fonte de poder político e de uma organização social fundada na terra.” “Kalunga, palavra mágica, uma divindade do culto bantu, ou imagem ou

fetichismo dessa divindade.” “Kalunga, o mar divinizado dos angolezes.” Kalungangombe, Deus angolense. Deus das profundezas do globo terrestre.” Kalunga, mar, campo sagrado para repouso dos ancestrais (cemitérios), versão usada nos cultos de Umbanda e Candomblé. Kalunga, em quimbundo é tratamento de “pessoa ilustre”, de “homem nobre”. Significa ainda “a morte, o inferno, o oceano, o senhor”. Kalunga sinônimo de negro, Kalunga, “boneca ou figurinha de pano, madeira, osso ou metal, representando a forma humana ou animal”, usados nos maracatus no Recife, Kalunga, “sobrevivência totêmica.” Kalunga. (BAIOCCHI, 1999, P. 40)

Baiocchi ib. traz também a percepção dos *Kalunga*, moradores do Sítio Histórico, onde afirmam que Kalunga “é um lugar sagrado que não pode pertencer a uma só pessoa ou família. É de todos, prá’s horas de dificuldade. Ali nunca seca, é um pântano. Bom prá plantá.” (BAIOCCHI, 1999, P.41).

Esta definição orgânica, feita por quilombolas, evidencia o trazido por Lima (2021), que propõe uma análise do termo *Kalunga* a partir de uma epistemologia negra, em que a leitura etimológica parte da teorização do empírico, subjetivo. Para tanto, foi necessário o amparo histórico, linguístico e filosófico. Ao citar Slene (1992, P. 54), a autora apresenta uma percepção fronteiriça, onde *Kalunga* é o limiar entre o material e o imaterial.

Nesse sentido, Lima (2021), traz percepções do léxico étnico a partir da subjetividade, com fundamentação de base ocidental, evidenciando privilégios que contrastam com grupos que tiveram sua humanidade objetificada, privada, o que contribui para que as análises tenham sempre o sentido do sujeito, distanciando-os de sua existência enquanto coletivo.

Contribuindo com a crítica levantada por Lima (2021), Batisde (1981) propõe que haja um empenho epistêmico para a descolonização de teorias e práticas que defendam e viabilizem a análise subjetiva a partir do sujeito. Dessa forma, a subjetividade deve ser sustentada pela filosofia⁴⁵ da coletividade, a começar do território vivido ou “espaço de vida” (HAESBAERT, 2020) como apresenta-nos em seus estudos, o antropólogo Arturo Escobar (2008).

Com isso, tem-se “um grupo pertencente a um sujeito, tal como o sujeito pertencente a um grupo” (SODRÉ, 2017, P. 106), como enfatizado por Haesbaert (2020), ao propor a análise do corpo- território e território -corpo como consequência das relações dos sujeitos em um tempo/ espaço, sem distinção de gênero.

Outro argumento que norteou a análise epistêmica do léxico étnico *Kalunga*, é a linguagem, compreendida para além da fisiologia do sujeito, bem como pensada a partir das possíveis fronteiras subjetivas que contribuem para a percepção de códigos, signos e conceitos

⁴⁵ Para a filosofia Ubuntu, para ser percebido como humano, o sujeito deve estar vinculado ao outro, a coletividade: “Eu sou porque tu és.” Em fundamentos da filosofia Ubuntu - <https://www.academialideresubuntu.org/pt/ubuntu/fundamentos#:~:text=Ubuntu%20significa%20%E2%80%9CEu%20sou%20porque,%2Dme%2C%20log%20existo%E2%80%9D>. Acesso em julho, 2022.

(LIMA, 2021). Logo, volta-se para a linguagem dentro de um contexto pós-estruturalista, a partir da redefinição de modelos culturais, políticos e ou epistemológicos.

Assim, concorda-se com Fanon (2008, P. 38) quando afirma que “todo idioma é um modo de pensar”. Dessa forma, mudanças linguísticas provocam alterações na realidade, evidenciando o quanto a colonização ainda interfere no campo da linguagem como instrumento de identidade, omitindo-a (MBEMBE, 2013).

A partir disso, cintila-se o fato de que a Secretaria de Estado da Educação de Goiás, ao identificar os Colégios Kalunga (Figura 13) com o termo “Calunga” com “C”, e não com “K”, como o ocorrido nos três municípios que fazem parte do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga⁴⁶, além de manter tal nomenclatura no site da instituição, ao mencionar os Colégios Estaduais “Calunga” I , II e III⁴⁷; desconsidera a análise ontológica, etimológica e epistêmica proposta inicialmente por Baiocchi (1999), e por outros autores/as como Lima (2021), promovendo um desconforto identitário entre os *Kalunga*.

Figura 123 - Colégio Kalunga I – Extensão Vão de Almas



Fonte: Autora. Pesquisa campo, 2022

⁴⁶ Como as placas de identificação das escolas/ colégios estão dentro do contexto das comunidades, configura-se inquietações sobre identidade e representatividade em jovens e crianças que já compreendem a razão pela luta identitária dos saberes e fazeres, intrínsecos de forma ancestral no termo *Kalunga*.

⁴⁷ Dado encontrado no site: https://escolas.educacao.go.gov.br/ListaCurso.asp?Codigo_escola=52070247 o qual embasa a produção de outras informações referente a educação *Kalunga*.

Contra ações como a supracitada, Oyewumi (2017) afirma que é necessário se romper com a imposição hierárquica, mesmo que o serviço direcionado à comunidade esteja sob a tutela do estado, assim, a busca pela autonomia linguística legitima a necessidade da luta identitária capaz de redefinir o termo *Kalunga*, rerepresentando-o para o aparelho gestor do estado. Esta reorganização da linguagem escrita e falada, implica no teor representativo.

Tal reparação está de acordo com a manifestação do movimento *Kalunga* que teoriza o empírico a partir de sua vivência, amparada na ancestralidade africana. Dessa forma, a escrita que legitima a oralidade deve estar de acordo com uma linguagem horizontalizada, isto é, amparada nos sentidos, no simbólico, se distanciando do contexto ocidental.

Na diáspora africana, este aspecto foi evidenciado em travessias atlânticas, conforme Slenes (1992, P.52), escravos da “África Bantu encontravam-se através das palavras, pois estavam no mesmo barco semântico e no mesmo mar ontológico”. Assim, a ausência do silêncio reafirma que todo e qualquer conteúdo que diga respeito à comunidade quilombola *Kalunga*, deve ter aprovação de sua entidade representativa (AQK), visto que encontrar-se na alteridade étnico-racial, perpassa pela consolidação de códigos e signos próprios.

A partir deste adentramento que a epistemologia negra do léxico étnico *Kalunga* proporcionou, optou-se por trazer também a percepção dos (as) parceiros (as) da pesquisa para descortinar o termo a partir destes sujeitos que estiveram expostos à subjetividade coletiva, a valores e significados de um determinado tempo/ espaço no interior de Goiás, no miolo do planalto central. Assim, o *Kalunga* se manifesta através de vozes femininas e masculinas, em idades distintas, que se alinham e apontam para luta e re-existência por direitos. Dessa forma, o termo *Kalunga* ultrapassa os arranjos linguísticos, históricos e filosóficos, tocando o chão, tornando-se um jeito de ser, falar, se organizar. Estes são aspectos observados nas falas das professoras do Colégio Kalunga I, Deilane Pereira Godinho e Katiele Pereira Lacerda:

É... Kalunga pra mim é a pessoa saber de seus direitos, saber ocupar, saber suas origens, né. (KATIELE PEREIRA LACERDA, ENTREVISTA REALIZADA EM PESQUISA CAMPO, SETEMBRO DE 2022).

É reconhecer nossa identidade, desde nossos ancestrais. É chegar aqui (Romaria de Nossa Senhora do Livramento e de São Gonçalo) e entender que somos uma sociedade com suturas sociais, como diz uma artista que estudei para o meu Trabalho de Conclusão de Curso e gosto muito, Rosana Paulino. Nós fomos desumanizados, né, depois, houve ali o processo de abolição da escravidão, mas não fomos encaixados na sociedade devidamente, como deveria ser, para muitas coisas não tínhamos direito. Hoje em dia, é reconhecer direitos, tanto a educação, a saúde, manifestar nossa própria cultura, então ser Kalunga hoje é entender a nossa luta, tudo o que conquistamos até aqui e o que ainda devemos lutar ainda mais por igualdade, pelos nossos direitos. (DEILANE PEREIRA GODINHO, ENTREVISTA REALIZADA EM PESQUISA CAMPO, SETEMBRO DE 2022).

Ambas apontam o caminho da luta, pois o termo *Kalunga* usado por Lima (2021) para representar os limites fronteiriços entre o material e o imaterial, ou seja, o lugar sagrado, na atualidade representa outras subjetividades, mesmo que elas estejam atreladas à coletividade por meio da re-existência. Para Gomes (2018), esta atitude de coragem do movimento quilombola, ocupou espaços da educação através de uma “perspectiva negra, decolonial” tornando possível enxergar os motivos que os fizeram invisíveis aos olhos do Estado. A re-existência também norteou o posicionamento do professor Josimar Soares Pereira que define o *Kalunga*:

Ser *Kalunga* pra mim é ser re-existência aqui na nossa terra quilombola, da onde nascemos e aonde estamos vivendo, até porque saímos pra fora, estudamos e voltamos para nosso quilombo, um lugar que hoje é terra dos quilombolas, onde as pessoas *Kalunga* que moram aqui. (JOSIMAR SOARES PEREIRA, ENTREVISTA REALIZADA EM PESQUISA CAMPO, SETEMBRO DE 2022).

Nota-se que a re-existência está atrelada a posse do território, embora a saída tenha sido necessária para a ocupação de territorialidades como a universidade (Arroyo, 2011), com o intuito de ressignificar o sujeito, inclusive, a própria luta. Assim, o retorno se fez necessário para a formação de representatividades, uma vez que a sociedade produz, de forma insuficiente e negativa, representantes negros em distintos espaços e em muitos casos, esta representação está atrelada a estereótipos (MALAFAIA, 2018). Nesse sentido, a secretária de educação Wanderleia dos Santos Rosa, contribui para com a epistemologia orgânica do termo *Kalunga* evidenciando problemas estruturais da sociedade os quais os afligem:

Ser *Kalunga* antes de mais nada é ser ascendente ou descendente de uma das comunidades quilombola *Kalunga*. Depois é saber e valorizar todo o contexto cultural, histórico desse território. Com o tempo, o ser *Kalunga* vem se transformando, eu acho que é o olhar, o olhar que era naturalizado, ele se transformou, pois muitas coisas eram por que tinham que ser, mas hoje temos condições de fazer uma reflexão e ver diferente, por exemplo, antes não víamos as questões raciais como problema, mas hoje conseguimos re-existir e a gente quer abolir o preconceito do nosso contexto, já não tratamos com naturalidade. (WANDERLEIA DOS SANTOS ROSA, ENTREVISTA REALIZADA EM JULHO DE 2022).

A secretária elucida situações ligadas ao racismo estrutural que oprime comunidades quilombolas, não apenas os *Kalunga* de forma ancestral (ALMEIDA, 2018), assim, expressões como “*Kalunga* do pé rachado” citada na entrevista da professora Delaine Godinho (2022) segregava sujeitos já vulneráveis. Neste cenário, as fronteiras são constituídas pela opressão que naturaliza estereótipos que expõem o *Kalunga* à condição de subalternidade, lembrando que este contexto os distanciou do acesso a políticas públicas fundamentais como educação, saúde e principalmente àquelas voltadas à regularização fundiária de seus territórios (SILVA e SOUZA, 2021), restando a eles esta condição de empobrecidos.

Ao se inserir no diálogo, o presidente da Associação Quilombo *Kalunga*, Carlos Roberto Pereira da Conceição descreve critérios que tornam o *Kalunga* ser quem é através da força do coletivo, do povo que se consolidou em um território de lonjuras, entre serras e vãos e souberam tirar dali o sustento, mesmo expostos a escassezes:

Ser Kalunga, eu costumo trazer para o povo, que tem uma história, que ao longo do tempo, alguns tentaram nos apagar neste histórico, e que hoje ressignificando nós mesmos, dentro de nós, o ser *Kalunga* é um povo unido, forte, guerreiro. Eu não costumo dizer que a gente vive, a gente sobrevive a cada dia, mas é um povo feliz, mesmo com tanta luta pra existir, é um povo feliz, que tem sua cultura e a memória viva. Se eu fizer um trajeto na linha do tempo, é notável que o *Kalunga* já não é mais o mesmo, nos últimos dez anos, principalmente pelo acesso dos nossos jovens à universidade, a ocupação de espaços, pelo autorreconhecimento. Antes, se nos chamassem de *Kalunga*, era coisa de nos afligir, ninguém queria ser quilombola, ninguém queria ser *Kalunga*. Pois a forma que nos tratavam, nos chamavam, tinha muito racismo, preconceito, que ainda existem, mas enfrentamos. Somos um povo rico de natureza, rico de alimentação saudável, mas escasso de um livro, de uma sandália, de uma roupa nova, também era escasso nas palavras, no vocabulário, não se falava em qualquer ambiente. Quando você ia a cidade ali, é... três vezes no ano, você ia com a mesma roupa, então isso de dez anos pra cá, mudou muito. (CARLOS ROBERTO PEREIRA DA CONCEIÇÃO, ENTREVISTA REALIZADA EM JULHO DE 2022).

Embora descreva com sensibilidade razões que os fizeram invisibilizados, Conceição (2022) esclarece que o povo e sua luta ocupam outros territórios, territorialidades e ressignificam sua trajetória em busca por direitos com luta - “Eu não costumo dizer que a gente vive, a gente sobrevive a cada dia” (CONCEIÇÃO, 2022) – e isso vale para a permanência nos espaços acadêmicos, pois conforme Gomes (2018, p. 2), “a produção de conhecimento de estudantes negros e negras quilombolas sobre si e sobre a sociedade que os cercam não tem origem nos bancos acadêmicos, na política,” tem relação direta com a vivência, com o território.

Nesse sentido, descortinar o território a partir de Cavalcante, apresentando-o na perspectiva *Kalunga* se faz necessário.

Figura 134 - Entrada da Cidade de Cavalcante (GO)



Fonte: Portal das cidades do Estado de Goiás. Acesso: julho, 2023

2.1.1 Adentrando em Cavalcante (GO)

Antes de se adentrar no município através da perspectiva da pesquisa, é preciso apresentar o contexto estadual o qual foi constituído.

Diante de fatos históricos, Goiás teve sua origem a partir da interiorização da atividade aurífera no século XVIII, como mostra Palacin (1990), que ainda aponta uma característica singular na organização das minas de Goiás, as quais fomentaram a criação dos arraiais, aglomerações populacionais que deram ao estado um perfil urbano inicialmente e não rural, pois conforme Muzzolon (2019, p. 13), tinham atividades comerciais, “assim como polos administrativos”.

Essa estrutura administrativa foi criada pelo Conde Sarzedas para alívio do descobridor (RIOS E CARNEIRO, 2016), na I Fase das “Minas Goyazes” quando surgiram os primeiros arraiais que caracterizaram a interiorização da mineração com a “febre do ouro e anarquia” (PALACIN *et al*, 1995, P. 34).

Foram quatro fases no total, marcadas pela cobrança de impostos como o “quinto” na II Fase, já a III Fase é reconhecida pela construção de duas casas de fundição – Vila Boa em 1751 e São Félix em 1754, sendo transferida para Cavalcante em 1796, e a IV Fase e última, é sulcada pela decadência da mineração. Coincidência ou não, de forma contemporânea, Gonçalves (2020, p.4), a partir de uma leitura geográfica, também aponta quatro diferentes fases da mineração em Goiás, as quais “revelam a formação socioespacial” e a aproximação dos territórios de Cerrado aos cercos da economia internacional.

Diante da trajetória apontada pela primeira Fase das “Minas Goyazes”, nota-se que a Capitania se desenvolveu a partir da presença da mão de obra negra escrava, portanto, faz-se justo abordar a historicidade com a presença destes sujeitos que contribuíram de forma relevante para a consolidação de arraiais através da mineração e o progresso de outras atividades que deram o perfil agropecuarista para Goiás.

Neste sentido, Silva (2003), de forma crítica, aponta que as primeiras abordagens da historiografia goiana com a presença de pessoas negras ocorrem de forma tardia, de maneira superficial e repleta de estigmas, o que evidencia a invisibilidade do povo negro que foi apagado da história, principalmente por esta história ter sido escrita e contada por viajantes europeus (MUZZOLON, 2019). De igual modo, Adichie (2019), no livro “O perigo de uma história única”, alerta sobre narrativas que usam o outro como abjeto, criadas a partir de discursos hegemônicos, compartilhados repetidas vezes.

A autora ainda aponta que toda história única tem relação com o poder, “seja ele econômico, político ou epistêmico” (2019, p. 12), sendo que em Goiás por muito tempo, como

reflexo da política nacional, o negro não apareceu como trabalhador que contribuiu com os arranjos econômicos do Estado brasileiro, pois sempre foi tratado com demérito, ou como sujeito subvertido. Destaca-se o fato de que o tratamento para com os povos africanos é o mesmo em países latinos como o Equador, como enfatizam Walsh e Salazar (2015).

A história única deu o crédito do período aurífero em Goiás e no contexto nacional, aos bandeirantes, lembrados por monumentos em praças públicas (Figura 15)⁴⁸.

Figura 145 - Escultura do Bartolomeu Bueno da Silva, na região central de Goiânia (GO)



Fonte: Jornal UFG – Resgate do Passado, 2016

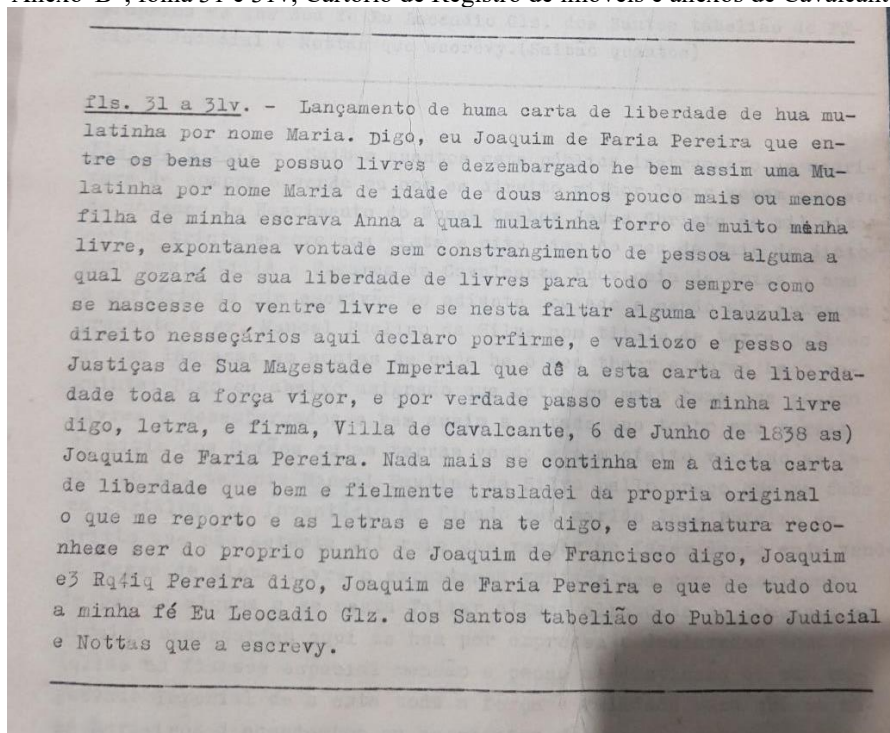
Ramos (1940), assim como o abolicionista Antônio Félix Bulhões contribuíram com a mudança deste cenário, trouxeram o negro escravo para suas narrativas, assim como Palacin (1994), Salles (1992) e Silva (2003). Os escritos de Palacin (1994) fizeram uma estimativa do número de escravos trazidos para Goiás, variaram de doze mil em 1736 a vinte mil em 1750 conforme o desenvolvimento da extração do ouro, sendo que a Capitania entrou em decadência em 1770 por uma série de fatores que variaram desde a falta de crédito dos donos das minas ao afrouxamento do regime escravista.

Em consequência deste ‘abrandamento’, tem-se a doação de cartas de alforria, conforme aponta (Figura 16), em que o Senhor Joaquim de Faria Pereira que dentre os bens

⁴⁸Escultura em bronze incorporada a paisagem goianiense em 1942 a qual faz referência ao expedicionário Anhanguera. Disponível em: <https://jornal.ufg.br/n/90447-resgate-do-passado> . Acesso, julho de 2023.

livres, era possuidor de uma “mulatinha” de aproximadamente doze anos, Maria, filha de sua escrava Anna, declara liberdade à Maria, como se “nascesse do ventre livre”⁴⁹, a carta datada em 06 de junho de 1838, na Villa de Cavalcante, foi registrada pelo tabelião público Leocádio dos Santos. Ações como esta fazem parte do período em que economicamente Goiás, assim como o contexto nacional, passavam por uma transição do sistema escravista minerador para o pecuarista/ assalariado.

Figura 16 - Anexo “B”, folha 31 e 31v, Cartório de Registro de imóveis e anexos de Cavalcante (GO), 1838



Fonte: Muzzolon, 2018.

Contudo, em Goiás, como testemunho da luta e re-existência do negro escravo, “não há praticamente arraial sem a sombra de um quilombo” (PALACIN, 1994, p. 79). Dentre eles, o *Kalunga*, que abrange os municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás. A partir disso, Costa (2013) afirma que os negros escravos que deram origem ao quilombo *Kalunga* se fixaram na região nomeada de Morro do Chapéu ainda em Cavalcante, pois até a formação administrativa de 1831 a província de Cavalcante se estendia até Formosa (GO)⁵⁰, mas na atualidade, a região acima mencionada, pertence ao município de Monte Alegre de Goiás.

⁴⁹ Lei sancionada pela princesa Isabel em 28 de setembro de 1871, a qual determinava que a partir desta data, as mulheres escravizadas dariam a luz a crianças livres.

⁵⁰ Dados encontrados no site: <https://cavalcante.go.gov.br/historia/>. Acesso: julho, 2022.

Feita esta contextualização, adentra-se no município que a pesquisa se ancora. Cavalcante é um lugar onde o tempo anda devagar, circundado pela Serra de Sant' Ana carrega intrínseco à sua formação o período aurífero em Goiás. Esta característica temporal está explícita na praça central da cidade (Figura 17), a qual possui um monumento em formato de balança utilizada para pesagem do ouro, fazendo referência ao bandeirante Diogo Teles Cavalcante, quem deu nome a uma cidade que possui população predominantemente negra quilombola⁵¹ e, até o momento não têm nenhum monumento que remeta a esta origem ancestral.

Figura 17 - Monumento na praça Diogo Teles Cavalcante, praça central de Cavalcante (GO)



Fonte: Autora (2022)

Tal marco é reflexo da política excludente realizada no município desde a sua emancipação, uma vez que só em 2020, depois de 189 anos de autonomia administrativa, a cidade elegeu o primeiro prefeito *Kalunga* - Vilmar Souza Costa. Trata-se de um feito histórico, que reflete a abordagem que aqui se faz, Quilombolizar *Kalunga*. Além do prefeito, elegeram-se também vereadores da própria comunidade, diante disso ousou afirmar, que estes sujeitos

⁵¹ De acordo com o I Censo Demográfico Quilombola realizado em 2022, Cavalcante tem o total de 9.589 habitantes, destes, 5.473 se autodeclararam quilombolas. A Associação Quilombo Kalunga interpela tais dados, pois eles não condizem com a realidade, mesmo que estejam próximo. Disponível em <https://censo2022.ibge.gov.br/> Acesso: agosto, 2022.

desafiam a hegemonia intrínseca à política do estado, onde grupos gestores refazem as oligarquias hibernadas.

Assim, anunciar sua própria história é algo repleto de significados, está para além das relações de poder pré-estabelecidas em um recorte espacial que possui sulcos profundos do coronelismo, sendo este um braço do colonialismo que resiste ao tempo e a luta de populares.

Apresentando desafios que o tempo não apaga, Cavalcante está no miolo, no interior, e tem seus limites territoriais divididos com os municípios de Colinas do Sul (GO), Minaçu (GO), Monte Alegre de Goiás (GO), Teresina de Goiás (GO), Alto Paraíso de Goiás (GO) e Paranã (TO). Neste âmbito, consolida-se os espaços vividos (ALMEIDA, 2003 e 2015).

Almeida (2003) ainda propõe pensar neste imo a partir de suas características físicas, considerando-o sertão. Ao destrinchar a semântica e etimologia deste conceito, nota-se através do dicionário de língua portuguesa Porto, que sua derivação é do latim *desertānu* (interior), mas Antônio Filho (2011) ao dialogar com a proposta do estudioso Gustavo Barroso (1947) da academia brasileira de letras, afirma que a palavra tem origem portuguesa e simboliza um deserto em sua menor forma.

Barroso (1947) ainda traz ‘certão’ (derivação de muceltão), termo utilizado para se referir ao interior de Portugal, mas ao se analisar os interiores referidos, descortina-se as colônias africanas, precisamente Angola, teria ‘certão’ origem na língua dunda, vinculando-se ao mato do interior.

Cavalcante faz parte deste recorte de sertão de um Brasil africanizado longe da capital Goiânia (600 km) e perto do centro de decisões do país, Brasília (400 km). Inserido no contexto cerrado, faz parte da região geográfica da Chapada dos Veadeiros e da mesorregião do Norte goiano, conforme a nova divisão regional do Brasil proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), (2017).

O município integra o Sítio Histórico e Patrimônio Cultural *Kalunga* (SHPCK) criado em 1991 a partir da Lei Estadual Complementar 11.409. Compreendido entre serras, vãos, morros que desafiam a gravidade, além de possuir características físicas que o tornaram oásis, com cachoeiras, rios de águas cristalinas (Figura 18) em meio aos vazios e cercamentos do agronegócio. Estes aspectos influenciam no surgimento de matérias para pesquisa, tendo em vista a etnogeomorfologia⁵², um novo campo de investigação na Geografia, em que a paisagem

⁵² Conforme Lopes e Ribeiro (2016), a etnogeomorfologia é um conceito novo dentro da Geografia, onde a referência mais antiga sobre o tema foi encontrada no VI Simpósio Nacional de Geomorfologia/ Regional Conference on Geomorphology, ocorrido em 2006 em Goiana/GO intitulado Etnogeomorfologia: aplicações e perspectivas da autoria de Nunes Júnior, et.al.

física contribui para a identidade do sujeito, mesmo que Paul Claval em “História da Geografia” (2006, p. 137) já afirmava que “a Terra mantém com as sociedades humanas relações essenciais” que resultam em modelos de vida, principalmente para povos e comunidades.

Figura 158 - Característica hídrica e geomorfológica do território Kalunga em Cavalcante (Vão do Moleque)



Fonte: Associação Quilombo *Kalunga*, 2021.⁵³

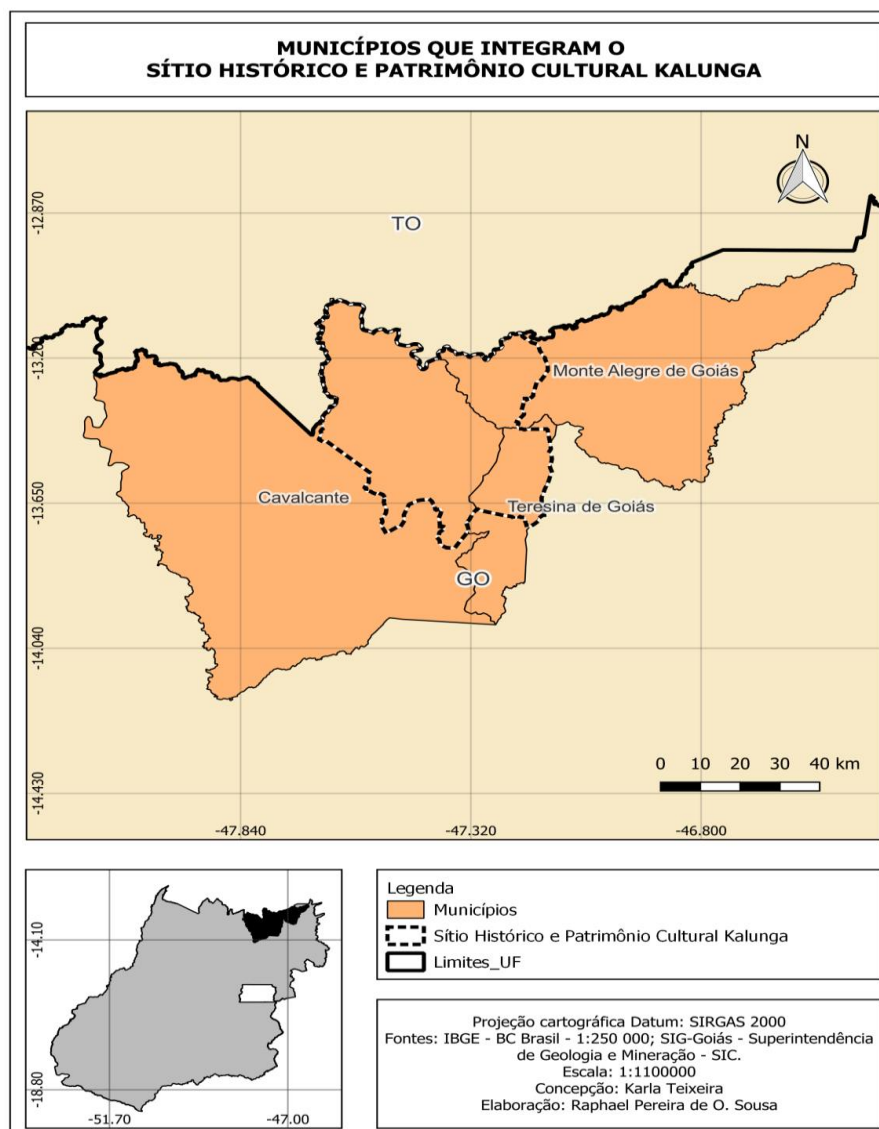
Segundo o Estatuto e Regimento Interno da AQR⁵⁴ (2019, p. 12), o SHPCK ocupa cerca de 261.999 mil hectares, sendo que 71% deste total está em Cavalcante, 15% em Terezinha de Goiás e 13% em Monte Alegre, conforme mostrado na Figura 19. O território possui no total de 39 comunidades/ núcleos familiares envolvendo os três municípios, mas para a pesquisa concentrou-se nas agremiações localizadas em Cavalcante (Vão do Moleque, Engenho II e Vão de Almas e seus núcleos).

⁵³Registro disponível em:

https://www.facebook.com/photo/?fbid=2973220386332963&set=pb.100064917601281.-2207520000&locale=pt_BR. Acesso em julho, 2022.

⁵⁴ Consolidado em 2019, o Estatuto e Regimento Interno da Associação Quilombo *Kalunga* é um livro sagrado para todo(a) *Kalunga*, pois traz definições de organização da própria associação, bem como a gestão de todo o território do SHPCK.

Figura 19 - Mapa de localização dos municípios compreendidos no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga



Elaboração: Rafael Sousa

Por ser o maior município do SHPCK, Cavalcante apresenta singularidades que chamaram a atenção no momento de estruturação da pesquisa, seja por ter um contexto urbano que reafirma a relação com comunidades quilombolas rurais, ou por apresentar demandas históricas, como a ausência de equipamentos urbanos, tendo em vista a falta de pavimentação asfáltica. No bairro Morro Encantado (um dos mais antigos do município – Figura 20) é possível perder de vista os limpos de terra fofa no mês de setembro, marcados pelo ir e vir dos sujeitos que ali moram e sofrem com a poeira ou com a lama.

Já no Cavalcantinho (Figura 21) e suas proximidades (bairros mais jovens, criados a mais de doze anos, conforme moradores), além da ausência do asfalto, também não tinham acesso a água encanada e nem energia elétrica até o momento da pesquisa campo, julho e setembro de 2022. Situações que demonstram a ausência do poder público em outrora, diante disso, para Cavalcante, ter um gestor *Kalunga*, é também oportunidade de solucionarem necessidades cristalizadas, pois para Souza (2006), as políticas públicas são ações pensadas pelos agentes públicos que influenciarão na vida do cidadão.

Figura 2016 - Via de acesso aos bairros adjacentes ao Cavalcantinho



Fonte: Autora, pesquisa campo, 2022

Figura 171 - Av. São Paulo no bairro Morro Encantado



Fonte: Autora, pesquisa campo, 2022

As particularidades urbanas ultrapassam às ruas e adentram aos quintais, caracterizando os arranjos de um quilombo cidadão, considerado aqui como forma de re-existência a partir de Batista (2019). A presença de árvores frutíferas regionais dentro dos cercados, tais como: baruzeiro, cajueiro do Cerrado, pequiheiro, associadas às árvores domésticas, além do cultivo de hortaliças (Figuras 22 e 23) que são para consumo próprio ou para atenderem as demandas do comércio local (restaurantes), alimentam a relação do sujeito agora urbano, com saberes e fazeres adquiridos de forma ancestral no território. Logo, para Almeida (2008), são manifestações da identidade *Kalunga*, percebidas na organização dos quintais.

Figura 182 - Horta urbana no bairro Morro Encantado



Fonte: Autora, pesquisa campo, 2022

Figura 193 - Cerca de feijão guandu (vulgo andu).



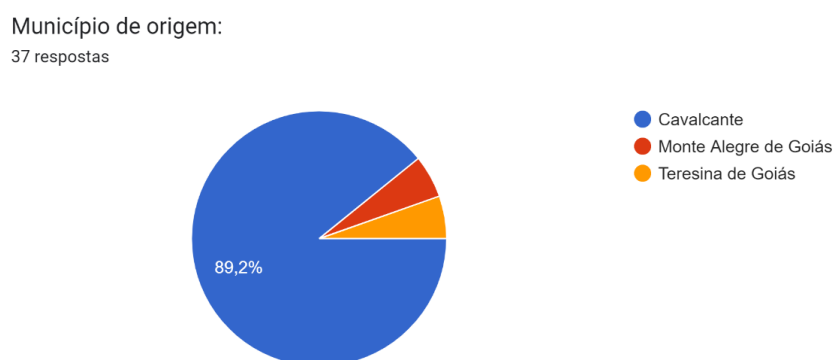
Fonte: Autora, pesquisa campo, 2022

A partir disso, Batista (2019) baseada em Moura (2001) afirma que os quilombos urbanos reelaboram através da re-existência e experiência social, valores, saberes e fazeres culturais. O que torna a ação de re-existir ativa e contínua, pois em sua maioria são áreas desprovidas de equipamentos urbanos, conforme mostrado anteriormente.

Para Ratts (2007) alicerçado em Beatriz Nascimento que tem sua narrativa intrínseca a trajetória atlântica do homem e mulher negra, considera que a organização de um quilombo não reduz a um território físico, pode-se então existir quilombos onde houver um negro quilombola. Mais tarde, no capítulo seguinte tratar-se-á com maior ênfase o conceito quilombo e seus desdobramentos. Além do já mencionado, a busca pelo serviço de educação superior através de ações afirmativas foi o principal elemento potencializador para a escolha de Cavalcante para a realização da pesquisa.

Dentre os três municípios que compõem o SHPCK, Cavalcante possui maior população, além disso, apresenta um número considerável de estudantes vinculados à Licenciatura em Educação no Campo (LEdoC) na Universidade de Brasília (UnB), além de ter estudantes de Cavalcante na Universidade Federal de Goiás inseridos pelo programa UFG Incluir, assim como na Universidade Federal de Jataí (UFJ) e Universidade Federal do Tocantins (UFT) Campus Arraias. É o que mostra o gráfico abaixo, produzido a partir do preenchimento de 37 questionários respondidos de forma remota através do *google forms* (Figura 24).

Figura 204 - Gráfico de origem dos entrevistados (mapeamento de acesso ao ensino superior)



Fonte: Pesquisa campo, 2022/2023. Organização: Autora e Associação Quilombo Kalunga, 2023⁵⁵.
*O gráfico apresenta o total de 37 questionários preenchidos sendo que dois deles é do mesmo entrevistado.

Conforme orientação e reconhecimento da Fundação Palmares, para que quilombolas acessem serviços como educação, utilizando de sua identidade étnica, é necessário que a Associação Quilombo *Kalunga* emita uma declaração atestando a relação do sujeito com a comunidade de forma ancestral. Este atestado tem a validação de representantes das Associações locais (cada comunidade possui três representantes) conforme Estatuto e Regimento Interno da Associação Quilombo *Kalunga* (2019, p. 44), conforme Figura 25.

⁵⁵ Em parceria com a Associação Quilombo *Kalunga*, foi estruturado um questionário on-line (Apêndice) com o intuito de atingir maior público e mapear todo(a) aquele(a) Kalunga que passou ou permanece na universidade, para a criação de um banco de dados da AQK. Feito isso, serão pensadas ações que os envolvam e atendam demandas da comunidade.

Figura 215 - Declaração étnica emitida pela Associação Quilombo Kalunga

Logo of Associação Quilombo Kalunga with CNPJ: 04.075.938/0001-21.

DECLARAÇÃO DE PERTENCIMENTO ÉTNICO

Nós lideranças Quilombolas Kalunga, abaixo assinados, declaramos para os devidos fins que **CARLOS ROBERTO PEREIRA DA CONCEIÇÃO**, portador do RG: [REDACTED] SSP/GO e do CPF nº [REDACTED], é quilombola e pertence a **COMUNIDADE KALUNGA VÃO DO MOLEQUE/PRATA**, no município de Cavalcante/GO. Declaramos ainda que temos conhecimento e apoiamos sua candidatura ao mestrado acadêmico do programa de pós-graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais.

LIDERANÇA 1
 Nome completo: Edison dos Santos Almeida
 CPF: [REDACTED]
 RG: [REDACTED] SSP-GO
 Assinatura: Edison dos Santos Almeida

LIDERANÇA 2
 Nome completo: Daiane Furtado dos Santos
 CPF: [REDACTED]
 RG: [REDACTED]
 Assinatura: Daiane Furtado dos Santos

LIDERANÇA 3
 Nome Completo: Brunilda Pereira Rosa
 CPF: [REDACTED]
 RG: [REDACTED]
 Assinatura: Brunilda Pereira Rosa

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

Cavalcante, 01 de fevereiro de 2023.

Associação Quilombo Kalunga - Sítio Histórico e Patrimônio Cultural
 Av. Princesa Isabel, Qd. 45, Lt. 03, Vila Pereira, Teresina de Goiás, CEP: 73795-000, Goiás, Brasil.
 +55 62 3494-1062 – aqkalunga@gmail.com

Fonte: Carlos Roberto Pereira da Conceição, 2023.

Cavalcante, nos últimos 10 anos⁵⁶ tem desempenhado papel importante na formação de lideranças. A partir disso, tem-se hoje a sede da AQK no município (Figura 24), assim como a jovem liderança que a preside, Carlos Roberto Pereira da Conceição, morador da cidade desde a adolescência, onde desde então atua de forma efetiva contra situações que evidenciam abusos sofridos por jovens *Kalunga*⁵⁷.

⁵⁶ Conforme entrevista do atual presidente da AQK, nos últimos dez anos muitas lideranças despontaram no município de Cavalcante em função dos acessos à serviços como a educação (universidade).

⁵⁷ Conforme o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Goiânia, Cavalcante possui o maior índice de estupro de vulneráveis do Estado, com taxa de 3,7 casos por habitante, enquanto em Goiânia o dado é de 0,43. (publicação feita pela Secretaria de Segurança Pública nos anos de 2017 a 2019). Disponível em: <https://cmdca.go.gov.br/noticias/casos-de-abuso-sexual-ainda-assombram-cavalcante/>. Acesso: agosto, 2022. Em 2016, foi movida uma ação contra comerciantes, pessoas públicas que abusavam de jovens *Kalunga*.

Figura 226 - Sede da Associação Quilombo Kalunga em Cavalcante



Fonte: Autora, pesquisa campo, 2022.

Conforme Associação Quilombo *Kalunga*⁵⁸, mesmo que o SHPCK, assim como a comunidade Kalunga de Cavalcante sejam muito assediados por pesquisadores, poucos são os dados que a comunidade tem acesso para melhor compreendê-la. Diante desta necessidade de conhecer para proteger, entre 2019 e 2021, foi realizado o georreferenciamento detalhado (aspectos físicos e socioecômicos) de todo o SHPCK de Goiás a partir do subsídio do Fundo Internacional de Parceria de Ecossistemas Críticos (CEPF). Esta é uma importante ferramenta na/ a para gestão do território.

Nesse sentido, a partir deste ponto, apresenta-se o território como categoria de análise da Geografia, mas também a partir da percepção e compreensão do/a quilombola *Kalunga*, conforme mostrado a seguir.

⁵⁸ Informação obtida no site da Associação Quilombo *Kalunga*. Disponível em <https://quilombokalunga.org/press/kalunga-na-midia-mapeamento-do-territorio/>. Acesso em agosto, 2023.

2.2 - Território e Territorialidades: da categoria geográfica à espacialização dos Kalunga de Cavalcante

Em outrora, ao destrinchar o processo metodológico, falou-se sobre a importância de se dialogar com a categoria território, pois para povos e comunidades tradicionais, tudo inicia ali, sem território (Figura 27) não há garantia de outros direitos. Diante disso, em uma perspectiva geográfica, usou-se de referências que nos trouxeram até aqui no papel de mediadores da ciência e sociedade⁵⁹, mas não nos impediram de apresentar proposituras para a categoria de análise, conforme os anseios e demandas dos sujeitos parceiros.

Figura 237 - Território Kalunga



Fonte: Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

⁵⁹ O pesquisador/a é um mediador/a entre a ciência e a sociedade, cabendo a ele/a apresentar avanços entre os diálogos propostos, caso contrário, do que nos serve a academia se propor o mesmo, embasado no mesmo?

Nesse sentido, parte-se de Karl Marx (2016) em sua principal obra, “O Capital” onde o autor fez provocações sobre a economia moderna na concepção da classe trabalhadora, o que contrariou e contraria a definição trazida por Adam Smith (“Riqueza das Nações”, 1996) e David Ricardo (“Princípios de Economia Política e Tributação”, 1996). Pautando-se em Marx, Clovis Moura (1959) em “Rebeliões da Senzala”, afirma que, no Brasil, a luta de classes não tem origem no chão de fábrica, mas no chão da senzala, na visão progressista de se pensar o quilombo.

Ao propor o encontro de Marx e Moura, ousa-se discordar daquilo que é posto para a categoria território através de uma desobediência epistêmica (MAGNOLO, 2008), pois as demandas populares descortinam-no para além das relações de poder, o foco é a re-existência.

Assim, o consolidado por Karl Marx e Antônio Gramsci (2022) - em “Homens ou Máquinas? Escritos de 1916 a 1920”; Claude Raffestin (1993); Elisée Reclus (2002) através de “A Evolução, Revolução e o Ideal Anarquista”, e Lefebvre (1986) ao definir dominação e apropriação no contexto território, foram usados como nortes ao se fazer o alicerce epistemológico da análise territorial, mas não sustentaram a discussão, a qual é sulcada pela organização espaço/ tempo, a partir de novas *práxis* na Geografia, onde o todo é fundado na percepção *Kalunga*.

Desse modo, para se compreender o território de forma horizontalizada, usou-se de autores/as latinos/as ao se posicionar a favor da popularização das ciências, de uma ciência que ressignifica a teorização, pois parte-se do lugar para se pensar o mundo. Falado isso, a Geografia tem sido uma aliada no processo de luta e re-existência de povos e comunidades tradicionais, em que o território se apresenta como uma categoria emergente, disposta a provocar pesquisadores não somente de forma analítica, pois é tratado como um importante instrumento pelos movimentos sociais nas *práxis* populares em toda a América Latina.

Walsh e Salazar (2015) evidenciam como este momento se faz importante e necessário para povos e comunidades tradicionais que reivindicam do Estado direitos ancestrais, ao questionarem as ordens liberais que atuam a favor da dispersão sociocultural e ancestral as quais ameaçam a vida destes sujeitos.

Dessa forma, a luta e re-existência não estão apontadas somente no acesso ao território, também direcionam atenção para memória e identidade, ainda assim, a categoria mobiliza agendas e estratégias de forma unificada, funcionando como um catalizador de forças emancipatórias (CRUZ, 2011).

Nesse sentido, questiona-se as formas de “gestão colonial das territorialidades negras”, as quais foram negadas a sujeitos como os *Kalunga* de Cavalcante, evidenciando situações como as descritas por Nilça Fernandes dos Santos no momento da entrevista. A entrevistada evidencia que a comunidade desconhecia sua origem ancestral mesmo negando um passado que os fizeram escravos.

Mas, os movimentos sociais, estão cientes do processo “epistêmico -analítico e político -prático do conceito” (CORRÊA E SANTOS, 2022, P. 3), propõem outras formas de operacionalização territorial, que se distanciam da interpretação eurocêntrica, e esteja para além do Estado Nação, considerando a sobreposição dos territórios e diminuindo as distâncias entre o pesquisador e o pesquisado.

Desse modo, o modelo de controle e gestão dos territórios passa por mudanças oriundas de ações governamentais na América Latina, que para Quijano (2005) influenciam desde o sistema mundo colonial moderno às heterarquias (GROSFUGUEL, 2010).

No Brasil, as políticas afirmativas, direcionadas para negros e quilombolas, no início dos anos 2000, repercutem até então na busca por direitos, assim como no reordenamento da análise geográfica a partir do conceito territorial, inserindo o “tripé dialético” (AGUIAR-NASCIMENTO e BARBOSA, 2023) “territorialidade, territorialização e desterritorialização” (HAESBAERT, 2004), pois o Estado promove uma reterritorialidade, tratada por (HAESBAERT, 2014).

Inicialmente, o território está atrelado à ideia de Estado- Nação posta por Raffestin (1993), em que o poder é único, exercido tanto pela produção material quanto pelo campo jurídico político, Souza (2015) ao concordar com Raffestin (1993), acrescenta que o território está assentado e marcado pelas relações de poder.

Nota-se que em consequência de reivindicações populares, novas *práxis* metodológicas e epistêmicas apontam para um território com possibilidades de análise, em que poder não está somente para o juízo estatal. Desse modo, se apresenta em formas de dominação econômica e simbólica.

Na Geografia, o precursor da análise territorial decolonial na perspectiva do poder, ser e saber de povos e comunidades, foi o professor Dr. Carlos Walter Porto-Gonçalves (2002, 2012, 2015) *in memoriam*, onde o autor propõe uma análise de como a colonialidade se apresenta na organização do território e nas territorialidades.

Nesse sentido, as formas de manifestação do poder aparecem na dominação étnico-racial, evidenciando questões já tratadas aqui, quando pessoas negras foram escravizadas para

garantir a soberania de um sistema econômico, produzindo formas de re-existência (PORTO-GONÇALVES, 2015).

A proposta enfatiza a necessidade de se consolidar uma Geografia que pensa a luta de povos e comunidades tradicionais, para Castro *et al.* (2022) esta Geografia está fora do eixo, fora dos padrões hegemônicos, pois não apresenta apenas as trajetórias de fuga, de subversão contida em uma história única repetida inúmeras vezes, mas considera a busca por liberdade.

Contribuindo com esta proposta, Quijano (2010) afirma que a teoria marxista já não atende ao novo ordenamento da categoria território, ainda que Marx não tenha o propósito de discuti-la, mas como o próprio título da pesquisa propõe, considerou-se a trajetória social do *Kalunga*, por isso, Quijano *ib.* sugere uma ampliação da “Luta de Classe” proposta por Marx (2016), para Classificação Social construída com a participação popular, considerando as heterogeneidades, singularidades e identidades locais presentes na escala micro.

Como em qualquer estudo que desafia aquilo que já está posto, a análise decolonial de Quijano (2010) que questiona o poder e por conseguinte do território, apresenta desafios abordados por Castro-Gomez (2012) que é um autor decolonial. Castro-Gomez *ib.* mostra a complexidade inerente ao embate na elaboração das escalas de análise na perspectiva decolonial, para ele, aplicar conceitos macros em escalas micro faz com que a Geografia perca categorias que mediam a compreensão regional, paisagística, havendo apenas o território e/ou lugar-território (SAQUET, 2022).

Contrapondo Castro-Gomez (2012), Grosfoguel (2008) afirmam que intelectuais homogeneizadores produzem conhecimento a partir de discursos solitários, sem escuta, de forma vertical, considerando o sujeito objeto (DUSSEL, 2017), assim, inferiorizando-o. Dessa forma, sem parcerias, estes intelectuais dificultam a evidência das escalas que não deixam de existir, tão pouco as categorias, mas são redefinidas a partir de onde se inicia a análise, provocando mudanças de paradigmas.

Desse modo, o autor consente com a perspectiva de Quijano (2010), em que a escala micro pluraliza a macro, dando a esta, versões da arena real, pois estão pautadas em práticas emancipadoras, plurais, diminuindo distâncias entre o pesquisador e o pesquisado. Assim, dialoga com a crítica tecida por Fals Borda (1978) e Fanon (2022) ao sistema opressor, ao caracterizarem as estratégias do sistema para reproduzir o poder homogeneizador da lógica epistêmico-política, do pensamento ao território.

Então, o território apresenta necessidades de “mudanças cognitivas” (SAQUET, 2022, P. 79), que revelem perspectivas, desde a análise etimológica, uma vez que a pertença individual trazida por Corrêa (1986) é substituída pela coletiva. Assim, o território em uma perspectiva

pós-moderna atinge multiterritorialidades (HAESBAERT, 2004) as quais apresentam fronteiras que fogem à subjetividade Kalunga e adentram aos interesses de classes hegemônicas, dominantes, onde novos arranjos são propostos a toda hora a territórios tidos como “velhos”, tradicionais e/ou ancestrais.

Para a AQB⁶⁰, o território apesar de coletivo, não tinha representatividade, isso fez com que se tornasse alvo de cercos constantes.⁶¹ Mas está claro no Estatuto e Regimento Interno da Associação Quilombo *Kalunga* a necessidade da representação coletiva por comunidade, criando fronteiras simbólicas em um território que é coletivo, o que dialoga com a jurisdição e os limites apresentados por GEIGER (1996) para compreender a categoria territorial.

Mas, nota-se que a instituição representativa está ciente do assédio sofrido pelas comunidades *Kalunga*, o qual não garante mudanças práticas, principalmente quando envolvem produções acadêmicas, pois as devolutivas não atingem as reais necessidades das comunidades, logo, falta a elas conhecimento técnico para gestar o território como estratégia de proteção.

Assim, os *Kalunga*, influenciados por um contexto político-prático o território se liga/se ligou à terra (LIMA, 2012), mesmo sendo anterior a ela (GALLOIS, 2004, p. 39). Contribuindo com Gallois ib., Souza (2006) afirma que é no recorte terra que se produz a identidade sociocultural, assim a atuação dos partícipes é fundamental para a compreensão dos conceitos terra e território.

Dias (2019, p. 41), que é quilombola *Kalunga* e mestre em Direito Agrário, assegura que esta terra concebida pela modernidade, nada mais é do que uma “territorialidade do Estado”, por isso, a terra é uma “categoria jurídica” que atende à reprodução do capital, já o território, quando associado a um povo, como aqui, “se sustenta a partir da cultura ancestralmente construída”, pois se trata neste caso de um território étnico.

À vista disso, considera-se que o território está para além das ideologias hegemônicas, pois ao mesmo tempo em que é um instrumento do poder político é também um espaço de identidade cultural (SILVA, 2014). Nesse sentido, se pautando na construção pós-moderna territorialista, apresenta-se aquilo que define e dá valor ao território (FUINI, 2014). Pondera-se então os modos de compreensão e concepção da realidade social, cultural.

⁶⁰ Matéria disponível no site: <https://quilombokalunga.org/press/uniao/>. Acesso em agosto de 2022.

⁶¹ Texto de apresentação do site da AQB, na Sessão de Representatividade Kalunga, o autor(a) não identificado nem ano de publicação. disponível no site: <https://quilombokalunga.org/press/uniao/>. Acesso em agosto de 2022.

Pondera-se então a partir da perspectiva de espaço/ tempo trazida por Santos (2014, p. 48) que “se as formas pudessem mudar cada vez que o conteúdo muda, forma e conteúdo apresentariam uma tendência a confluir-se em um dado momento e um dado lugar”.

Ao criar um diálogo entre tríade dialética (AGUIAR-NASCIMENTO e BARBOSA, ib.), proposta por Haesbaert (2004) e Santos ib., nota-se que mesmo que lugar e território sejam categorias que não se fundem, existe neste caso, a necessidade de a Geografia repensar o território e sua extensão, reavaliando as escalas de abordagens de suas respectivas categorias, conforme o proposto em parágrafos acima, por QUIJANO (2010).

Em consequência disso, o território de um povo é compreendido aqui como resultado da confluência entre a percepção e a atuação de seus sujeitos em um espaço/ tempo. Esta reorganização é estimulada por movimentos sociais nacionais e internacionais, que concedem ao território e às territorialidades um novo papel, pensado por quem os olha pelo lado de dentro (ALMEIDA, 2003).

A partir disso, e pelas demandas ainda existentes no território *Kalunga*, nota-se que os “vultos temáticos das lutas populares” (GONÇALVES, 2021, p. 21) têm norteado a análise da categoria território no espaço acadêmico, mas estariam estas pesquisas preocupadas em atender à necessidade dos sujeitos envolvidos ou respondem apenas a um modismo teórico contemporâneo (PORTO-GONÇALVES, 2015)? Questiona-se aqui, o utilitarismo presente na produção acadêmica, que é consequência do produtivismo neoliberal tratado em Gonçalves (2021), mas que em muitos casos, compromete a abordagem territorial.

Contrapondo às fragilidades, Arroyo (2011), ao pensar o currículo como um território em disputa, dialoga com anseios de movimentos sociais e, que se somam ao engajamento de pesquisadores, portanto o autor provoca ao afirmar que é preciso que o povo e sua luta conquistem outros territórios, se referindo ao território currículo, escola, universidade.

Cunha⁶² (2020, p. 87) que é *Kalunga*, tece involuntariamente um diálogo robusto com Arroyo ib. quando afirma que “a escola é um dos espaços responsáveis pela instauração dos processos de promoção da cidadania, respeitando e valorizando a matriz cultural, bem como busca a equidade da luta consciente para a materialização da identidade de cada povo.”

Nesse sentido, esta materialização é percebida no processo de Territorialização-Desterritorialização-Reterritorialização tratado pelas novas *práxis* na Geografia, conforme

⁶² Quilombola *Kalunga* do Vão de Almas, mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável Junto a Povos e Territórios Tradicionais/ UnB e professor e diretor quilombola responsável pelo Colégio Estadual Kalunga III em Teresina de Goiás e representante das comunidades Kalunga de Goiás na Coordenação Regional de Educação (CRE) de Campos Belos/ SEDUC - GO.

Saquet (2022, p. 109), e estão presentes nos territórios populares de forma simultânea na duração e ruptura, entre sociedade e natureza, cosmologia e ritos, técnicas e tecnologias, cores e sabores”.

O fato caracteriza a diversidade entre as relações, afinal, o “território sempre será múltiplo” (HAESBART, 2004, p.2). Saquet (2022) ainda dialoga com Raffestin (1993) ao afirmar que os arranjos configurados pela tríade territorial (TDR) assemelham-se ao “sistema tridimensional sociedade-espaco-tempo.

Falado isso, tanto nas abordagens anteriores de Raffestin (1993), Haesbaert (2004), Dias (2019), Saquet (2022), sobre a conceituação de território e territorialidade, aquele vem primeiro, pois conforme Haesbaert (2004, PÁG. 3), e se estabelece através de suas “multiplicidades incorporadas por seus agentes que devem ser distinguidos em espaço e tempo, pois as razões do controle social pelo espaço variam conforme sociedade ou cultura, o grupo, e muitas vezes, com o próprio sujeito.”

Já a territorialidade, encarna-se às dimensões políticas, econômicas e culturais. Haesbaert (2004) ao citar Sack (1986, p. 219), define este desdobramento territorial a partir da relação estabelecida entre o “sujeito e a terra, como estes agentes se organizam no espaço e como dão significado ao lugar”. Dessa forma, a territorialidade é reflexo das experiências do sujeito que produz o território, sendo ele “funcional (Figura 28) ou simbólico” (Figura 29).

Figura 28 - Território Funcional *Kalunga*



Fonte: Autora, pesquisa campo, 2022

Figura 29 - Território Simbólico *Kalunga*



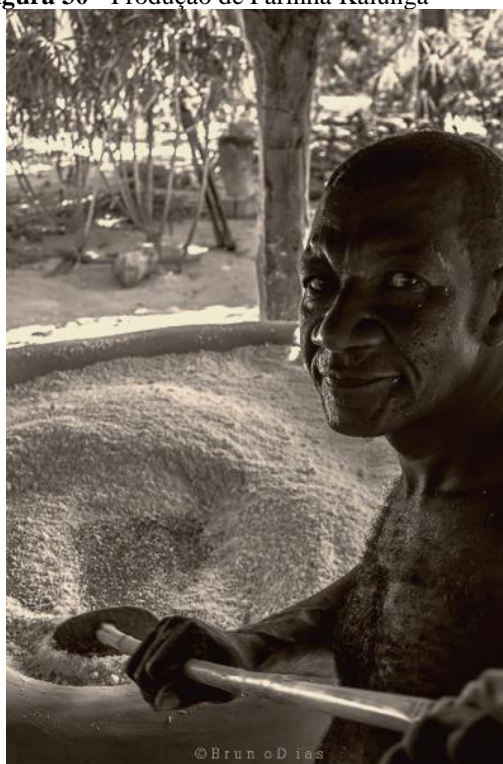
Fonte: Autora, pesquisa campo, 2022

Assim, as territorialidades *Kalunga* são constituídas a partir da sua relação com a terra, com o território, com o Cerrado, embasadas por uma memória ancestral (tempo e espaço), desempenhando papel fundamental na pluralidade cultural, identitária, pois conforme Souza (1995), os territórios simbólicos, apropriados, são legitimados a partir destes usos. Esta leitura só é possível pelas marcas da historicidade, diante dos esforços coletivos (ANJOS, 2011).

Lira e Ribeiro Neto (2016) afirmam que a territorialidade quilombola como espaços de reprodução da vida, é constituída a partir da afetividade, principalmente quando a população é inserida no contexto rural, o que dificulta a compreensão de pesquisadores/as que se trajam de um repertório teórico-conceitual pautado no urbano, situação que para Brandão (1997) cria concepções turvas.

Desse modo, de forma afetiva, na territorialidade da produção de farinha (Figura 30) que faz parte da base alimentar *Kalunga* e está associada à organização das roças as quais são assentadas pelos núcleos familiares conforme descreve Ungarelli (2009) no contexto do Engenho II e Rosa (2016) ao abordar a produção agrícola no Vão de Almas.

Figura 30 - Produção de Farinha Kalunga⁶³



Fonte: Bruno Dias/Associação Quilombo Kalunga, 2023

A partir de relatos existentes na pesquisa de Rosa *ib.*, assim como para a Associação Quilombo *Kalunga*, a mandioca exerce um papel importante na organização das famílias, pois

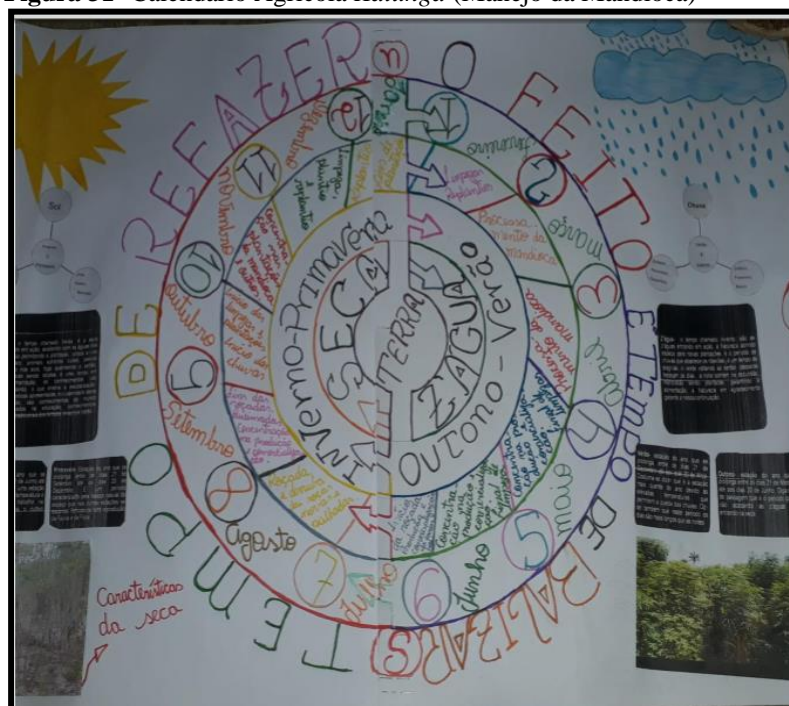
⁶³ Imagem disponível no site da Associação Quilombo Kalunga: <https://quilombokalunga.org/press/tradicao/>. Acesso em agosto, 2022.

é uma cultura que permanece nas comunidades mesmo diante dos desafios de se produzir sob as pressões do agronegócio.

O Kalunga não faz uso do plantio mecanizado, o roçado é manejado para que haja o descanso da terra, conforme observado por Ungarelli (2009). As culturas presentes são gergelim, milho, amendoim, inhame, arroz, feijão, abóbora, melão, mas nota-se através de Rosa (2016) que muitos grãos deixaram de ser produzidos seja pela alteração dos regimes de chuvas ou pela idade dos sujeitos. Logo, a alimentação do Kalunga depende hoje de produtos de origem industrial, comprados a cada vez que vão na “rua”, na cidade.

Mesmo diante das mudanças ocorridas no plantio *Kalunga*, o calendário agrícola exerce muito influência sob a organização da comunidade, principalmente para a formação de gerações futuras. Desse modo, Cunha (2018), utiliza o plantio da mandioca como uma forma de aproximar a prática curricular da vivência *Kalunga* (Figura 31).

Figura 31- Calendário Agrícola *Kalunga* (Manejo da Mandioca)⁶⁴



Fonte: Adão Fernandes da Cunha (2018, pág. 127)

Rosa (2016), traz em seus escritos a relação do Kalunga com a territorialidade roça além disso, nota-se que para as gerações mais velhas, o vínculo com este ambiente iniciava-se cedo, auxiliando na capina, tudo dependia do período em que se encontrava o plantio. Toda a

⁶⁴ Adão Fernandes Cunha (2018) descreve ao longo dos meses as atividades desempenhadas de acordo com a precipitação ou a escassez da chuva.

família era envolvida, conforme Santos (2021), em sua vivência, ficava-se mais tempo na roça do que em casa.

Nota-se que alguns cultivos, como o da mandioca, por exemplo, possuem em seu beneficiamento uma tríade santa, pois tem o papel de reunir, dividir e multiplicar, assim é com a produção da farinha, pois o processo envolve todos da casa, a vizinhança, e até quem está de passagem.

O plantio do tubérculo de acordo com a sabedoria ancestral⁶⁵, ocorre na lua minguante, muitas são as variedades deixadas pelos ancestrais, conforme texto de apresentação da territorialidade no site da AQK (sem autor/ data) em conformidade com a comunidade⁶⁶ e com Baiocchi (1999), onde afirmam que:

(...) identificar os “tipos de mandioca existentes no Kalunga é tarefa difícil, pois são filhas de línguas passadas, de gerações que vieram antes de todos/as, onde tais antepassados botaram nas raízes, nomes vivos (pipiri branco, sutinga branca, pipiri preto, basorinha, ceraninha (doce), cacau, casco de burro, parecida, aipim, castelo, todo tempo, manteiga, rochinha, babu, cerania)”, léxicos de origem “bantu-tupi”(…). AQK (sem autor/ data).

Neste caso evidencia também a relação do povo *Kalunga* com indígenas na região. Assim como as roças, os quintais se apresentam como uma significativa territorialidade *Kalunga*, em que estar no mundo é reproduzido ali (CARLOS, 1996) sendo considerado extensão da casa. É sulcado pela presença feminina, a qual se faz nas hortas suspensas (Figura 32), nos pomares, nas pequenas roças de mandioca, gergelim, algodão, no quintal também se encontra “além do forno de barro, a fomalha de torrar farinha, a pedra de quebrar o coco indaiá, o barreiro para fazer a diquada, o pilão” (DIAS E LAUREANO, 2019, P. 13).

⁶⁵ Informação do site da Associação Quilombo Kalunga, sem autor/ ano. <https://quilombokalunga.org/press/tradicao/farinha/>

⁶⁶ As variedades foram escritas conforme descrição da comunidade via entrevista realizada por Carlos Roberto Pereira da Conceição.

Figura 324 - Horta suspensa no Vão de Almas

Fonte: Autora, 2022.

Para Almeida (2016), os quintais são espaços de saberes ancestrais, onde se reproduz o conhecimento sobre o uso de plantas medicinais, alimentos para o cotidiano, é também de se produzir receitas imediatas, como a criação de galinhas e porcos.

Além das roças e quintais, outra territorialidade ancestral, é o festejo, romarias, em que se configuram manifestações da fé coletiva *Kalunga*, através do catolicismo rural, popular, com a presença de rezadeiras que entoam ladainhas, assim como de párocos, e representantes religiosos da igreja católica, o que dá à celebração um caráter particular. Almeida e Lima (2022) consideram que este aspecto distingue os festejos *Kalunga* de outras manifestações no contexto regional e nacional, mesmo que se amparem no mesmo Santo ou enredo, como é o caso da Festa do Divino em Pirenópolis (GO), onde também ocorre o Império.

Mas para o *Kalunga*, o Império é a celebração da ancestralidade negra, de África, quando uma família fica responsável por organizar o festejo. Mas conforme Sena, Jesus e Silva (2018, p. 11), o dono da festa conta com o auxílio (Figura 33) do procurador, que recebe ajuda de custo dos demais participantes: os anjos que são representados por duas crianças da família; as “enfeitadeiras” que ornamentam a igreja e o salão de festa da casa do imperador; imperadores do mastro que são responsáveis pelo levantamento dos mastros (no Vão do Moleque, são três mastros – São Gonçalo, São Sebastião e Nossa Senhora do Livramento); é o imperador que arca com toda a despesa da festa (alimentação e bebida no dia do Império).

Figura 33 - Império Kalunga

Fonte: Autora, pesquisa campo, 2022.

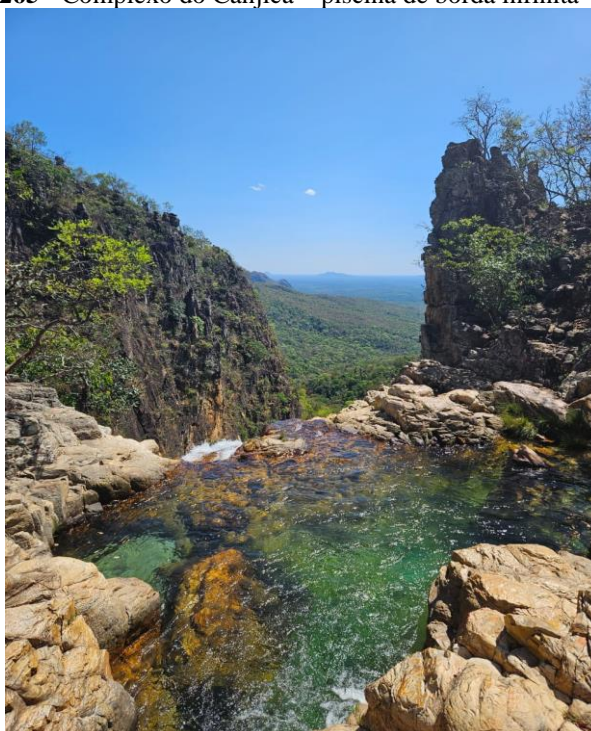
As celebrações religiosas permeiam as práticas *Kalunga*, sendo que a tradição tem relação direta com o ciclo das chuvas que são determinantes para a realização do calendário agrícola *Kalunga* (COELHO, SANTOS e FILHO, 2014). Mas também, festejam o encontro familiar, pois ocorre união entre os *Kalunga* através de casamentos, batizados, além de ser um momento de reforçar os laços familiares, a identidade étnica através da dança (*sussa*) ou *forró Kalunga*, da ornamentação dos cabelos agora trançados (Figura 34), acompanhando tendências ditadas por representatividades negras, elementos fundamentais na manutenção da cultura.

Figura 254 - Ornamentação dos cabelos de mulheres e crianças Kalunga

Fonte: Autora, pesquisa campo, 2022.

Além das territorialidades simbólicas, têm-se também as funcionais, que conforme Haesbaert (2005, p. 4), usa-se o território como “recurso, valor de troca” (Figura 35), assim se configura a atividade turística de base comunitária em Cavalcante (MALDONADO, 2009). O autor considera tal organização um “fenômeno” potente, desenvolvido em locais de beleza exuberante e com atrativos culturais únicos, assim tem-se o turismo *Kalunga*, quando toda a cadeia é mediada com a participação direta da comunidade, desde o transporte para os atrativos, os guias, os restaurantes, quem fornece a refeição, fortalecendo a economia local. Dessa forma, cria-se a possibilidade de o *Kalunga* contar sua versão sobre a organização de seu território (SANTOS, 2019, P. 39).

Figura 265 - Complexo do Canjica – piscina de borda infinita⁶⁷



Fonte: Nilcia Ribeiro dos Santos, geógrafa e guia *Kalunga*, 2023.

Mas, nem sempre foi assim, por muitos anos as comunidades estiveram expostas a exploração do turismo rede por estarem inseridas na Chapada dos Veadeiros, onde empresas adentravam no território, faziam uso dos atrativos, mas nada contribuía com a comunidade. Assim, a via do turismo como estratégia de desenvolvimento socioeconômico para comunidades e municípios não se valia (CARVALHO, 2005), pois o *Kalunga* não tinha autonomia para realizar tal atividade, o turista que ali chegava se quer sabia que adentrariam em um território quilombola.

⁶⁷ Localizado a 75 km do município de Cavalcante, o Complexo do Canjica possui cinco atrativos principais, Poço das Pedras, Poço das Águas Lindas, Cânion das Águas Lindas, Piscina de Borda Infinita e Cachoeira do Canjica.

Este cenário era favorável para a reprodução de pareceres de pesquisadores os quais avaliavam a região como rica, mas com sujeitos em situação de muita vulnerabilidade e empobrecidos. Neste caso, para Carvalho (2005, p. 253), a “riqueza e a pobreza formam um par que, se amparado em uma abordagem dialética, pode-se entender mais facilmente, porque compreende-se os processos a partir de suas contradições implícitas”.

Com o Estatuto e Regimento Interno da Associação Quilombo Kalunga, estabelece-se uma ordem de gestão no território e das atividades ali organizadas/ realizadas. Desse modo, apenas o Kalunga pode guiar dentro das comunidades (atrativos) (Figura 36), o que contribuiu para com a criação da Associação de Guias Kalunga, mas é exigido de tal profissional anuidade na instituição representativa, assim como formação e capacitação (reciclagem em cursos de primeiros socorros).

Figura 276 - Guia *Kalunga* no Turismo de Base Comunitária



Fonte: Fonte: Nilcia Ribeiro dos Santos, guia *Kalunga*, 2023.

Ao reorganizar a atividade turística, a Associação Quilombo *Kalunga* insere homens e mulheres de distintas idades no mercado de trabalho, ressignificando a atividade de guia na região da Chapada dos Veadeiros.

Além do turismo, o beneficiamento da castanha do coco indaiá, de frutos como buriti, sementes como gergelim, caracterizam outras territorialidades funcionais, mesmo que apresentem relação direta com as simbólicas (HAESBAERT, 2005), pois se tem neste caso o uso dos saberes e fazeres ancestrais. Dessa forma, se consolida o grupo: “Mães de Óleos *Kalunga*”, formado por mulheres das comunidades de Cavalcante, elas utilizam a

territorialidade feminina Casa Memória Mulher *Kalunga* para a venda de seus produtos, assim como frequentam feiras e eventos.

Outra territorialidade *Kalunga* que apresenta confluência entre o funcional e o simbólico, é a produção da técnica da arquitetura vernacular *Kalunga* por bioconstrutores da comunidade (Figura 37). A técnica vernacular aqui, se constitui a partir do significado, que é temporário (Correa, 2009) e exposto a inúmeras interpretações que refletem a experiência do sujeito no mundo.

Figura 287 - Arquitetura vernacular *Kalunga* na comunidade Vão de Almas.



Fonte: Autora, pesquisa campo, 2022.

Esta territorialidade é desvalorizada pelo *Kalunga* urbano, e apropriada na comunidade rural pela proximidade com os recursos. De acordo com o Coletivo Ciranda Viva, formado por bioconstrutores *Kalunga*, a desvalorização da técnica vernacular na arquitetura ocorre a partir da implantação de políticas de infraestrutura habitacional e sanitária pelo governo federal no início dos anos 2000, pois as casas que utilizavam de tal arquitetura, eram consideradas criadouros de barbeiro, inseto transmissor da doença de Chagas, desprezaram assim, elementos da própria cultura.

Diante disso, o coletivo supracitado tem desenvolvido ações para o fortalecimento e polimento da técnica dentro e fora das comunidades, além de capacitar mão de obra, pois é possível perceber em Cavalcante, o turismo hoteleiro se apropriou da técnica para atrair um

úblico que paga pela experiência sustentável, mas não beneficiam bioconstrutores *Kalunga*, pois o setor utiliza de mão de obra oriunda da capital do Estado ou da Capital Federal⁶⁸.

Nota-se, diante da tecitura do território e suas territorialidades para o *Kalunga*, que os desafios permanecem, mesmo que estejam cientes de possíveis ações que os permitam conhecer para melhor gerir.

⁶⁸ Informações compartilhadas por Carlos Roberto Pereira da Conceição, presidente da AQK e membro fundador do Ciranda Viva – coletivo de bioconstrutores.

CAPÍTULO 03

QUILOMBOS NO BRASIL: A LUTA PELO RECONHECIMENTO

Não vou mais lavar os pratos

Não vou mais lavar os pratos.
 Nem vou limpar a poeira dos móveis.
 Sinto muito. Comecei a ler. Abri outro dia um livro
 e uma semana depois decidi.
 Não levo mais o lixo para a lixeira. Nem arrumo
 a bagunça das folhas que caem no quintal.
 Sinto muito.
 Depois de ler percebi
 a estética dos pratos, a estética dos traços, a ética,
 A estática.
 Olho minhas mãos quando mudam a página
 dos livros, mãos bem mais macias que antes
 e sinto que posso começar a ser a todo instante.
 Sinto.
 Qualquer coisa.
 Não vou mais lavar. Nem levar. Seus tapetes
 para lavar a seco. Tenho os olhos rasos d'água.
 Sinto muito. Agora que comecei a ler quero entender.
 O porquê, por quê? e o porquê.
 Existem coisas. Eu li, e li, e li. Eu até sorri.
 E deixei o feijão queimar...
 Olha que feijão sempre demora para ficar pronto.
 Considere que os tempos são outros...
 Ah,
 esqueci de dizer. Não vou mais.
 Resolvi ficar um tempo comigo.
 Resolvi ler sobre o que se passa conosco.
 Você nem me espere. Você nem me chame. Não vou.
 De tudo o que jamais li, de tudo o que jamais entendi,
 você foi o que passou
 Passou do limite, passou da medida,
 passou do alfabeto.
 Desalfabetizou.
 Não vou mais lavar as coisas
 e encobrir a verdadeira sujeira.
 Nem limpar a poeira
 e espalhar o pó daqui para lá e de lá pra cá.
 Desinfetarei minhas mãos e não tocarei suas partes móveis.
 Não tocarei no álcool.
 Depois de tantos anos alfabetizada, aprendi a ler.
 Depois de tanto tempo juntos, aprendi a separar
 meu tênis do seu sapato,
 minha gaveta das suas gravatas,
 meu perfume do seu cheiro.
 Minha tela da sua moldura.
 Sendo assim, não lavo mais nada, e olho a sujeira
 no fundo do copo.
 Sempre chega o momento
 de sacudir,
 de investir,
 de traduzir.
 Não lavo mais pratos.
 Li a assinatura da minha lei áurea
 escrita em negro maiúsculo,
 em letras tamanho 18, espaço duplo.

Aboli.
 Não lavo mais os pratos
 Quero travessas de prata,
 Cozinha de luxo,
 e jóias de ouro. Legítimas.
 Está decretada a lei áurea.
 (CRISTIANE SOBRAL, 2000)⁶⁹

Sobral (2000), a partir da desobediência tratada no poema, convida-nos a compreender a luta pelo reconhecimento do povo negro, em específico, povo quilombola. Isso foi feito aqui a partir do diálogo com a História, Direito, Ciências Sociais, e Antropologia.

As referidas áreas do conhecimento permitiram assimilação do histórico de luta por direitos a partir do contexto quilombo como território existencial e físico para depois aprofundar em conceitos tão particulares como o Quilombismo de Abdias Nascimento e o Aquilombar de Clovis Moura que subsidiaram a proposta da pesquisa ao tratar o Quilombolizar.

Neste sentido, fez-se uma abordagem histórica da formação e representação dos quilombos a partir da diáspora africana, cabendo neste momento uma tecitura de provocações sobre a dívida que as Américas têm para com a África, contribuindo com o desmonte de preconceitos, em que faróis linguísticos possam apontar para a consolidação de uma produção científica antirracista.

Ao adentrar no contexto Sul-americano, nota-se a partir dos escritos do africanista Du Bois (1930), que no período de 1909 a 1930, não havia dados sobre a condição da população negra na América Central e do Sul, visto que as análises se concentravam na própria África, nos Estados Unidos e na Europa. Mas, para o autor, o fato de a colonização da América Central e do Sul ter contado com a participação da igreja, havia influenciado em uma experiência distinta da América do Norte, considerada muito violenta. Neste período havia uma ausência de trocas intelectuais, o que dificultou o descortinar do cenário latino-americano por Du Bois (1930).

A realidade latina só foi revelada na década de 1973, quando Abdias Nascimento participa da Conferência Preparatória do 6º Congresso Pan-Africano, realizada na Jamaica, neste momento, a voz de um intelectual negro ecoa ao relatar sua experiência com o racismo no Brasil, só então que as atenções se voltam para o contexto latino. Dessa forma, Lopes (2011), considera que Abdias Nascimento exerce um papel fundamental na luta do movimento negro brasileiro, latino.

⁶⁹ Poema disponível no LITERAFRO – Portal da Literatura afro-brasileira: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/24-textos-das-autoras/932-cristiane-sobral-nao-vou-mais-lavar-os-pratos> Acesso: Agosto, 2023.

Sabe-se que antes de se revelar toda a opressão sofrida pela população negra no Brasil, estas pessoas já estavam marcadas pela história da invisibilidade, diante disso, faz-se necessário evidenciá-las. Assim parte-se do período escravocrata no Brasil, para se pensar os espaços de re-existência, os quilombos.

3.1– A luta pelo reconhecimento quilombola no Brasil e em Goiás

Canto dos Palmares

Eu canto aos Palmares sem inveja de
Virgílio, de Homero e de Camões porque o meu canto é o
grito de uma raça em plena luta pela liberdade! (...).
TRINDADE (1961, p. 29 - 30).

Trindade (1961) apresenta através de o “Canto dos Palmares”, uma epopeia quilombola, a qual evidencia o herói Zumbi, símbolo da re-existência. O autor narrador apresenta uma escrita viva, que aproxima o leitor de demandas atemporais da população negra quilombola.

Diante disso, para se chegar ao Estado moderno brasileiro, organizado através das trocas comerciais, foi necessário perpassar pelo sistema escravista. O quilombo foi a principal forma de manifestação contra este regime econômico, e a favor da liberdade. Silva (1998, p. 14) em sua leitura historiográfica, traçou a trajetória destes espaços de fuga nas Américas, a partir das expressões que os remetiam, tendo em vista – “no Brasil mucambo; *hide-outs* nos Estados, *mormente* no sul; *maroons* no Caribe inglês (Suriname e Guiana); *busch* negrões, sobreviventes da Guiana Francesa; *palenques*, na Colômbia e México; *cumbes* na Venezuela e *cimarrons* em Cuba”.

Já o antropólogo Munanga (1996, p. 5), ao utilizar de uma episteme negra, africana para apurar o léxico quilombo, apresenta um histórico fora do contexto da escravidão, enfatiza a diversidade do conceito a partir da África, o qual se origina da aliança de poderosos grupos “*jaga*” com “*lunda*” que dominavam o oeste da África central. Assim, Munanga (1996), ressalta que quilombo neste caso representa a organização de um exército de homens, sem linhagem definida, que após um processo de lapidação feito pela atuação tempo/ espaço, é reconhecido por ser uma instituição “transcultural”, que recebeu contribuições de diversas culturas: “*lunda, imbangala, mbundu, kongo, wovimbundu*”.

Munanga (1996) ainda traz elementos que contribuíram para com a consolidação da prática dos quilombos, tendo em vista o cultivo da agricultura itinerante com a ajuda do fogo, assim como a organização social feita a partir de comunidades, em que o autor considera ser a

parte menor da unidade territorial. Mas é, portanto, de onde se origina a organização política, o que reforça a necessidade de a Geografia se posicionar sobre novas *práxis* epistêmicas teórico-conceituais sobre a categoria território ao se referir a povos e comunidades tradicionais.

Além da aproximação da terra a partir da agricultura, da organização social, o estudioso aborda a religião como algo em comum aos povos de origem bantu, os quais cultuavam *Zambi, Kalunga, Lessa, Mvidie*, o que evidencia a origem do termo *Kalunga* tratado em outrora por Lima (2021).

Assemelhando-se à estrutura do quilombo africano, ao serem organizados em solo brasileiro, estes espaços mantiveram o perfil de re-existência, sem exigência de linhagem, agregavam-se todos/as que estavam em situação de opressão, inclusive indígenas e população branca (MUNANGA, 2001).

Para Moura (1959), o quilombo foi para o Brasil, o que representou a luta de classe proletária para a Europa, quando ideais comuns se confluíam a partir da busca pela liberdade, mesmo que a história única, contada por inúmeras vezes, os apontasse como espaços de subversão, não lugares, negados pelo Estado (CARNEIRO, 2001). Nesse sentido, autores como Florestan Fernandes (2017) em “Significado do Protesto Preto”, assim como José Carlos Mariátegui (1929) na tese “Problema das raças na América Latina” apresentada na Primeira Conferência Comunista Latino-Americana em Buenos Aires, consideram a “raça” (classe) como uma forma contemporânea para se pensar em política.

A grande referência de organização destes espaços de liberdade no século XVII, no Brasil, foi Palmares, localizado em Pernambuco, ele norteia o imaginário das pessoas inclusive nos dias atuais, lamentavelmente, pois se baseia ainda no que Moura (1987, p. 16), alicerçado na correspondência do rei de Portugal, no ano de 1740, ao Conselho Ultramarino, traz como quilombo, uma organização com mais de cinco negros fugidos, localizados em regiões isoladas, “que tenham ou não ranchos levantados, e nem se achem pilões”.

O fato é que tal definição encontra-se ultrapassada, para Dias (2019), se apoiar ainda na concepção opressora trazida pelo Estado brasileiro para pensar o quilombo, é uma forma de negar a escravidão e seus *modus operandi*, além de e ocultar a relação do povo e sua cultura, luta e re-existência ancestral. Dialogando com Dias, *ib.*, Almeida (1999, p. 12) tece uma crítica àquilo que definiu um quilombo, sendo “a fuga, o isolamento, a quantidade mínima de sujeitos, o rancho, a presença de pilões”, pois considera que estes elementos não os caracterizam por si só, visto que eram espaços de reafirmação da identidade e cultura africana (CARNEIRO, 2001).

Dias (2019) provoca a estrutura do conceito quilombo ao cintilar que muito do que foi e é produzido sobre o quilombo não tem relação com quilombolas, não foi escrito por

quilombolas, o que evidencia a ausência do negro/a quilombola nos espaços acadêmicos. Entende-se então que, mesmo que existam negros/as quilombolas nas escolas, acessar e permanecer nestes territórios hegemônicos de produção da ciência, nunca foi tarefa fácil. Assim, o protagonismo da luta é o negro/a, apesar de a base histórica desta representação política ser seja branca e masculina, mesmo que se tenha na atualidade a CONAQ como representatividade do movimento negro quilombola.

Diante da necessidade de teorizar o empírico, quando perguntado sobre o léxico Kalunga, sr. Jorge Moreira, liderança quilombola da comunidade do Engenho II em Cavalcante, trouxe em seu parecer a imagem do quilombo:

Pelas histórias que a gente ouve, que nossos antepassados contam, a gente chegou a conclusão que a gente veio de uma descendência de escravos, que foram escravizados. A gente formou um quilombo, uma comunidade, formou um território, então, ser Kalunga é pertencer ao território, que hoje é demarcado, mais não titulado todo, ainda. JORGE MOREIRA, ENTREVISTA REALIZADA EM PESQUISA CAMPO, EM JULHO DE 2022).

Esta percepção entre os *Kalunga* é muito recente, refletindo a negação da história de origem destas pessoas que viveram por séculos invisibilizadas. Diante disso, nota-se que diferentemente do que aponta dados históricos, o enfraquecimento do sistema escravista também foi consequência da re-existência servil, como bem aponta Fiabani (2012, p. 22), pois de forma “consciente ou inconscientemente inconformado com a exploração, o negro escravizado re-existiu”.

Nesse sentido, como forma de apagar o sulco deixado pela escravidão na história brasileira, pouco se fala sobre as revoluções feitas por negros, se tem notícias da Revolta dos “Malês na Bahia (1807 e 1835); a rebelião armada de Manuel Balaio, em 1839, no Maranhão” (DIAS, 2019, P.32), assim como a participação em guerrilhas que não tinham causas próprias.

Estas manifestações, atreladas às pressões de políticas internacionais, conspiraram para a transação do modelo escravista para o assalariado, mas a Abolição acontece de forma gradual (1850 – 1888) e em proporções de golpe (CONAQ, 2022⁷⁰). Desse modo, todas as Leis que foram criadas, beneficiaram evidentemente aos senhores de escravos, mantenedores do sistema. Em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz⁷¹ repreendia o tráfico negreiro para o império, sob pressão do governo inglês, mas com o intuito de atender aos interesses dos escravocratas, pois

⁷⁰ Fala realizada por Ronaldo dos Santos, no III Módulo do curso de Formação de Professores/as quilombolas – “História, Memória e Lutas Quilombolas”. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=pGyFs9pz5_8 . Acesso, setembro, 2022.

⁷¹ Nota obtida no site: <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/288-lei-euzebio-de-queiroz> . Acesso, julho, 2023.

previa um desequilíbrio entre negros livres e escravizados, e na tentativa de amenizar riscos de revoltas, Eusébio de Queiroz como ministro da justiça, propõe tal norma.

Logo em seguida, no mesmo ano, o senado aprova a Lei de Terras, que garantia terras a quem tivesse o título registrado em cartório, para quem pudesse comprá-lo, posto que o título da terra era muito caro, outra vez, negros libertos, imigrantes pobres não foram beneficiados, dando início à saga da ausência da reforma agrária no Brasil.

Em 1871, a Lei do Ventre Livre⁷² trazia em seu conteúdo a liberdade para crianças nascidas a partir daquele momento, transferindo ao Estado brasileiro a responsabilidade de cuidar da criança após os seus completos oito anos, abdicando o senhor escravocrata, ainda dono de sua mãe, de tal obrigação, o que origina graves problemas com o abandono de incapaz. Já a Lei do Sexagenário⁷³, libertava os escravos/as com mais de sessenta anos, mas isso ocorria justamente por estarem em uma faixa etária improdutiva, visto que se tratava de uma pessoa que foi submetida ao trabalho exaustivo desde tenra idade.

Só em 1888, tem-se a Lei Aurea⁷⁴, que declarou extinta a escravidão no Brasil, mesmo que a opressão, assim como as estruturas do sistema escravista tenha permanecido. Após este feito histórico, o negro quilombola é desconsiderado pela política de Estado que converteu todo os investimentos que fariam no tráfico negreiro para a política capitalista, a qual não sofreu ruptura da ordem, pois quem mantinha a escravidão, são hoje os industriais, os ruralistas.

Para a CONAQ, o Estado brasileiro ficou 100 anos sem direcionar nenhuma política às comunidades tradicionais quilombolas, logo, tudo que foi criado até 1988, beneficiava a população negra, sem especificidades.

Em 1988, pressionado pelo Movimento Negro brasileiro, que lutava pelo reconhecimento de comunidades remanescentes quilombolas como sujeitos de direito, o Estado brasileiro através da Constituição Federal Cidadã (CF), por meio do Artigo 68⁷⁵, do Ato das

⁷² Nota obtida no site: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm. Acesso, julho, 2023.

⁷³ Nota obtida no site <http://mapa.an.gov.br/index.php/menu-de-categorias-2/280-lei-dos-sexagenarios>. Acesso, julho, 2023.

⁷⁴ Nota obtida no site: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim3353.htm. Acesso, julho, 2023.

⁷⁵ Art. 68 do ADCT: Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecido a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/constituicao-supremo/artigo.asp?abrirBase=AD&abrirArtigo=68#:~:text=DISPOSI%C3%87%C3%95ES%20CONSTITUCIONAIS%20TRANSIT%C3%93RIAS-.Art.,emitir%20lhes%20os%20t%C3%ADtulos%20respectivos>. Acesso: julho, 2023.

Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), alinhado aos Arts. 215⁷⁶ e 216⁷⁷, reconhece as comunidades remanescentes quilombolas como categoria, com o direito ao acesso à terra, assegurando e valorizando seus saberes e fazeres.

A partir do texto da Constituinte, Silva (2012) tece uma crítica sobre o uso da expressão remanescente, a qual coloca as comunidades quilombolas no passado, como um resto que o Estado não quer lembrar, mesmo sabendo que nada fizeram para quantificá-las e repará-las.

Antes de serem descortinadas pela CF, estas comunidades não existiam para o Estado, como bem afirma Maria Rosalina dos Santos, liderança quilombola de Queimada Nova do Piauí e coordenadora executiva da CONAQ – “(...) antes de 1988 eu vivi, minha existência só foi reconhecida após Constituição Federal”⁷⁸ - mesmo que nesta vivência estivessem sob pressão em seus territórios usurpados, com seus saberes aliciados, com demandas históricas cristalizadas pelos processos organizativos, mas a quem recorrer (?), se nem existiam perante a lei.

Então, o Estado como devedor de direitos, pensou que em pouco tempo repararia uma dívida histórica com as comunidades quilombolas, atentando-se para as especificidades. Mas nota-se que a elaboração de políticas públicas direcionadas são muito recentes e refletem as

⁷⁶ Art. 215: O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/constituicao-supremo/artigo.asp?abrirBase=CF&abrirArtigo=215#:~:text=Da%20Cultura-Art.,a%20difus%C3%A3o%20das%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais>. Acesso em: julho, 2023.

⁷⁷ Art. 216: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

I - As formas de expressão;

II - Os modos de criar, fazer e viver;

III - As criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - As obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/constituicao_federal_art_216.pdf . Acesso em: julho, 2023.

⁷⁸ Fala Pública realizada no Aquilombar, realizado em agosto de 2022 em Brasília.

lutas e a re-existência do Movimento Quilombola, representado pela CONAQ. Para Ronaldo dos Santos⁷⁹, “ou a CONAQ constrói ou ela tenciona para construir”, pois além da certificação de sua existência, fala-se sobre a necessidade do acesso ao território o qual legitima outros direitos, como educação, saúde, transporte, entre outros.

Somando-se à luta por direitos, e em defesa de povos e comunidades quilombolas, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)⁸⁰ realizada em 2002 a qual teve participação do Brasil, confirma em seu texto a obrigação dos governos em proteger os valores e práticas sociais, culturais e religiosas e espirituais de povos indígenas e tribais como os *Kalunga*. Logo, o Brasil como assinante do texto, transformou-a em Lei Ordinária, aprovada pelo Congresso Nacional.

Considerada um marco legal internacional, supraconstitucional, assenta-se o argumento de que por se tratar de direitos pertencentes ao gênero humano, estes tratados são especiais, devendo prevalecer sobre a Constituição, doa a quem doer, isso porque causou muitos incômodos, sobretudo na parte ruralista da sociedade/ Estado.

Cabe, neste momento, uma inquietação sobre os “novos” direitos os quais traz o texto da Convenção 169 que tem por base, a defesa dos interesses trabalhistas, a regulação do trabalho. Dessa forma, o que contribuiu para a discussão do direito das diversidades étnico-culturais, o critério do autorreconhecimento pela Organização Internacional do Trabalho?

Dias (2019), que também se viu perante esta inquietação, ressalva que antes da Convenção 107, que resultou no texto da OIT 169, as Convenções nº 107⁸¹ a qual traçava orientações para conter formas de escravidão moderna de populações indígenas, e a Convenção nº 64 que tratava de representação jurídica, sindical destes trabalhadores.

Nota-se que as duas Convenções seguem, e agregam a OIT 169 que amplia suas considerações deste universo de trabalhadores ao evidenciar no texto os direitos ligados a política destes povos e comunidades tribais em 44 Artigos que discorrem sobre, o acesso à terra, a contratação e condições de emprego, formação profissional, as indústrias rurais – fortalecendo os saberes e fazeres, seguridade social e saúde, educação e meios de comunicação, cooperações para além das fronteiras, administração e disposições finais.

⁷⁹ Ronaldo dos Santos, liderança da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas, é Secretário de Políticas para Quilombolas, Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e Ciganos, a secretaria está ligada ao Ministério da Igualdade Racial.

⁸⁰Dado disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/decreto/D10088.htm#anexo72. Acesso, em julho, 2023.

⁸¹ Dado disponível: [C107 - Populações Indígenas e Tribais \(ilo.org\)](http://www.ilo.org), acesso, julho, 2023.

A partir disso, a Convenção nº 169 da OIT apresenta especificidades a serem consideradas pelos Estados para o trato com povos e comunidades tribais. Dessa forma, consideram-se as condições socioculturais e econômicas, exigindo legislação específica. Assim o acesso à terra, é considerado como fundante, essencial, pois garante a vida, como mostrado no Artigo 2 que ressalta:

Artigo 2º 1. Os governos deverão assumir a responsabilidade de desenvolver, com a participação dos povos interessados, uma ação coordenada e sistemática com vistas a proteger os direitos desses povos e a garantir o respeito pela sua integridade.

2. Essa ação deverá incluir medidas:

- a) que assegurem aos membros desses povos o gozo, em condições de igualdade, dos direitos e oportunidades que a legislação nacional outorga aos demais membros da população;
- b) que promovam a plena efetividade dos direitos sociais, econômicos e culturais desses povos, respeitando a sua identidade social e cultural, os seus costumes e tradições, e as suas instituições;
- c) que ajudem os membros dos povos interessados a eliminar as diferenças socioeconômicas que possam existir entre os membros indígenas e os demais membros da comunidade nacional, de maneira compatível com suas aspirações e formas de vida. (OAS. ORG)⁸².

Mesmo que a Convenção nº 169 da OIT assegure o direito à terra, ao território como precursor, nota-se que a principal pauta de luta do movimento quilombola ainda é para garantir este direito, assim, tencionam o Estado brasileiro por mudanças (SILVA, 2012), pois por parte das comunidades, houve um levante em prol de se organizarem politicamente através de representatividades jurídicas, conforme orientação trazida pelo texto da Convenção, assim - criou-se a Associação Quilombo Kalunga.

A partir disso, nota-se que a ausência de políticas específicas se dava pela falta de dados oficiais que amparassem o Estado brasileiro na organização de ações direcionadas, somente na atualidade, a partir do Censo Demográfico Quilombola realizado em 2022, com a presença do Movimento Quilombola (CONAQ). O Brasil realizou o mapeamento destas comunidades no contexto nacional através da metodologia do autorreconhecimento, trazida na Convenção Nº 169 da OIT.

Mas como bem afirmam as lideranças de povos e comunidades tradicionais, “todo dia é dia de luta”, já que no Brasil a política escravista financiou o modelo de produção industrial. Desse modo, não havendo ruptura na hegemonia financiadora, o atual arquétipo econômico foi subordinado aos arranjos preestabelecidos pela supremacia europeia, logo, causas ganhas pelas minorias estarão sujeitas a mudanças conforme o interesse dos mantenedores do Estado

⁸²Disponível

em: <https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%C2%BA%20169.pdf> . Acesso: julho, 2023.

moderno. Assim, tem-se o Decreto Presidencial 4.887/2003, nele o Estado brasileiro tentou dizer como se aplicaria ou deveria se executar o Art 68 da CF, lembrando que o Decreto regulamenta a norma de terras quilombolas.

Dessa forma, em 2004, o Partido da Frente Liberal, que resultou no Democratas (DEM), que atualmente se fundiu com o Partido Social Liberal (PSL) para a formação do União Brasil (UNIÃO), entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 3239 contra o Decreto 4.887/2003. Tinha-se como porta voz da ação do Marco Temporal para terras quilombolas, o atual governador de Goiás, Ronaldo Caiado, representante da bancada ruralista e das oligarquias nacionais.

Esta ADI representa a violação dos direitos de povos e comunidades quilombolas, assim como infringe a Constituição Federal de 1988, uma vez atrelada à tese do Marco Temporal. A CONAQ considera que as políticas de cotas, isto é, políticas afirmativas, assim como o Programa Universidade para Todos (ProUni) seriam enfraquecidos, mesmo que o Estado brasileiro ao incorporar estes sujeitos à ordem jurídica tivesse assumido também a responsabilidade de retirá-los da “marginalidade da Lei” (SILVA, 2012, P. 40).

Contudo, em 2018, após ampla mobilização da Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais (CONAQ), através da Campanha “O Brasil é Quilombola – nenhum quilombo a menos”, a ministra do Supremo Tribunal Federal Rosa Weber ao mudar o seu voto, decreta a constitucionalidade do Decreto 4887/2003, rejeitando assim a tese do Marco Temporal.

A luz disso, recentemente, a liderança quilombola Maria Bernadete Pacífico, foi brutalmente assassinada na Bahia no quilombo Pitanga de Palmares, evidenciando os desafios do Estado no processo de regularização das terras, assim a Lei, em conformidade com a CF, deveria agir protegendo destas comunidades que ainda estão expostas pela ausência da titulação. Diante disso, o STF, em seis de setembro de 2023, através do voto da presidente Rosa Weber, seguida por Cristiano Zanin, Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso e Carmem Lúcia, julgaram procedente o pedido de inconstitucionalidade do parágrafo segundo, do artigo terceiro, da Lei 12.010 de 2013⁸³ do Estado da Bahia, que estabelecia um prazo (31 de dezembro de 2018) para reivindicação dos territórios, como segue:

(...) § 2º - Os contratos de concessão de direito real de uso de que trata esta Lei serão celebrados com as associações que protocolizem os pedidos de certificação de reconhecimento e de regularização fundiária, nos órgãos competentes, até 31 de dezembro de 2018. (BRASIL/ SEPROMI-BA, 2013).

⁸³ Disponível em <http://www.sepromi.ba.gov.br/arquivos/File/LeiDispoe.pdf>, acesso setembro de 2023.

Ao pronunciar-se, a presidente Rosa Weber afirma que o debate está na aplicação da Lei que releva o tempo de permanência, mas estabelece limite para a reivindicação da proteção territorial.

Diante dos fatos e conforme a Convenção nº 169 da OIT, este reconhecimento territorial deve ser feito através de consulta pública, que envolva participação direta da comunidade, Ministério Público e representantes do Estado. A partir disso, Silva (2017, p. 207) e Dias (2019, p. 99) caracterizam o processo de Consulta Pública a contar do consentimento livre, feito em etapas específicas - “Plano de consulta, etapa informativa de abertura, realização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), etapa de internalização e socialização, etapa deliberativa e de protocolização, e etapa de seguimento”.

No que se refere ao caso *Kalunga*, Dias (2019) afirma que todo este processo se deu antes da Constituição Federal ser tida como Cidadã, em 1985 ainda no período de realização do Projeto de Pesquisa desenvolvido pela antropóloga Mari Baiocchi - “*Kalunga*: povo da Terra.”. Assim Dias, *ib.* questiona as etapas realizadas para o reconhecimento, uma vez que os conflitos permanecem, pois o processo não respeitou a lógica coletiva de organização da terra pelo Kalunga e tituló parte do território de forma individual (200 famílias) pelo Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO).

Diante destes e outros desafios que o processo de regularização e titulação do território apresentava para o Movimento Negro Quilombola, assim como o desejo de descortinar a atual situação das comunidades quilombolas no Brasil, em 1995, na marcha de celebração dos 300 anos de Zumbi dos Palmares, em Brasília, é realizado o I Encontro Nacional com Comunidades Quilombolas. Neste momento, pensou-se em institucionalizar a luta quilombola, pois viam a necessidade de políticas públicas que atendessem suas especificidades.

Em 2022, após a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, surgiram focos de luzes sobre a luta do povo negro quilombola, pois diálogos foram tecidos no sentido de se ter políticas antirracistas no Brasil, uma vez que em seu plano de governo, o presidente trouxe o programa Brasil sem Racismo⁸⁴.

Através do plano supracitado, a CONAQ, em parceria com o Estado, tece esforços para a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) em março de 2003. Por meio desta ação, contribuiu com os ajustes que as estruturas do Estado careciam para a consolidação de políticas públicas direcionadas para comunidades negras quilombolas. Nesse sentido, foi

⁸⁴ Disponível em: <https://fpabramo.org.br/pt42anos/timeline/brasil-sem-racismo-e-parte-do-programa-de-governo-de-2002/>. Acesso, em julho, 2023.

constituída a Secretaria de Política de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), assim como o Programa Brasil Quilombola (PBQ)⁸⁵, lançado na comunidade Quilombola *Kalunga* de Goiás.

De forma cronológica, ainda amparados pela Convenção nº 169 da OIT, tem-se o Decreto nº 6.040/2007⁸⁶ que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável para povos e comunidades tradicionais, tornando legal o reconhecimento dos direitos daqueles que são considerados guardiões da biodiversidade (SILVA, 2010).

Em 2010, reconhecendo as diversas fragilidades que norteiam comunidades tradicionais quilombolas, o Estado brasileiro, institui o Estatuto da Igualdade Racial através da Lei nº 12.288/ 2010, que “garante-se à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.” (BRASIL, 2010)⁸⁷.

Diante dos fatos, nota-se que desde a Lei Aurea, pouco se fez a partir de políticas públicas direcionadas para comunidades quilombolas no Brasil, e conforme Ronaldo dos Santos (Secretário de Políticas Quilombolas – Ministério da Igualdade Racial), boa parte ou tudo que foi consolidado até agora, teve a mediação da CONAQ.

Os desafios são inúmeros, mas com o retrato próximo do real, que o Censo Demográfico 2022 apresentou para o Estado brasileiro, contribuirá para que o governo, assim como as representatividades quilombolas tenham amparo legal para buscarem e cobrem por ações para 1,3 milhões de quilombolas no contexto brasileiro.

3.1.1 – Regularização do território quilombola *Kalunga* (GO)

A luta pelo território é uma marca do povo quilombola *Kalunga*, assim como das demais comunidades distribuídas pelo Brasil. Aqui, esta força precursora da titulação do território é ancestral e feminina, representada pela Dra. *Honoris Causa* Iaiá Procópio dos Santos Rosa⁸⁸, Santana Pereira Edeltrudes, Esterina Fernandes de Castro, Deuselina Francisco Maia

⁸⁵ “Brasil Quilombola (PBQ) é um exemplo de arranjo inovador no âmbito da gestão pública. Diante do desafio da transversalidade das políticas públicas, a referida iniciativa conjuga a construção de arranjos colaborativos de gestão com o uso eficiente de ferramentas de tecnologia da informação”. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2149/1/Integra%C3%A7%C3%A3o%20de%20dados%20do%20Programa%20Brasil%20Quilombola%20%28PBQ%29.pdf>, acesso em, julho, 2023.

⁸⁶ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm, acesso, julho, 2023.

⁸⁷ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm, acesso, julho, 2023.

⁸⁸ Em 24 de agosto de 2022, a liderança *Kalunga* Iaiá Procópio dos Santos Rosa, recebeu do Conselho Universitário da Universidade Estadual de Goiás, o título de Dra *Honoris Causa* pela sua defesa do meio ambiente, pela luta em consequência da titulação do território *Kalunga* e promoção da paz entre povos e comunidades. Disponível em:

de Souza. Além disso, é uma luta sustentada também por punhos erguidos de Santino dos Anjos Rosa, Sirilo dos Santos Rosa, Jorge Moreira de Oliveira⁸⁹, entre outros que permanecem na luta, pois como visto anteriormente a partir da ADI do Marco Temporal, no Brasil, não existe causa ganha.

Nota-se, a partir deste pressuposto, que a regularização dos territórios quilombolas assegura além do acesso à terra, o direito de sobrevivência destes sujeitos, pois como afirmou o atual presidente da Associação Quilombo *Kalunga*, Carlos Roberto Pereira da Conceição em uma roda de conversa organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de Goiás em junho de 2023, poucos são os quilombolas *Kalunga* que teriam condições de terem uma vida digna fora do território, pois o Estado os condicionou a uma situação de empobrecidos. Nesse sentido, a ausência da regularização evidencia os conflitos, bem como o acesso a políticas públicas não se efetivam, conforme Decreto n.º 4.887/2003.

Diante disso, a regularização do território está para além de uma demanda agrária, trata-se da necessidade de proteção de territorialidades intrínsecas aos moldes de ser e viver *Kalunga*. Mas, conforme Dias (2019, p. 62), pautada em Zibetti (2005), a terra, base da organização *Kalunga*, foi submetida à análise do Direito e do sistema hegemônico, que asseguram o acúmulo individual de riquezas, afugentando a propriedade coletiva, “com claro intuito de desprezar e expulsar aqueles que vivem na terra e da terra”.

A partir disso, a titulação do território *Kalunga*, brevemente comentada anteriormente, teve seu início com a adoção de títulos individuais para um número considerável de famílias (219) através do Instituto de Desenvolvimento Agrário de Goiás (IDAGO), amparados pela Lei n.º 6.383, de 7 de dezembro de 1976, que na época, foi fundamentada no modelo condominial.

O fato gerou conflitos internos, e reforçou a ideologia do Estado moderno de acúmulo individual de riquezas. Dias (2019, p. 63) afirma que o ato ocorreu em dois momentos, o primeiro “refere-se ao ato discriminatório das terras devolutas do Estado e o segundo momento, se referiu a demarcação e titulação individual por meio da legitimação da posse.”

Iniciado o processo em 1980, pelo estado de Goiás, após a Constituição Federal de 1988, a competência da emissão de títulos foi transferida para o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), cabendo a este órgão reparar/ mediar os conflitos

https://www.ueg.br/noticia/60846_ueg_entrega_titulo_de_doutora_honoris_causa_a_lider_kalunga. Acesso: agosto, 2023.

⁸⁹ Nomes trazidos pelo site da Associação Quilombo *Kalunga* para remeter àquelas e aqueles que iniciaram a luta pela regularização e titulação do território quilombola *Kalunga* de Goiás. Disponível em: <https://quilombokalunga.org/press/territorio/>. Acesso em: agosto 2023.

iniciados pela IDAGO, a partir da proposta da propriedade coletiva, como traz o Art. 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), pautado mais tarde no Decreto 4887/2003.

Na primeira fase de titulação do território *Kalunga*, o estado se valeu do “Título Definitivo de Doação de Imóvel Rural” outorgado pelo IDAGO, obedecendo a um processo administrativo, e tendo como base a Lei Estadual 9.717, de 22 de maio de 1985, já revogada” (DIAS, 2019, P. 64), conforme segue:

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do poder Executivo autorizado a doar a lavrador sem-terra, comprovadamente pobre, imóvel rural pertencente ao Estado de Goiás. Parágrafo único - O imóvel objeto de doação prevista neste artigo não excederá a 100 ha (cem hectares) e somente poderá ser transferido por direito hereditário. Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas a de n.º 8.885, de 16 de julho de 1980, e demais disposições em contrário. (DIAS, 2019, P.64).

Em 1984, a partir da Ação Discriminatória Administrativa, a regularização do território *Kalunga* iniciou-se no município de Monte Alegre de Goiás, na região da Serra da Contenda. A ação foi realizada pelo IDAGO em parceria com o INCRA, “conforme processo n.º 4.7-00122/85, de 11 de janeiro de 1985, consoante Lei estadual n.º 9.541, de 27 de setembro de 1984, que tratava da discriminação e arrecadação das terras devolutas do Estado de Goiás” (DIAS, 2019, P. 64).

A autora supracitada, atentando-se ao ordenado da Lei estadual e ao Convênio firmado entre o IDAGO e o INCRA, por meio da Portaria n p-16/85, de janeiro de 1985, afirma que foi constituída a Comissão Especial de Discriminação de Terras Devolutas de Goiás, se firmando no município de Monte Alegre de Goiás. Dias (2019, p. 65) pontua eficazmente, o processo inicial de titulação conforme descrito:

Foram emitidos os seguintes títulos no município de Monte Alegre de Goiás: Fazenda Boa Sorte 5 (cinco) títulos. Na Fazenda Campo Grande, foram emitidos 9 (nove) títulos; na Fazenda Sicuri, 32 (trinta e dois) títulos; na Fazenda Contenda, 5 (cinco) títulos; na Fazenda Carolina, 9 (nove) títulos; na Fazenda Sereia, 20 (vinte) títulos; na Fazenda Serra da Contenda II, 18 (dezoito) títulos; na Fazenda do Meio (Serra da Contenda I), 4 (quatro) títulos; na Fazenda Bom Jardim, 6 (seis) títulos; na Fazenda Curral de Taboca, 8 (oito) títulos; na Fazenda Tinguizal, 24 (vinte e quatro) títulos; na Fazenda Riachão, 29 (vinte e nove) títulos; na Fazenda Barra, 10 (dez) títulos e na Fazenda São Pedro, 40 (quarenta títulos) títulos, sendo que destes 7 (sete) títulos não foram registrados, 3 (três) da Fazenda Sucuri, em que uma das famílias recebeu sem a assinatura do órgão emissor, outra família possui apenas a cópia do título, não possuindo o original, e uma outra recebeu apenas o memorial descritivo do terreno; 1 (um) título da Fazenda do Meio (Serra da Contenda I), que foi apenas matriculado sob o n.º 1.061, folha 60 Livro 2-C, Monte Alegre de Goiás; 2 dois da Fazenda Tinguizal e 1 (um) da Fazenda São Pedro, no caso, esses três últimos títulos, os dois da Fazenda Tinguizal e 1 (um) da Fazenda São Pedro, as famílias não chegaram nem a receber. (DIAS, 2019, P. 65).

Nota-se que o processo se deu às avessas, uma vez que o território não tinha sido reconhecido pela Fundação Cultural Palmares, inclusive, tal reconhecimento só se deu nos anos 2000⁹⁰. Diante dos fatos, estava o estado de Goiás pressionado para reconhecer tais terras, o que justifica tal ação?

Ou se valeu apenas dos dados da pesquisa da antropóloga Mari Baiocchi para a regularização fundiária de parte do território (?), uma vez que as glebas beneficiadas estavam no recorte trazido por Baiocchi (1983), no município de Monte Alegre de Goiás.

Outra hipótese é o interesse de ruralistas na região, que apresenta grande malha hídrica, e já era uma promessa na ampliação da fronteira agrícola. Estas inquietações poderão nortear outras produções, pois não se aprofundou nelas.

Após a emissão da Certidão de Autodefinição emitida pela Fundação Cultural Palmares, iniciaram-se etapas da titulação, sendo que a primeira se deu através da identificação do território com a elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), identificando os limites territoriais. Mesmo com a escassez de dados cartográficos⁹¹ da área, o INCRA levantou informações “fundiárias, agrônômicas, geográficas, históricas, socioeconômicas, etnográficas e antropológicas” (DIAS, 2019, P. 65) para melhor compreender o território a ser titulado.

Dias (2019), esclarece que em seguida o relatório é publicado, com prazo de 90 dias para contestação junto a Superintendência Regional do INCRA, não havendo empecilho para a decisão, cabe a publicação da Portaria do Reconhecimento do presidente do INCRA no Diário Oficial da União.

Ao atender o protocolo de identificação, Dias (2019) com base na legislação vigente, afirma que os territórios passam por uma vistoria para o reconhecimento dos imóveis, como descreve o Decreto de Desapropriação por Interesse Social dos Imóveis, aprovado pelo Presidente da República, conforme Decreto de 20 de novembro de 2009⁹². No caso *Kalunga*, havia muitos imóveis de terceiros (posseiros/ grileiros), coube então ao Estado avaliá-los, e

⁹⁰ Dado disponível em: <https://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/go-comunidade-kalunga-quilombolas-ainda-em-busca-da-titulacao-plena-e-da-reconquista-de-suas-terras/#:~:text=No%20ano%202000%2C%20a%20Funda%C3%A7%C3%A3o,um%20ano%20depois%2C%20em%202004>. Acesso, agosto de 2022.

⁹¹ Em 2019 – 2021 que o território *Kalunga* de Goiás foi totalmente georreferenciado, através do subsídio do Fundo de Parceria para Ecossistemas Críticos (CEPE), a consolidação desta ação, deu ao território, através do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente reconhecimento como o primeiro território do Brasil a integrar a rede de Territórios e Áreas Conservadas por Comunidades Indígenas e Locais (TICCA).

⁹²Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Resenha/11_novembro-2009.htm#:~:text=Rio%20de%20Janeiro.,Decreto%20de%2020.11.2009%20%2D%20Declara%20de%20interesse%20social%2C%20para,S%C3%A3o%20Francisco%2C%20Estado%20da%20Bahia. Acesso, julho 2023.

efetuar o pagamento conforme preço de mercado da terra e benfeitorias. Feito isso, o presidente do INCRA valida a titulação através de outorga do título coletivo em nome da Associação constituída dentro da legalidade. Em decorrência de,

tal procedimento é regulamentado pela Instrução Normativa do INCRA n.º 57, de 20 de outubro de 2009, que, por sua vez, é regulamentada pelo Decreto Presidencial n.º 4.887, de 20 de novembro de 2003, que regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação, desintrusão, titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988. (DIAS, 2019, P.66).

Contudo, dentre os 261.999 hectares do território *Kalunga* trazidos pelo Estatuto e Regimento Interno da AQK (2019), Dias (2019) afirma que até 2018:

Foram emitidos cerca de 24.532,25 hectares de títulos definitivos. Por outro lado, uma área de 6.220,56 hectares espera pela liberação de recurso para indenização; 6.618,47 hectares ajuizados sem Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) e 22.330,02 hectares com Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU); uma área com a posse suspensa de 484,00 hectares; uma avaliada com área de 11.105,00 hectares; uma com Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) na Procuradoria Federal Especializada (PFE) com área de 225,05 hectares; uma de Projeto de Assentamento Federal (PA), que foi implementado na fazenda Diadema, em terra devoluta do Estado de Goiás, com área de 5.321,79 hectares; além das glebas devolutas com área de 64.016,37 hectares. Em recente atuação do Estado de Goiás, por meio do Despacho n.º 3.923/2018 SEIPPMA6-09783 da Procuradoria do Estado de Goiás, foi entregue no dia 6 de julho, pelo governo do Estado, escritura de Concessão de Direito Real de Uso de 75,2 mil hectares de terras ao presidente da Associação Quilombo *Kalunga* (AQK), Vilmar Souza Costa, referente à Gleba Devoluta Moleque, com 3.682,5639 hectares, Gleba Vão das Almas, com 57.343,4438 hectares, e à Reserva Biológica Serra da Contenda I, com 14.207,0000 hectares. (DIAS, 2019, P.66-67).

Mas, conforme nota do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)⁹³, emitida no último dia vinte e dois de abril de dois mil e vinte e três, a Advocacia Geral da União reintegrou

⁹³ “Em 2014, o Incra, por meio dos procuradores da AGU, ajuizou duas ações de desapropriação das fazendas para regularização do território quilombola. A oferta do Incra pela fazenda Fonte das Águas foi de R\$ 4,3 milhões e a fazenda Vista Linda R\$ 1,7 milhão.

O Incra foi imitado na posse dos imóveis. A decisão garantiu a proteção possessória da comunidade *Kalunga* às terras. O magistrado, no entanto, entendeu que o decreto que autorizou a intervenção expropriatória teria validade de apenas dois anos e o processo não avançou.

Os procuradores federais apelaram ao TRF da 1ª Região por entenderem que o prazo de dois anos para ajuizamento de ações de desapropriação por interesse social (Lei Nº 4.132/62) não se aplica para regularização de terras de comunidades de remanescentes de quilombos. O entendimento da Procuradoria-Geral Federal é de que a obrigação de desapropriar, nestes casos, não decorre da declaração de interesse social, mas da própria Constituição Federal, em seu art. 68 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Nas audiências, presididas pela coordenadora-geral do Sistema de Conciliação da Justiça Federal da 1ª Região, desembargadora federal, Maria do Carmo Cardoso, os procuradores da AGU, representando o Incra, conseguiram reverter as sentenças por meio de composição judicial (acordo).

No processo que envolve a fazenda Fonte das Águas, as partes concordaram com a restauração da imissão na posse do imóvel pelo Incra, garantindo a posse quilombola. Também houve acordo pela realização de perícia judicial, para definição da extensão e dos limites da área desapropriada. Embora a área esteja imitada para o Incra, ainda haverá a retomada das tratativas de conciliação.

Já no processo relativo à fazenda Vista Linda houve acordo não só em restaurar a imissão na posse no imóvel pelo Incra, mas também com a desapropriação do imóvel pelos valores já depositados em juízo. Os valores seguirão depositados até definição acerca da titularidade das terras.

a posse imediata de 8 mil hectares para a Associação Quilombo *Kalunga* de Goiás das Fazendas Fonte das Águas (antiga Fazenda Luiza Melo), com área de 6,5 mil hectares e da Fazenda Vista Linda (Gleba 04) com 2,3 mil hectares, ambas no município de Cavalcante. Diante disso, pode-se afirmar que mesmo de forma parcial, a reintegração de posse tem ocorrido, principalmente, pela atuação da Associação Quilombo *Kalunga* e suas respectivas lideranças.

3.2- Quilombolizar: a trajetória do conceito

Ter um verbo como amparo da pesquisa é considerar a dinâmica de produção do espaço/ tempo, é escutar os ruídos contidos nesta construção, mesmo que para isso, desafia-se aquilo que está posto, o que é tido como verdade, ou seja, seguido. Dessa forma, a ação é contínua, e se posiciona, ousa dizer, assim como fizeram Abdias Nascimento, Maria Beatriz Nascimento e Clovis Moura.

Nesse sentido, propõe-se uma análise ontológica e epistêmica para a consolidação de um novo léxico, ancorado na tríade de intelectuais negros através da luta antirracista e do diálogo com os movimentos sociais negros como sujeitos coletivos e históricos. Além disso, poia-se também no quilombo como produção de territorialidades de re-existência.

Ao utilizar deste roteiro epistêmico, provoca-se Gilberto Freyre (2003) em “Casa-Grande e Senzala”, uma vez que o autor considera que diferentemente do que houve na América do Norte (Estados Unidos), onde a escravidão gerou duas populações distintas, uma negra e outra branca, no Brasil, para o autor, este fato não ocorreu, reforçando a ideia trazida por Du Bois (1930), que acredita que pela participação da igreja católica no processo colonial brasileiro, a escravidão produziu uma população superior à dos Estados Unidos.

Com o intuito de contrapor Freyre, *ib.*, fez-se então uma abordagem dos intelectuais em suas respectivas trajetórias na luta no Movimento Negro, apresentando a perspectiva do Quilombismo de Abdias Nascimento, do quilombo por Beatriz Nascimento, e o Aquilombar de Clovis Moura, tecendo diálogos para a definição do Quilombolizar, e por fim, definir o conceito.

3.2.1 – Abdias do Nascimento e o Quilombismo

Com os acordos, a AGU garantiu a posse imediata sobre as áreas de ambas as fazendas com mais de 8 mil hectares, assim como, no segundo caso, a aquisição do imóvel pelo Incra, para que seja feita a titulação coletiva em favor da comunidade Quilombola Kalunga. Disponível em: <https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/noticias/acordo-garante-8-mil-hectares-de-terra-para-comunidade-kalunga-em-goias>. Acesso em agosto de 2023.

Optou-se por partir de Abdias do Nascimento através do Quilombismo, visto que o intelectual se apresenta como um precursor na luta antirracista na América Latina, pois, conforme Nunes (2018), foi o único brasileiro a acompanhar os diálogos sobre o Pan-Africanismo⁹⁴, um movimento racial e político que se atentou para questões teórico organizacionais. Tanto que, de acordo com Ngoenha (2004) é nutrido pela filosofia africana que se embasa na busca pela liberdade política.

Nota-se que a filosofia pautada na política não desfaz de parâmetros metafísicos ou morais, mas os abraça a ponto de que se consolidada a filosofia política, conseguia-se mudar os demais paradigmas, pois mesmo depois da independência dos países africanos, e abolição da escravidão em países que realizaram a diáspora, em consequência do racismo estrutural, o Estado ainda é desumanizado, negros ainda são tutelados.

Então, a luta traçada pelo movimento Pan- Africanismo apoiava a libertação e independência política do continente africano a partir da Organização da Unidade Africana (SILVÉRIO, 2013), pois enxergavam a confluência entre o colonialismo e o apartheid. Logo, de forma robusta se posicionavam a favor do nacionalismo africano através da ressignificação do passado ao estimularem a construção de uma realidade livre das amarras do modelo colonial, já que acreditavam que ao fortalecer a identidade étnica cultural, afirmavam a emancipação dos povos colonizados.

Este aspecto dialoga com a hipótese levantada no início deste texto, em que a autoafirmação étnica *Kalunga*, a qual esteve e está exposta a pressões políticas, se posiciona na atualidade, ou seja, rumo à autonomia do sujeito.

Nesse sentido, Abdias do Nascimento, cientista social de formação, mas poeta, dramaturgo, autor de várias obras, dentre elas: “O negro revoltado (1968)”, “O genocídio do negro brasileiro (1978)”, “Sortilégio – Mistério Negro (1978)”, “O Quilombismo (1980)”, “O Brasil na mira do Pan-Africanismo (2002)”, além de outras atribuições que tinha, era também militante, e ajudou a propagar o Pan-Africanismo no Brasil. Além disso, apresentou para o mundo, em forma de denúncia, a sua realidade como negro, estudioso do período colonial (LOPES, 2011).

Como já mencionado, os fatos da arena real brasileira eram desconhecidos por intelectuais que pensavam o movimento na América, pois só em 1973, na Conferência

⁹⁴ Importante movimento de intelectuais negros da década de 1930, a qual tinha como base epistêmica a negritude de língua francesa, que se posicionavam contra o tráfico nas Américas, na Ásia e Europa. O discurso de autoafirmação fez do Pan-Africanismo um movimento contra o colonialismo e imperialismo, que tinham como vertentes a educação, a economia e a religião.

Preparatória do 6º Congresso Pan-Africano, pensou-se sobre e a partir do negro latino, brasileiro.

Ocupando um papel importante na política brasileira, Abdias Nascimento provocou a sociedade ao propor uma análise racial a partir da valorização social do negro e da cultura afro-brasileira através da arte. Desse modo, reproduziu, em 1944, o espetáculo Teatro Experimental do Negro⁹⁵ (TEN), com atores negros que representavam suas vidas reais, “empregados domésticos, funcionários públicos, operários, moradores da favela” (BRASIL, 2023).

O TEN, assim como foi aplaudido, recebeu sérias críticas sobre a abordagem, uma vez que a mazela foi transformada no riso, o que na opinião de Batiste (1951), aflige o esperado do espetáculo que embora não sendo europeu, reproduziu da mesma forma a realidade de maneira caricata.

Nascimento, assim como o espetáculo TEN, faziam uma crítica aos lugares os quais os negros ocupavam na sociedade brasileira, mesmo que para Batiste (1951), a proposta não tenha atingido a finalidade. Nota-se até aqui que o intelectual exercia um papel no contexto político, conhecia de perto a realidade que trazia em seus diálogos, chegou a ocupar o senado nacional, logo, sua atuação acadêmica se fez a partir disso, propondo mudanças práticas.

Além de contribuir com o Pan-Africanismo, principalmente em seu período de exílio político na América Latina, Nascimento apresentou ao Movimento Negro, uma proposta de sociedade pensada a partir do Quilombismo, um livro organizado através de dez ensaios produzidos em um tempo/ espaço diferentes.

Para Fernandes (2019), o Quilombismo é um conceito proposto por quem conheceu a face que discorre por dentro e ao percebê-la de forma consciente, propõe mudanças para a realidade, o que se compara ao poema musicado do Grupo Racionais Mc's – “Negro Drama⁹⁶”. Batista (2019, p. 409) reforça que o Quilombismo traz objetivos denunciadores, descritos em ordem alfabética a partir de ações como “formar o quadro do quilombismo é tão importante quanto a mobilização das massas negras”.

⁹⁵ Em uma visita a Lima no Peru, com a companhia de poetas latinos Santa Hermandad Orquídea, Abdias assistiu ao espetáculo “Imperador Janes” do dramaturgo estadunidense Eugene Neill. O protagonista era um homem branco em um papel negro – “clackface”. A cena o trouxe a ele, muitas reflexões e quis ele provocar a sociedade brasileira a qual era considerada menos racista que nos Estados Unidos, mas mesmo assim, seus avós, pais, nunca tinham se visto em um personagem de cinema negro, faltava então representatividade.

⁹⁶ Negro Drama - Composição: Adivaldo Pereira Alves e Pedro Paulo Soares Pereira. Disponível em: https://www.google.com/search?q=LETRA+NEGRO+DRAMA&rlz=1C1VDKB_pt-PTBR1059BR1059&oq=LETRA+NEGRO+DRAMA&aqs=chrome..69i57.5942j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8 . Acesso em setembro, 2023.

Pensado a partir da Filosofia Política da Afroperspectivista⁹⁷ (NOGUEIRA, 2011), o conceito emergente provoca a consciência histórica do negro. Nesse sentido, Abdias Nascimento (2022) pensa um Estado Quilombista baseado no Quilombo de Palmares (afirmado na obra “O genocídio do negro brasileiro”, 2016 [1978]):

Em toda a história dos africanos no Novo Mundo nenhum acontecimento é tão excepcional quanto aquele que se registra no século XVI: a República dos Palmares, verdadeiro estado africano constituído no seio das florestas de Alagoas por rebeldes e fugitivos escravos. Desde 1630 até 1697, a chamada “Troia Negra” resistiu a mais de 27 expedições militares enviadas por Portugal e pelos holandeses, até que finalmente foi destruída pela força mercenária comandada por um bandeirante. Palmares – cuja população, se calcula, chegou à casa das trinta mil pessoas entre homens, mulheres e crianças – possuía uma sociedade organizada com eficaz sistema de produção comunal e de trocas; sua organização defensiva, bem como a liderança política e militar, demonstram notável capacidade. A longa duração de Palmares testemunha a seu favor e a dos seus líderes, o último deles tendo sido o rei Zumbi; representa a primeira e heroica manifestação de amor à liberdade em terras do Brasil. (NASCIMENTO, 2016, p.72).

Por isso, o embasamento não se faz através do quilombo como um poder paralelo, mas como espaço de existência, onde o negro pensa suas próprias políticas, tendo como parâmetro a promoção de igualdade racial, levando em consideração a contribuição da população negra para a formação do povo brasileiro (SILVA, 2012). Portanto, estaria o Estado, neste momento, reparando as marcas deixadas pelo regime da escravidão.

Em vista disso, o quilombismo tem como ideal a incorporação das demandas da comunidade negra ao Estado, atribuindo ao negro papel de protagonismo na luta por direitos, pois como bem afirma o atual prefeito de Cavalcante, o quilombola Kalunga Vilmar de Souza Costa - “capacidade temos, falta-nos oportunidade”. Indiretamente o prefeito cita o “documento 7” da obra, que recebe o nome de “Quilombismo”:

O negro tragou até à última gota os venenos da submissão imposta pelo escravismo, perpetuada pela estrutura do racismo psicossócio-cultural que mantém atuando até os dias de hoje. Os negros tem como projeto coletivo a ereção de uma sociedade fundada na liberdade, na justiça, na igualdade e no respeito a todos os seres humanos; uma sociedade cuja natureza intrínseca torne impossível a exploração econômica e o racismo; uma democracia autêntica, fundada pelos destituídos e deserdados deste país, aos quais não interessa a simples restauração de tipos e formas caducas de instituições políticas, sociais e econômicas as quais serviriam unicamente para procrastinar o advento de nossa emancipação total e definitiva, que somente pode advir com a transformação radical das estruturas vigentes. Cabe mais uma vez insistir: não nos interessa a proposta de uma adaptação aos moldes da sociedade capitalista e de classes. Esta não é a solução que devemos aceitar como se fora mandamento inelutável. Confiamos na idoneidade mental do negro, e acreditamos na reinvenção de nós mesmos e de nossa história. Reinvenção de um caminho afro-brasileiro de vida fundado em sua experiência histórica, na utilização do conhecimento crítico e

⁹⁷ Para Nogueira (2011), o termo Afroperspectividade está entorno do debate da inclusão de vozes africanas, negras, e ameríndias nas áreas da filosofia e educação. Estão como precursoras do diálogo a antropóloga Guarani Nhandeva Sandra Benites, a antropóloga Tânia Lima, a socióloga nigeriana Oyeronke Oyewumi, o intelectual orgânico e quilombola Antônio Bispo dos Santos, o cientista social Abdias Nascimento.

inventivo de suas instituições golpeadas pelo colonialismo e pelo racismo. Enfim, reconstruir no presente uma sociedade dirigida ao futuro, mas levando em conta o que ainda for útil e positivo no acervo do passado. (NASCIMENTO, 2019, p.288).

Nota-se nesta citação a estrutura de sociedade que o movimento negro almejava, é sem dúvida um projeto que desafia lógicas hegemônicas, que, inclusive, reorganiza paradigmas a partir de uma *práxis* negra.

Para Abdias do Nascimento, que seguia os princípios da Filosofia da Afropectividade, a educação teria um papel fundamental de reordenamento dos caminhos (Bispo, 2021), em criar oportunidades, a partir de uma metodologia própria, enraizada na história e cultura negra (GOMES, 2003), o que caracteriza a educação escolar quilombola, pensada nos dias de hoje pelas comunidades, além das epistemologias negras que contribuem para com a elaboração de políticas a partir das especificidades, como foi feito no Censo Demográfico Quilombola ao utilizarem a metodologia do autorreconhecimento trazida pela Convenção nº 169 da OIT.

Dessa forma, o protagonismo negro, abordado pelo Quilombismo acessa os espaços hegemônicos de produção de ciências (NASCIMENTO, 2002), pois o conhecimento que o povo negro necessita é aquele capaz que teorizar sua experiência de quase 500 anos de opressão, reafirmando o trazido recentemente por Saquet (2022) e dialogando com Djamila Ribeiro (2017) ao propor “O que é lugar de fala”.

Em 2023, o Quilombismo de Abdias Nascimento ampara metodologias de cursos como o de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) da Universidade de Brasília e da Universidade do Tocantins/ Câmpus Arraias, pois ao responderem o questionário, todos/as os/as entrevistados/as (10 entrevistados/as professores) afirmaram que conheceram o conceito na universidade.

Categoricamente, Nascimento (1980, p. 204), com o Quilombismo, instiga “seus irmãos e irmãs afrodescendentes no Brasil e nas Américas” a acessarem suas memórias ancestrais de luta e re-existência para pensarem em ações que mobilizem e organizem o povo negro, provocações que o autor aborda em dezesseis princípios e propósitos que norteiam a obra e proposta de Estado.

Para finalizar este breve relato sobre o conceito e a relação de Abdias do Nascimento com o movimento negro, também quilombola, deixa-se o terceiro princípio do Quilombismo para aguçar a utopia⁹⁸ presente na luta e re-existência:

⁹⁸ Ao abordar o propósito da utopia, cita-se Eduardo Galeano ao responder ao questionamento: “Para que serve a utopia?” em Cartagena das Índias. Em resposta Galeano afirma: A utopia está lá no horizonte. Me aproximo dois

A finalidade básica do Estado Nacional Quilombista é a de promover a felicidade do ser humano. Para atingir sua finalidade, o *Quilombismo* acredita numa sociedade de base comunitário-cooperativista no setor da produção, da distribuição e da divisão dos resultados do trabalho coletivo.” (NASCIMENTO, 2019, p.305)

Nota-se que pouco se galgou no sentido apontado por Abdias do Nascimento, mas aqueles que querem e podem mudar os rumos do Estado brasileiro, o povo, já possuem consciência da luta iniciada na diáspora e consolidada no quilombo.

3.2.2 – Maria Beatriz Nascimento: Movimento Negro a partir do Quilombo

Beatriz Nascimento, historiadora nordestina, nascida em 1942, falecida em 1995, teve uma curta e intensa vida de contribuição com a academia e com o Movimento Negro. Vítima de um feminicídio⁹⁹, encantou-se deixando uma vasta obra dispersa e de difícil acesso, que conforme Ratts e Gomes (2015) estaria exposta a um possível esquecimento.

Por isso, coube ao professor Alex Ratts, admirador e estudioso da obra de Maria Beatriz Nascimento realizar este resgate e reinseri-la no contexto acadêmico, respeitando o principal tema abordado pela autora, o quilombo como “sistema social alternativo organizado por pessoas negras”.

A partir disso, tece-se uma crítica à pesquisa documental constatativa, visto que, pesquisadores/as apontam problemáticas, mas não intervêm, e tão pouco apresentam propositivas. Este fato contribui para com o cenário encontrado por Ratts em 2007, já que a obra de Maria Beatriz Nascimento demandava de interesse acadêmico para permanecer ativa, por se tratar de uma produção atemporal, principalmente quando aplicada à realidade da diáspora africana no Brasil.

Atrelada à necessidade de um resgate da obra, nota-se que até mesmo o nome da autora não é referido conforme sua identidade de origem Maria Beatriz Nascimento, muitas são as produções em que remetem a Beatriz Nascimento (Garcia (2007), Ratts (2007), Portal Geledés (2010)¹⁰⁰, Ratts e Gomes (2015). Assim, criou-se uma trajetória póstuma, mesmo que em algum momento o passado e presente se confluem para consolidação do que Maria Beatriz Nascimento pensava a partir do movimento negro e do quilombo, território onde ela se

passos, ela se afasta dois passos. Caminho dez passos e o horizonte corre dez passos. Por mais que eu caminhe, jamais alcançarei. Para que serve a utopia? Serve para isso: para que eu não deixe de caminhar.

⁹⁹Assassinato de mulheres pelo fato de serem mulheres

¹⁰⁰Disponível

em

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/6579443/mod_resource/content/1/11.%20A%20mulher%20negra%20no%20mercado%20de%20trabalho.pdf, acesso: agosto 2023.

debruçou, mesmo que seja mais conhecida pelo filme “*Ori*” (1989)¹⁰¹ dirigido pela socióloga e cineasta Raquel Gerber.

Para esta análise, apoiou-se na obra “O conceito de quilombo e a resistência cultural negra” (1979) e em “Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz do Nascimento” Ratts (2007). Inicialmente, a autora traz provocações sobre a validação histórica do povo negro, que sempre esteve atrelada aos significativos acontecimentos do ocidente.

Sua preocupação dialoga com Adichie (2019), pois Nascimento, *ib.* afirma que existe um precipício entre o passado do povo africano e sua trajetória nos países que absorveram a diáspora negra. Diante disso, nota-se que numerosas foram as formas de re-existência usadas pelo povo negro, mas Maria Beatriz Nascimento se ancora na que considera relevante pela pluralidade social e política, o quilombo.

Compartilhando do mencionado anteriormente por Munanga (2001), quando se referiu à origem dos quilombos, Maria Beatriz Nascimento (1979) relaciona a revolução de Angola-*Janga* com a criação do Quilombo de Palmares. A autora afirma que adornos que eram comuns na tradição *mbuntu*, usados por autoridades, foram usadas também por Zumbi dos Palmares, conforme relatos historiográficos.

Considerando o Quilombo como um território para além do refúgio, assim como Abdias Nascimento (2019), Maria Beatriz Nascimento (1977, p. 4) em uma provocação, afirma que pesquisadores precisam se esforçar para definir o quilombo conforme sua dinâmica temporal, partindo da ideia de que foram “instrumento ideológico contra as formas de opressão”, conforme a autora instiga:

(...) estabelecer que tipo de organização social, quer dizer, que tipo de estrutura social. (...) nós temos várias documentações sobre quilombos que têm características específicas de grupo religioso, de terreiros de candomblé, por exemplo. Nós temos outros quilombos, por exemplo, que nunca foram assim, não tiveram o sentido de repressão, não sentiram realmente a repressão, outros que se mantiveram por longo tempo como é o quilombo de Guandú e do Catumbí, e quilombos que simplesmente desapareceram no próprio processo deles (NASCIMENTO, 1977, P.4).

Como os quilombos apresentavam metodologias próprias, não seguiam protocolos para a sua organização ou para a sua inexistência, a autora defende a perpetuação destes espaços de re-existência, pois seriam perpetuadores dos moldes da cultura, política para a sociedade negra. Esta continuidade, conforme Moura (2001), está associada ao Aquilombar, o que para Nascimento (1981) teria relação com a coletividade.

¹⁰¹ Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=6VmPjhOTozI&t=505s>. Acesso: agosto, 2023.

A partir disso, Moura, (2001, p. 104), grifa que a “passagem da consciência do negro fugido para a consciência do negro quilombola”, sendo que este processo aconteceria quando houvesse coletividade na luta.

Utilizando de aforismos, Nascimento (1982), dialeticamente, rememora a diáspora e conduz o negro a buscar pela ancestralidade, por aquilo que está além do Atlântico - “A terra é circular. O sol é redondo. Onde está a dialética? No mar” (NASCIMENTO, 1982).

Com proporções grandiosas, o mar dialético separou vidas inteiras, deixou de ser o divino imaginado na linha do horizonte e se fez aflição no desencarne do sujeito para o surgimento do escravo encarnado. O mar dialético uniu-se aos interesses do mercado e se fez estrada de dor, caminho da diáspora.

Entende-se, dessa forma, a trajetória atlântica descrita por Ratts (2007) ao reconhecer em Maria Beatriz Nascimento a busca pela origem de seu povo através dos caminhos percorridos como mulher, negra, nordestina e parte do movimento negro, além da sua vontade de se criar e consolidar espaços de fala e escuta, onde o negro pudesse pensar sobre e a partir dele mesmo.

Nesta perspectiva de se pensar espaços negros para negros, na década de 1970, em pleno período de repressão militar, o negro não emitia perigo imediato às instituições vigentes, puderam então organizar o movimento social em que a retórica produzida através do quilombo, sustentasse o movimento e reagisse contra o colonialismo cultural. Portanto, o grupo de intelectuais inseriu a estrutura quilombo em espaços de debate, onde propuseram a celebração nacional do dia 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares e que se tornou dia da Consciência Negra.

Pautada na quebra do silêncio, a história do negro de acordo como o que foi pensado por Maria Beatriz Nascimento deve se propagar a partir do lugar que se fala, assim ela propõe uma escrevivência, uma importante ferramenta metodológica na produção de conhecimento para além do negro escravo, uma vez que a história do povo negro é viva, mesmo que tenha sido apagada pelo racismo.

No sentido de contribuir com a proposta metodológica deixada por Maria Beatriz Nascimento a partir do quilombo, onde o/a negro/a pudesse contar sua própria história, é que se sistematiza esta pesquisa, com o desafio de apresentar uma continuidade de seu legado.

3.2.3 – Clovis Moura e o Aquilombar

Clovis Moura, intelectual nordestino, trouxe para o diálogo do Movimento Negro, no Brasil, uma fundamentação marxista, mesmo que fosse considerado um pensador livre. Em diálogo com Karl Marx, tratou o período da escravidão brasileira a partir do negro escravizado.

Inicialmente, nota-se que a ausência de diálogo com autores do próprio Pan-Africanismo, caracterizou uma falta de *práxis* teórica, isso fez com que sua obra não se difundisse na universidade (BATISTA, 2019). Além disso, criou divergência com o movimento negro ao estabelecer relação com a produção eurocêntrica, pois repensou a luta de classes através da atuação do período escravista no Brasil. Para Moura (1981), o início da luta de classes no Brasil não possui vínculo com as fábricas, mas com a senzala, pois quem desconstrói a ordem escravista no país são os negros.

Ancorando-se no quilombo, seus estudos dialogaram com a organização político-sociológica destes espaços de re-existência em uma perspectiva transitória, quando o escravo deixa de ser negro fugido para tornar-se negro quilombola. Ao romper com a objetificação do negro, Moura (2001) propõe o termo “Quilombagem”.

O léxico foi estruturado a partir da rebeldia do negro (MOURA, 1992, P. 22) o que para Mignolo (2008) caracteriza como desobediência epistêmica. Por isso influenciou no desgaste do sistema escravista, ao passo que foi substituído pelo trabalho livre, mesmo que a história destine o mérito à coroa portuguesa.

Para Moura (2001) a continuidade do processo de desgaste radical do sistema se articulou durante o período escravocrata e deveria perpetuar, mas após assinatura da Lei Áurea (1888) houve um apagamento do negro quilombola no Brasil, até a CF 1988 permaneceram invisibilizados nos “não lugares” (AUGÉ, 1994) por 100 anos, mas neste período o movimento negro quilombola se reorganizou e se reinseriu como agenda do Estado ao criar tensões.

Usando de muito extremismo, Moura (1992) considera que não é possível o posicionamento do negro sem a quebra do sistema, e isso só ocorreu quando rebeldes negros usando de violência, demandaram contra os senhores, dando a ideia de que a “quilombagem” era um modelo paralelo ao regime imposto na época.

Contribuindo para a consolidação deste sujeito que se estabelece, de forma coletiva, a rebeldia está na re-existência permanente, podendo pensar por si, contrariando a máxima de René Descartes (1596 – 1650) “penso logo existo”, pois o negro quilombola só existe a partir da coletividade.

Contudo, Moura (2001) consagra o quilombo como uma unidade independente, mesmo que para Fanon (2022) este fato não caracterize a liberdade, pois estes homens e

mulheres ainda estão sob tutela do Estado, então, cabe a eles rebelarem continuamente, tornando-se livres a partir da luta e re-existência.

Por fim, afirma-se que o uso indiscriminado do conceito aquilombar, produz o que Santos e Santos (2022, p. 5) nomeiam com “*fashionização* epistêmica”, movimento que decorre a partir do mau uso do termo, muitas vezes em dissonância com o propósito do diálogo inicial, o que contribui para o seu esvaziamento de potenciais reflexões e possibilidades de intervenção social, por isso da necessidade não só de repensar o conceito, mas de aproximá-lo das produções populares.

3.2.4 – Quilombolizar por Aguiar-Nascimento

De acordo com a provocação trazida por Porto-Gonçalves (2015), ao abordar que muitos são os léxicos estruturados a partir do apressamento neoliberal (GONÇALVES, 2021), em que pesquisadores/as utilizam de estratégias academicistas para tratarem de temas que ressoam, cabe aqui afirmar que todo e qualquer tema de um modo ou de outro surge de uma demanda social (MIRANDA e FIÚZA, 2016) e (PÊSSOA, 2009).

Cabe então à academia estruturá-lo, dessa forma, ao se pensar o Quilombolizar, partiu-se de uma análise epistêmica teórico conceitual que emerge do movimento social negro quilombola desde a criação da Constituição Federal de 1988, quanto o Estado cria abertura para possíveis agendas de direitos para povos e comunidades quilombolas.

Nota-se que o movimento quilombola, aqui representado pela CONAQ apresenta diálogo com os intelectuais supracitados, mas observou-se também que avanços da luta pedem redirecionamento dos termos quando a eles se referirem, uma vez que o léxico precisa sobreviver à dinâmica imposta ao espaço/ tempo.

Desse modo, o Quilombolizar é um conceito que tem sua epistemologia nas *práxis* populares, que assim como o Aquilombar, parte da premissa do sujeito, daquele que toca e conhece o chão, mas não se ancora na luta de classes, uma vez que sua base teórica é decolonial e propõe uma análise “pluridimensional” (SAQUET, 2022, P. 88). Nesse sentido, a análise do movimento quilombola, ainda que parta da luta de classes, requer amparo teórico metodológico que dialogue com outras lutas intrínsecas ao movimento, que não se pautem na lógica do trabalho, assim, o Quilombolizar discute a classificação social (QUIJANO, 2010).

Partindo de uma escala micro, o conceito contrapõe à proposta de aproximação de experiências globais para aplicá-las em outras realidades geográficas mesmo que as práticas espaciais e temporais destas realidades sejam diferentes daquelas (GROSFOGUEL, 2016).

Assim, a categoria território a qual norteia o enredo desta pesquisa se caracteriza através de um “reordenamento das relações de poder”, se estabelece também na transformação dos arranjos locais e populares a partir de códigos culturais, simbólicos. Já não é somente arena para o “enfrentamento entre os agentes do capital e o Estado é também espaço de *práxis* da libertação” (SAQUET, 2022, P. 88). Mas, o que se considera relevante é que todo o processo de análise ocorre com a participação do povo, através de uma metodologia horizontalizada de investigação participativa (SILVA E VERBICARO, 2016).

Dessa forma, pautando-se no movimento quilombola, compreende-se na atualidade, que o direito que sustenta o Quilombolizar é o acesso à educação, pois através dela, o quilombola se distanciou do negro escravizado, tornou-se consciente de sua trajetória atlântica e propõe para o Estado, ações contra hegemônicas que assegurem direitos desde o acesso ao território à possibilidade de permanência nos espaços de gestão.

Assim, o Quilombolizar contrapõe o Aquilombar de Clovis Moura, pois o modelo de sociedade usado para caracterizar o conceito não se estabelece através da luta de classe, através de um estado paralelo. A luz disso, a mobilização e luta permanecem, oportunizando espaços de gestão como afirmado por Nascimento (1987), através do diálogo com o Estado, pois ainda existe a tutela, e as comunidades precisam reconhecer o protagonismo na sua forma orgânica de estabelecer relações, na coletividade.

Ao longo desta tecitura, o Quilombolizar ganha corpo, dessa forma, os parágrafos sistematizados sublinharam sua base epistemológicas a partir de uma Geografia popular, assentada nas *práxis* decoloniais e contra hegemônicas.

CAPÍTULO 04

QUILOMBOLIZAR *KALUNGA*: DA EDUCAÇÃO ESCOLAR À UNIVERSIDADE

Ana Grande¹⁰²

No interior dos gerais, em agosto o vento dança nos limpos e levanta capoeira, cabelos e saias de moçoilas como Ana, uma menina franzina, que veio ao mundo pelas mãos de sua tia avó, dona Lió¹⁰³. A médica que se conhecia naquele lugar de gente forte, mesmo que por dentro. Sem tamanho para alguns afazeres, era poupada, mas não esquecida, afinal, todo mundo ajudava na lida. Acordava-se cedo na época do plantio, Ana levava a comida no roçado enquanto os irmãos pegavam no cabo da enxada, eram duas refeições. No quebra-jejum no meio da manhã tinha-se abóbora ou banana com leite e mais tarde no almoço, comida forte com carne de osso. (...)

Os dias por ali não seguiam a ligeireza das correntes do ribeirão que cortava a várzea, o tempo é lento, rebento de Nossa Senhora de Sant’Ana, que de cima de seu andor, abençoa a chuva do caju, a florada do pequi e Ana, sua afilhada e devota. A Santa ainda era quem olhava por aquele povo, pois por aquelas bandas só passava carro na linha do transporte, mas naquela tarde quente aquele barulho não vinha do céu, não era sinal de chuva, o ronco levantava poeira, anunciava gente estranha. Com medo de visita, a meninada se embrenhava no mato, deixava só os mais velhos fazendo sala. A visita inesperada era de um compadre da cidade, que a muito não se via. Veio em busca de uma menina para ajudar sua esposa na arrumação da casa e em troca receberia comida, dormida e a oportunidade de estudar. Não era a primeira vez, nem a última que alguém aparecia atrás das meninas da região, elas pra cidade iam, ou melhor, as levavam, enquanto os meninos daquelas bandas nunca saíam. (...)

Arrumaram rapidamente a pequena trouxa, com três vestidos surrados, duas saias feitas na máquina de costura e com arremate a mão, com linha fiada ali, que de tão comprida parecia a do Equador. Detalhes que fariam Ana se lembrar de sua rotina que girava em torno da casa, da roça e dela mesma. Despediu-se de longe dos irmãos, abraçou a mãe e com os olhos acolheu a benção do pai que não sabia abraçar. Sem muito acreditar naquele momento, entrou no carro que rangia a porta e tinha os bancos cobertos por mantas de crochê.

Pelo caminho pouco falou com o compadre, só pensava no que a esperava. Já na cidade, não a pouparam, nem consideraram sua pouca idade, lavava, cozinhava em cima de uma banqueta e no meio do dia, com seu corpo miúdo e cansado, para a escola ia sob os olhares daquela senhora que de tudo desconfiava. Foram dois longos anos sem rever sua família e trabalhando sem direito a nada, seus pés tocavam dia a dia a lama que escorria no quintal, pois guardava os chinelos para ir à escola. Mas em um belo dia, pela surpresa da senhora ranzinza, seus pais que na cidade nunca iam, por lá apareceram. (...) Mesmo com toda a dificuldade, (...), adentravam a terra fofa que registrava o rastro de quem ia e vinha da escola, os lembrava dos caminhos percorridos, dos limpos preenchidos pela vontade de vencer. A luta fez de Ana grande, conhecedora de suas forças interiores e fazedora de bondades. Para a comunidade ela voltou. Com um embornal cheio de livros, teceu seu próprio caminho assustando até a “cigana analfabeta que leu a mão de Paulo Freire”¹⁰⁴. Sob o olhar de Nossa Senhora Sant’Ana, sua madrinha, segue a devota dos livros, que encontrou na educação a salvação e a liberdade de seus dias. (AGUIAR-NASCIMENTO, 2022).

A crônica “Ana Grande” é um texto literário, inspirado na trajetória de luta de crianças, adolescentes, jovens, famílias inteiras, para acessarem a escola, pois assim como o Movimento

¹⁰² Crônica disponível no site: <https://www.alemdosmuros.org/single-post/ana-grande> . Acesso em: setembro de 2023.

¹⁰³ Grande parteira da Comunidade Quilombola *Kalunga* de Cavalcante- Vão de Almas.

¹⁰⁴ Citação da música Beradêro – Chico César.

Negro, enxergam a educação como um instrumento de re-existência, pelo qual se é possível ressignificar a história de um povo.

Diante disso, a leitura que aqui se inicia é ancorada em normativas, bem como na realidade das escolas quilombolas rurais do município de Cavalcante (Go) e os seus desafios.

4.1- Educação Escolar Quilombola: Processo político e normativo

Para se falar em educação escolar quilombola é necessário resgatar a memória de luta do povo negro no Brasil, dessa forma, parte-se da Lei Áurea em 1888, quando se conquistou a liberdade, pelo menos nos registros do Estado, uma vez que o povo negro foi deixado à própria sorte (BATISDE e FERNANDES, 1955). Entre a abolição e a Constituição Federal, (1988), passaram-se 100 anos, mas neste intermeio, o negro quilombola não conseguiu superar sua condição de excluído/a, empobrecido/a. Desse modo, coube a eles lutarem pelo que Batiste e Fernandes (1955), chamaram de “segunda abolição”.

Com o intuito de mudarem a posição social, desfazendo de estigmas cristalizados pelo racismo, o negro quilombola se aproximou da educação formal para criar técnicas sociais capazes de transformar a situação em que se encontravam.

Conforme Florestan Fernandes (1978, p. 275 e 276), a população negra enxergou a educação como um instrumento de luta, em que a escola formal era necessária para superar a condição de exclusão sócio racial do negro. Esse sentimento predominou entre o grupo de entrevistados/as, pois quando perguntado sobre a importância da educação no processo de ressignificação do sujeito, Nilça Fernandes dos Santos, Wanderleia dos Santos Rosa, Marta Faria da Silva e Katiele Pereira em perspectivas diferentes, reforçam o trazido por Fernandes (1978):

Como eu disse antes, é por meio da educação ou através dela, não sei, que tudo se resolve aqui na comunidade. Não tem como, não tem outro jeito. Assim, não vem gente pensar que uma pessoa que não tem estudo que é menos estudada, que ela vai conseguir um cargo fora, ela não consegue. Pra ela conseguir, ela tem que suar, tem que ter muito estudo mesmo. Se nós temos advogada (Vercilene Francisco Dias), é porque ela estudou pra estar lá, nos defendendo. Ela está lá. Nós temos outras pessoas que estão fora também que é quilombola. Nós temos empresários quilombolas, que não moram aqui, mas que é daqui do território. A educação é o caminho, não tem outro jeito. Não tem como a gente seguir outro caminho. Como educadora eu digo isso. NILÇA FERNANDES DOS SANTOS, ENTREVISTA REALIZADA EM PESQUISA CAMPO, SETEMBRO DE 2022.

Eu amo o tipo de educação que é promovida na Licenciatura em Educação do Campo, né, porque é uma educação baseada na metodologia freiriana, né? Que visa esta questão da libertação a partir do conhecimento, mas não é só isso, não basta só libertar, a gente estuda também o que não vale só a libertação, a luta continua, pra fortalecer a luta depois da libertação você precisa ocupar outros espaços. Você precisa é re-existir

a muitas coisas, então, hoje, é... Tendo em vista que a gente tem um grupo grande, mais, conhecedores de várias áreas, da história, da nossa própria história, a gente já re-existe e contrapõe algumas ideologias pra fortalecer a nossa própria classe e nos organizar melhor, né? Pra gente está junto, mais fortalecidos nos espaços. Não pense que por estarmos nos espaços a gente parou de lutar. A luta continua. WANDERLEIA DOS SANTOS ROSA. ENTREVISTA REALIZADA EM PESQUISA CAMPO, JULHO DE 2022.

A educação ajudou o *Kalunga* a enxergar o seu valor. Os mais velhos da minha família falam: O que você guarda na sua cabeça, ninguém arranca de você. A sua educação ninguém rouba de você. Olha a Vercilene, advogada! Olha o Vilmar na prefeitura! Olha o Carlos na associação! Todos estudaram e tiveram esta oportunidade. MARTA FARIA DA SILVA, ENTREVISTA REALIZADA EM PESQUISA CAMPO, JULHO DE 2022.

Com toda certeza a educação tem relação com a ressignificação *Kalunga*, pois poderiam vir outras pessoas exercerem o nosso cargo aqui, e hoje, nós quem exercemos, nós quilombolas exercemos o cargo de professor, aqui na nossa comunidade. A Lucilene *Kalunga* é um exemplo, ela tem se despontado na política, já pensou ter uma *Kalunga* como deputada estadual? KATIELE PEREIRA LACERDA, ENTREVISTA REALIZADA EM PESQUISA CAMPO, SETEMBRO DE 2022.

Nota-se a partir do pressuposto, que a educação como um instrumento de luta social, contribuiu e contribui para a formação de representatividades locais, como abordado por Katiele Lacerda; bem como atua no fortalecimento da identidade e de lideranças *Kalunga* como afirmado por Marta Silva e que tem a função libertadora, assim, Nilça Santos e Wanderleia Rosa dialogam com Freire (2010), reafirmando a necessidade de seguir seu legado para a transformação de vidas.

Se a educação é um instrumento social, a escola responde aos interesses de quem? Para Nascimento (1978), a educação, logo a escola, não trazem a cura de todos os males vividos pela população negra no Brasil, pois conforme Bourdieu (1998), a escola também tem reponsabilidade na propagação das desigualdades sociais, pois sua base epistêmica é eurocêntrica, e prega o branqueamento a partir do referencial teórico que por muito tempo não representou a pluralidade da realidade brasileira (NASCIMENTO, 1978) e (MUNANGA, 1996). Nascimento (1978) afirma o supracitado ao se posicionar:

O sistema educacional [brasileiro] é usado como aparelhamento de controle nesta estrutura de discriminação cultural. Em todos os níveis do ensino brasileiro – elementar, secundário, universitário – o elenco das matérias ensinadas, como se executasse o que havia predito a frase de Sílvia Romero - “Temos a África em nossas cozinhas, a América em nossas selvas e a Europa em nossas salas de visita” - constitui um ritual da formalidade e da ostentação da Europa, e, mais recentemente, dos Estados Unidos (NASCIMENTO, 1978, p. 95).

Após constatar tal situação, o movimento negro insere em suas reivindicações junto ao Estado, a pauta educação, a qual perpassava pelo ensino da cultura negra brasileira e da

participação do negro na formação da sociedade. Esta demanda que já tinha sido abordada pelo movimento ainda no I Congresso do Negro Brasileiro (1950).

Além destes dois pontos, reivindicavam para o contexto educação, a “proibição do racismo nas escolas; melhores condições de acesso ao ensino para a população negra; e participação da população intelectual negra na elaboração dos currículos em todas as fases escolares e em órgãos ligados ao ensino” (HASENBALG, 1987). Para a Assembleia Nacional Constituinte, os movimentos sociais intrínsecos ao movimento negro defenderam as seguintes reivindicações referentes a educação:

O processo educacional respeitará todos os aspectos da cultura brasileira. É obrigatória a inclusão nos currículos escolares de I, II e III graus, do ensino da história da África e da História do Negro no Brasil;

Que seja alterada a redação do § 8º do artigo 153 da Constituição Federal, ficando com a seguinte redação: A publicação de livros, jornais e periódicos não dependem de licença da autoridade. Fica proibida a propaganda de guerra, de subversão da ordem ou de preconceitos de religião, de raça, de cor ou de classe, e as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes (CONVENÇÃO, 1986).

A luta pela inserção do negro na educação esteve nas pautas de reivindicações por inúmeras vezes, e perpetuando no pós Constituição Federal de 1988, onde o Art. 68 do ADCT reinseriu o negro quilombola na agenda de políticas do Estado, mas foi em 1995, através da “Marcha Zumbi dos Palmares - Contra o Racismo, Pela Cidadania e Pela Vida” (Figura, 38)¹⁰⁵, em Brasília, que o movimento negro reafirmou a re-existência do povo afro-brasileiro.

¹⁰⁵ Esclarecimentos importantes da Marcha Zumbi dos Palmares em: <https://artsandculture.google.com/story/BQWBeNITATxhLw?hl=pt-BR>

Figura 298 - Manchete Marcha Zumbi dos Palmares (1995), Brasília



Fonte: Centro de Documentação e Pesquisa Vergueiro¹⁰⁶

No momento, o então presidente Fernando Henrique Cardoso recebeu lideranças do movimento social negro. Mais uma vez publicizaram a discriminação racial e sentenciaram o racismo, atrelado a isso, entregaram ao governo brasileiro um Programa de Superação do Racismo e da Desigualdade Racial.

Conforme Brasil (2005), algumas das pautas reivindicadas pelo movimento social negro foram atendidas em meados da década de 1990, tendo em vista a revisão do material didático em que o negro brasileiro aparece de forma estereotipada, associado à imagem de subversão, com estigmas de inferioridade. Aspectos que evidenciam a negação da identidade Kalunga pelo quilombola durante muito tempo, como aponta a entrevistada Nilça Fernandes dos Santos.

Como para o movimento negro conhecer a memória para além do Atlântico era primordial para a formação da identidade negra brasileira, a luta se manteve ativa para a inclusão, por meio de leis, de disciplinas sobre a História do Negro no Brasil e a História do

¹⁰⁶ Matéria disponível em: <https://www.cpvsp.org.br/>. Acesso em: setembro, 2023.

Continente Africano. Assim, muitos foram os municípios/ estados que implantaram leis orgânicas a partir destas reivindicações.

Mas, no que se refere ao contexto nacional, estas pautas foram aprovadas somente, em 2003, pelo então presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao reconhecer a importância da luta antirracista do movimento social negro contra a discriminação racial. Nesse sentido, pautando-se em um plano de governo que tecia diálogos com o povo como proposta de ensino democrático, alterou-se a Lei 9.394/1996 a qual propões diretrizes e base para a educação nacional. Sancionada a Lei 10.639/2003, foram acrescentados ao texto original (Lei 9.394/1996) os artigos 26-A e 79-B:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o *caput* deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (BBRASIL, 2003).

Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como ‘Dia Nacional da Consciência Negra’ (BRASIL, 2003)¹⁰⁷.

Neste processo de democratização do ensino e luta contra o racismo, coube aos estados e municípios a implantação da Lei 10.639/2003 que foi regulamentada pelo Parecer do Conselho Nacional de Educação (CNE)/ Código Penal (CP) – CNE/CP 03/2004 – e pela Resolução CNE/CP 01/2004 que instituem as Diretrizes Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Embora, seja possível notar que cada região fez a seu modo, ou até não fez, pois, ao apresentar obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira, o Estado provocou, mas não disse como e nem estabeleceu tempo para mudanças dos currículos, bem como para qualificação de professores/as.

Contudo, em 2008, o governo brasileiro alterou a Lei nº 10.639/2003, sancionando a Lei nº 11.645/2008¹⁰⁸ que passou a vigorar acrescida dos seguintes artigos:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

¹⁰⁷ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.ht . Acesso, setembro de 2023.

¹⁰⁸ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/111645.htm. Acesso, setembro, 2023.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (BRASIL, 2008).

Em 2009, o Ministério da Educação (MEC) aprovou o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

Mesmo diante das Leis, Norma e do Parecer supracitados, estados como Goiás se apropriou de brechas contidas na própria legislação para implantar tardiamente o que foi estabelecido. Conforme representante da comunidade Quilombola *Kalunga*, na SEDUC GO, Hélio Rodrigues dos Santos, até 2012, Goiás discutiu a História e Cultura Afro-Brasileira sem currículo. A partir disso, subteve-se que também não se tinha qualificação de professores.

Só em 2013 que a gestão escolar estadual consolida o que foi determinado na Lei 11.645/2008, mas na gestão estadual 2016 – 2022 ocorreram retrocessos, pois desde 2020 não se discute currículo em Goiás. Conforme Hélio Rodrigues dos Santos, pensar as especificidades no contexto educação é oneroso para um Estado que se pauta em números.

Nesse sentido, para além das lutas do movimento negro quilombola, mesmo que as leis já mencionadas tenham caráter afirmativo, existe uma ancoragem legal de Pareceres e Resoluções, e fazem parte da Lei de Diretrizes e Bases para a educação nacional, ou seja, estes documentos se dirigem a toda à população brasileira, sem especificidades.

A luz das particularidades, para o Estado, a educação escolar quilombola já estava contemplada na modalidade de educação no campo, pois conforme Decreto no 7.352, de 4 de novembro de 2010, que discorre sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), considera como parte das populações do campo, os quilombolas.

Através da contínua luta do Movimento Quilombola, representado pela Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Rurais Quilombolas (CONAC) desde 1996, após “Marcha Zumbi dos Palmares - Contra o Racismo, Pela Cidadania e Pela Vida”, conquistou-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola, tornando possível a modalidade de ensino pensado através das especificidades.

O processo se deu a partir da Conferência Nacional de Educação (CONAE, 2010)¹⁰⁹, em atendimento ao Parecer CNE¹¹⁰/CEB¹¹¹ n° 7/2010 e à Resolução CNE/CEB n° 4/2010, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, tendo em vista a indicação do CNE/CEB n° 2/2010, da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação instituiu, por meio da Portaria CNE/CEB n° 5/2010.

Conforme o CONAE, as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Escolar seguem a orientação das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica:

A Educação Escolar Quilombola é desenvolvida em unidades educacionais inscritas em suas terras e cultura, requerendo pedagogia própria em respeito à especificidade étnico-cultural de cada comunidade e formação específica de seu quadro docente, observados os princípios constitucionais, a base nacional comum e os princípios que orientam a Educação Básica brasileira. Na estruturação e no funcionamento das escolas quilombolas, deve ser reconhecida e valorizada sua diversidade cultural. (BRASIL/MEC, 2012, P. 1).

O Parecer CNE/CEB 16/2012 fundamenta a modalidade, apresentando seu processo de estruturação, dessa forma, nota-se que a criação da comissão quilombola de assessoramento subsidiou a comissão especial da Câmara de Educação Básica, formada por oito integrantes,

(...) quatro quilombolas indicados pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), Edicélia Santos (Quilombo Bom Jesus da Lapa, BA), Laura Maria dos Santos (Quilombo Campinho da Independência, RJ), Maria Diva Rodrigues (Quilombo Conceição das Crioulas, PE), Maria Zélia de Oliveira (Quilombo Conceição das Crioulas, PE); uma pesquisadora da Educação Escolar Quilombola, Georgina Helena Lima Nunes (UFPEL); uma representante da SECADI/MEC, Maria Auxiliadora Lopes; e uma representante da SEPPIR/PR, Leonor Araújo. No processo, o CNE convidou também a Secretaria de Educação Básica do MEC (SEB/MEC) e a Fundação Cultural Palmares para compor o grupo, as quais foram representadas, respectivamente, por Sueli Teixeira Mello e Maria Isabel Rodrigues. (BRASIL/MEC, 2012, P. 3).

Nota-se que foi fundamental a participação popular na estruturação do Parecer, mas isso só se deu a partir de três audiências públicas (Maranhão, Bahia e Distrito Federal) intituladas “A Educação Escolar Quilombola que temos e a que queremos”, além das que ocorreram em outros estados e municípios, que contaram, inclusive, com a contribuição de instituições representativas.

Em consequência das ações desenvolvidas e se pautando na “Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada no Brasil por meio do Decreto Legislativo n° 143/2003 e do Decreto n° 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento

¹⁰⁹ Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/18693-educacao-quilombola>. Acesso em: setembro, 2023.

¹¹⁰ Conselho Nacional de Educação (CNE).

¹¹¹ Câmara de Educação Básica (CEB).

Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais” (MEC, 2012, P.4), as diretrizes apresentam os seguintes objetivos:

- I - Orientar os sistemas de ensino e as escolas de Educação Básica da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração, no desenvolvimento e na avaliação de seus projetos educativos;
- II - Orientar os processos de construção de instrumentos normativos dos sistemas de ensino visando garantir a Educação Escolar Quilombola nas diferentes etapas e modalidades, da Educação Básica, sendo respeitadas as suas especificidades;
- III - Assegurar que as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades quilombolas, bem como os seus processos próprios de ensino aprendizagem e as suas formas de produção e de conhecimento tecnológico;
- IV - Assegurar que o modelo de organização e gestão das escolas quilombolas e das escolas que atendem estudantes oriundos desses territórios considere o direito de consulta e a participação da comunidade e suas lideranças, conforme o disposto na Convenção 169 da OIT;
- V - Fortalecer o regime de colaboração entre os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na oferta da Educação Escolar Quilombola;
- VI - Zelar pela garantia do direito à Educação Escolar Quilombola às comunidades quilombolas rurais e urbanas, respeitando a história, o território, a memória, a ancestralidade e os conhecimentos tradicionais;
- VII - Subsidiar a abordagem da temática quilombola em todas as etapas da Educação Básica, pública e privada, compreendida como parte integrante da cultura e do patrimônio afro-brasileiro, cujo conhecimento é imprescindível para a compreensão da história, da cultura e da realidade brasileiras. (BRASIL/ PARECER MEC, 2012, P.4)

Através do Parecer CNE/CEB 16/2012, compreende-se a Resolução do CNE/CEB 08/2012, que considera toda a trajetória descrita até aqui de normativas, para a consolidação daquilo que será norte para estados e municípios no momento de aplicarem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. Nesse sentido, tem-se a Resolução:

Art. 1º Ficam estabelecidas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica, na forma desta Resolução.

§ 1º A Educação Escolar Quilombola na Educação Básica:

I - Organiza precipuamente o ensino ministrado nas instituições educacionais fundamentando-se, informando-se e alimentando-se:

a) da memória coletiva; b) das línguas remanescentes; c) dos marcos civilizatórios; d) das práticas culturais; e) das tecnologias e formas de produção do trabalho; f) dos acervos e repertórios orais; g) dos festejos, usos, tradições e demais elementos que conformam o patrimônio cultural das comunidades quilombolas de todo o país; h) da territorialidade.

II - Compreender a Educação Básica em suas etapas e modalidades, a saber: Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação do Campo, Educação Especial, Educação Profissional Técnica de Nível Médio, Educação de Jovens e Adultos, inclusive na Educação a Distância;

III - Destina-se ao atendimento das populações quilombolas rurais e urbanas em suas mais variadas formas de produção cultural, social, política e econômica;

IV - Deve ser ofertada por estabelecimentos de ensino localizados em comunidades reconhecidas pelos órgãos públicos responsáveis como quilombolas, rurais e urbanas, bem como por estabelecimentos de ensino próximos a essas comunidades e que recebem parte significativa dos estudantes oriundos dos territórios quilombolas;

V - Deve garantir aos estudantes o direito de se apropriar dos conhecimentos tradicionais e das suas formas de produção de modo a contribuir para o seu reconhecimento, valorização e continuidade;

VI - Deve ser implementada como política pública educacional e estabelecer interface com a política já existente para os povos do campo e indígenas, reconhecidos os seus pontos de intersecção política, histórica, social, educacional e econômica, sem perder a especificidade.

Art. 2º Cabe à União, aos Estados, aos Municípios e aos sistemas de ensino garantir:

I) Apoio técnico-pedagógico aos estudantes, professores e gestores em atuação nas escolas quilombolas;

II) Recursos didáticos, pedagógicos, tecnológicos, culturais e literários que atendam às especificidades das comunidades quilombolas; c) a construção de propostas de Educação Escolar Quilombola contextualizadas.

Art. 3º Entende-se por quilombos:

I - Os grupos étnico-raciais definidos por auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica;

II - Comunidades rurais e urbanas que: a) lutam historicamente pelo direito à terra e ao território o qual diz respeito não somente à propriedade da terra, mas a todos os elementos que fazem parte de seus usos, costumes e tradições; b) possuem os recursos ambientais necessários à sua manutenção e às reminiscências históricas que permitam perpetuar sua memória.

III - Comunidades rurais e urbanas que compartilham trajetórias comuns, possuem laços de pertencimento, tradição cultural de valorização dos antepassados calcada numa história identitária comum, entre outros.

Art. 4º Observado o disposto na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais, promulgada pelo Decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, e no Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, os quilombolas entendidos como povos ou comunidades tradicionais, são:

I - Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais;

II - Possuidores de formas próprias de organização social;

III - Detentores de conhecimentos, tecnologias, inovações e práticas geradas e transmitidos pela tradição;

IV - Ocupantes e usuários de territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica.

Art. 5º Observado o disposto no art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e no Decreto nº 6.040/2007, os territórios tradicionais são:

I - Aqueles nos quais vivem as comunidades quilombolas, povos indígenas, seringueiros, castanheiros, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos, faxinalenses e comunidades de fundo de pasto, dentre outros;

II - Espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária. (BRASIL/RESOLUÇÃO MEC, 2012, P. 4 e P.5).

Depois de observar onde está assentada a Resolução a partir de uma ancoragem política, jurídica, nacional e internacional, tem-se seus objetivos teorizados a partir do empírico, da vivência social. Esta tradução resultou no Art. 6º Estas Diretrizes, com base na legislação geral e especial, na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada no Brasil, por meio do Decreto Legislativo nº 143/2003, e pelo Decreto nº 6.040/2007, que tem por objetivos:

I - Orientar os sistemas de ensino e as escolas de Educação Básica da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração, desenvolvimento e avaliação de seus projetos educativos;

- II - Orientar os processos de construção de instrumentos normativos dos sistemas de ensino visando garantir a Educação Escolar Quilombola nas diferentes etapas e modalidades, da Educação Básica, sendo respeitadas as suas especificidades;
- III - Assegurar que as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos dos territórios quilombolas considerem as práticas socioculturais, políticas e econômicas das comunidades quilombolas, bem como os seus processos próprios de ensino aprendizagem e as suas formas de produção e de conhecimento tecnológico;
- IV - Assegurar que o modelo de organização e gestão das escolas quilombolas e das escolas que atendem estudantes oriundos desses territórios considerem o direito de consulta e a participação da comunidade e suas lideranças, conforme o disposto na Convenção 169 da OIT;
- V - Fortalecer o regime de colaboração entre os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na oferta da Educação Escolar Quilombola;
- VI - Zelar pela garantia do direito à Educação Escolar Quilombola às comunidades quilombolas rurais e urbanas, respeitando a história, o território, a memória, a ancestralidade e os conhecimentos tradicionais;
- VII - Subsidiar a abordagem da temática quilombola em todas as etapas da Educação Básica, pública e privada, compreendida como parte integrante da cultura e do patrimônio afro-brasileiro, cujo conhecimento é imprescindível para a compreensão da história, da cultura e da realidade brasileira (BRASIL/RESOLUÇÃO MEC, 2012, P. 4 e P.5).

A partir desta Resolução que nomeou e reconheceu a modalidade de Educação Escolar Quilombola (EEQ), todas as diretrizes do CNE falam da EEQ, assim, ao se pensar em modalidades como Educação de Jovens e Adultos (EJA), Educação Inclusiva, Educação Profissional, deve-se incluir propostas que atendam a EEQ.

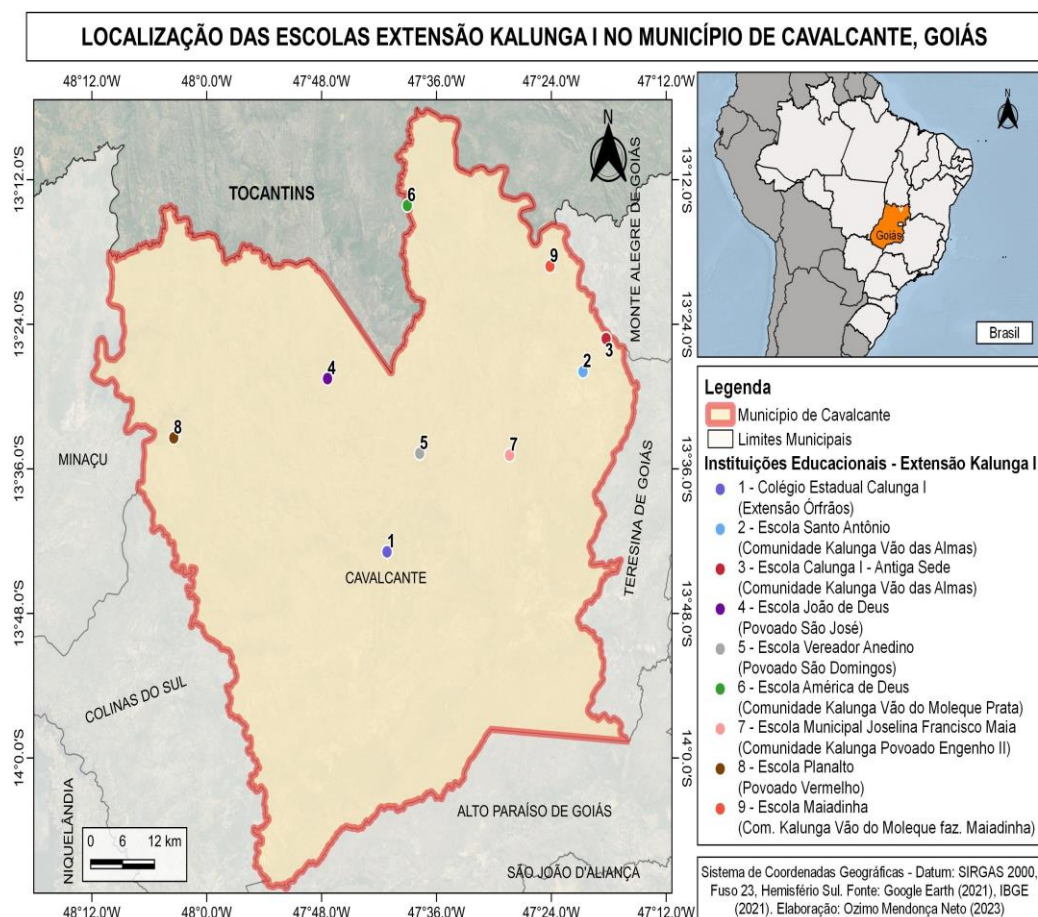
Para finalizar esta síntese dos aspectos políticos e normativos que orientam a modalidade de Educação Escolar Quilombola, tem-se o Plano Nacional de Educação vigente (2014 – 2022)¹¹², em que os/as quilombolas estão inseridos, refletindo a luta iniciada no quilombo, definido a partir do Decreto 4887/2003.

¹¹² Disponível em: <http://pne.mec.gov.br/> . Acesso em: setembro de 2023.

4.1.2 – Educação Escolar Quilombola: territorialidade *Kalunga*

A Figura 39 traz a distribuição das unidades extensionistas do Colégio *Kalunga* I, criando a possibilidade de análise deste cenário de lonjuras.

Figura 309 - Localização das Unidades Escolares Extensão Kalunga I



Fonte: Sistema de Coordenadas Geográficas – Datum: SIRGAS, 2000.

Elaboração: Ozimo Mendonça Neto (2023)

Cavalcante tem ao todo 24 unidades escolares, entre elas, 2 são estaduais (Colégio Estadual Elias Jorge Cheim, na área urbana, além do Colégio Estadual Kalunga I e suas extensões – 9, na área rural); ainda tem 14 unidades municipais, conforme mostrado (tabela 1) abaixo:

Quadro 01: Unidades escolares do município de Cavalcante (GO)

UNIDADES ESCOLARES ESTADUAIS NO MUNICÍPIO DE CAVALCANTE (GO)		
ÁREA URBANA	ÁREA RURAL	EXTENSÃO KALUNGA I
Colégio Estadual Jorge Elias Cheim	Colégio Estadual Kalunga I	Colégio Estadual Kalunga I – Extensão Órfãos
		Escola Santo Antônio – Vão de Almas
		Escola Calunga I – Antiga Sede – Vão de Almas
		Escola João de Deus – Povoado São José
		Escola Vereador Anedino – São Domingos
		Escola América de Deus Coutinho – Vão do Moleque – Comunidade do Prata
		Escola Municipal Joselina Francisco Maia – Comunidade Engenho II
		Escola Planalto – Povoado do Vermelho.
		Escola Municipal Maiadinha – Vão do Moleque
ESCOLAS MUNICIPAIS DE CAVALCANTE		
URBANAS	RURAIS	
Pré Escolar David José Vidal	Escola Municipal Morro da Serra	
	Escola Municipal Cocos	
	Escola Municipal Capela do Moleque – Vão do Moleque	
Escola Municipal Alci Alves Moreira – Tia Cici	Escola Municipal Congonhas	
	Escola Municipal Traíás – Fazenda Traíás	
Escola Municipal Morro Encantado	Escola Municipal Morros – Fazenda Morros	
	Escola Municipal Progresso – Fazenda Tatu	
	Escola Municipal Terra Vermelha - Vão de Almas	
Creche Municipal de Cavalcante Futura Geração	Escola Municipal Capela do Córrego Fundo – Cavalcante/ Colinas do Sul	
	Escola Municipal Planalto – Povoado do Vermelho	
	Escola Municipal Dona Joana Pereira das Virgens – Vão de Almas	

Fonte: Nilça Fernandes dos Santos, Wanderleia dos Santos Rosa, Alexandrina Ferreira da Silva Lima e Reinaldo dos Anjos. Elaboração: Autora, 2023.

Observa-se no quadro 01 que o número de escolas rurais é significativo, o que representa ser um desafio para a gestão escolar, principalmente pela organização física do município (serras, vãos, morros). Portanto, o que em um momento refugiou remanescentes quilombolas, dando à comunidade segurança, hoje exige da gestão municipal/ estadual holismo na tomada de decisões.

Conforme diálogo tecido com a secretária de Educação do município de Cavalcante, Wanderleia dos Santos Rosa e com a diretora do Colégio *Kalunga I*, Nilça Fernandes dos Santos (representante da SEDUC (Go) na comunidade), nove das unidades escolares possuem seus prédios compartilhados entre município e estado, assim funcionam as extensões do Colégio *Kalunga I*. Nota-se que esta prática é recorrente nas escolas rurais que apresentam público para as três etapas da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio – Figura 40).

Figura 4031 - Prédio escolar na comunidade Engenho II que recebe uma extensão do Colégio *Kalunga I*.



Fonte: Autora, 2022.

Para o senhor Jorge Moreira, liderança *Kalunga* da comunidade Engenho II, o compartilhamento do prédio entre o estado e o município gera um “probleminha”, conforme entrevista:

Eu acho que... um probleminha que eu encontro hoje, que eu vejo, é a questão de prédio dentro da comunidade, o uso do prédio pelo estado. Os alunos do estado usam os prédios do município. Então esse eu vejo como problema, deveria ter prédios exclusivos do estado para funcionar a escola. O município tem o prédio, e em algumas escolas não tem vaga, porque tem muita criança. Muitas das vezes, usa os dois períodos e as vezes falta o estado construir o seu próprio prédio. JORGE MOREIRA DE OLIVEIRA, ENTREVISTA REALIZADA EM PESQUISA CAMPO, JULHO DE 2022.

Bem como Oliveira (2022), a professora Delaine Pereira Godinho, também expõe que a o compartilhamento da unidade escolar gera demandas de falta de espaço para atividades complementares, como reforço:

Tem a questão de prédio também, não tem espaço. Como o professor vai dar uma aula de reforço no contraturno se não tem espaço? No nosso caso também, o colégio estadual funciona no prédio do município, então aquele prédio é pensado pra atender a necessidade do município, O estado tem uma necessidade maior, e gente acaba se encaixando, se adaptando no espaço que tem que é muito pequeno. DELAINE

PEREIRA GODINO, ENTREVISTA REALIZADA EM PESQUISA CAMPO, SETEMBRO DE 2022.

De acordo com a fala do professor Uilson Viana (parte do Coletivo de Educação da CONAQ), no II Curso de Formação de Professores/as Quilombolas)¹¹³, ao se referir ao tema – “Diretrizes curriculares estaduais para a educação escolar quilombola na Bahia”, este compartilhamento do espaço da escola é uma praxe comum entre as comunidades quilombolas. Por isso, o Movimento Quilombola, representado pelo Coletivo de Educação da CONAQ tem lutado para tornar as extensões em unidades escolares.

Antes mesmo de adentrar ao tema Educação Escolar Quilombola Kalunga, alinhou-se ao texto as particularidades encontradas na realidade que deu base para a pesquisa, antecipando os desafios que esta modalidade apresenta, não só para a comunidade, mas para a gestão municipal e estadual.

O cenário é desafiador, mas democraticamente instigante, pois nota-se que só é possível dialogar sobre a modalidade de Educação Escolar Quilombola pois o Movimento Quilombola, com luta, conquistou esta possibilidade, mesmo que ainda se esteja sobre as guardas do colonialismo, visto que é o principal financiador do capitalismo moderno (SILVA e FAGUNDES, 2022) e (MALDONADO-TORRES, 2007).

É notório que só o reconhecimento não é suficiente, neste sentido, é necessário que mudanças ocorram de forma estrutural, mas é preciso que elas alcancem paradigmas epistemológicos, políticos e sociais (GOMES, 2019, P. 3). Além disso, o mais importante é que este “processo ocorra com a participação do/a negro/a” nos espaços de gestão.

Baseando se nisso, para Arruti (2010), a efetivação dos direitos quilombolas se dá de duas maneiras. A primeira ocorre quando o Estado assumi o cenário de exclusão vivenciado por estas comunidades expostas a vulnerabilidades, cabendo a ele compensar e reparar tal situação através do acesso diferenciado a políticas universais.

Já a segunda, se dá quando o mesmo Estado reconhece as especificidades destes grupos e a necessidade de angariar políticas distintas que atendam suas singularidades. Embora a regularização do território ainda seja a maior preocupação do Movimento Quilombola, outras demandas surgiram, principalmente a partir dos territórios que já foram titulados, assim, tem-se a necessidade do acesso a políticas públicas.

¹¹³ Iniciado no mês de setembro, o II Curso de Formação de Professores/as Quilombolas tem o propósito de discutir a implementação das diretrizes de Educação Escolar Quilombola nos estados e nos municípios. Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=MGin56-M2eM>. Acesso, setembro 2023.

A vista disso, nota-se a luta do Movimento Negro, Movimento Quilombola por Ações e Políticas Afirmativas a fim de estancar as desigualdades e o racismo, promovendo a igualdade e a justiça social. Mas por que utilizar deste argumento nesta altura do texto?

Pois considera-se aqui que a Educação Escolar Quilombola tem caráter afirmativo, mesmo que esteja amparada por normativas. Nesse sentido, ela é também um posicionamento da luta e re-existência daqueles que estão no chão da escola, na comunidade, contra a colonialidade do saber, do ser.

À luz deste pressuposto, as políticas educacionais, no Brasil de agora, demandam mudanças no cenário pedagógico, logo no contexto escolar. Para a modalidade de Educação Escolar Quilombola, tudo o que foi feito a partir de seu reconhecimento é fruto de muita tensão, pois a escola é um instrumento do Estado.

Por isso, Nascimento (1978) considera que a escola seja também um ambiente onde práticas coloniais perpetuam, nesse sentido, a educação, como instrumento de luta social na modalidade quilombola, tem o papel de repensar o sujeito na escola a partir de sua vivência. Logo, a história, deixa de ser única e passa a ser contada na perspectiva da comunidade, do povo, para que aí se crie uma concepção de mundo que “não separa o aluno de seu espaço de vida” (CUNHA, 2020, P.79).

Com efeito, Cunha (2020, p. 70) afirma que a educação a partir da “escolarização de transferência do conhecimento professor para o aluno” não é o que se espera na educação escolar pensada para quilombolas, assim, este processo deve estar alinhado “com a pluridiversidade étnica” (ib., P. 87).

Como uma política em construção, a Educação Escolar Quilombola tem um papel reparador, em que sujeitos étnicos, marginalizados, terão a oportunidade de acessarem sua memória ancestral para projetarem ressignificações, mesmo que enfrentem desafios, como afirma Freire (1987, p.89), uma vez que o autor considera ser “uma atitude ingênua esperar que as classes dominantes desenvolvam uma forma de educação que proporcione às classes dominadas perceberem as injustiças sociais de maneira crítica.”

Desse modo, a Educação Escolar Quilombola engatinha lentamente se “afirmando como necessária” (SANTOS, 2022, P. 94), mesmo exposta a truculências. A exemplo disso, tem-se o *impeachment* da Presidenta Dilma Vana Rousseff (2016) que contou com o apoio da bancada da bíblia e de ruralistas, os mesmos responsáveis pela Ação Direta de Inconstitucionalidade (AID) nº 3239 que discutia o Decreto 4.887/2003, quando as políticas educacionais foram alvo de um projeto de governo que visava o desmonte do já construído, reafirmando o defendido por Nascimento (1978).

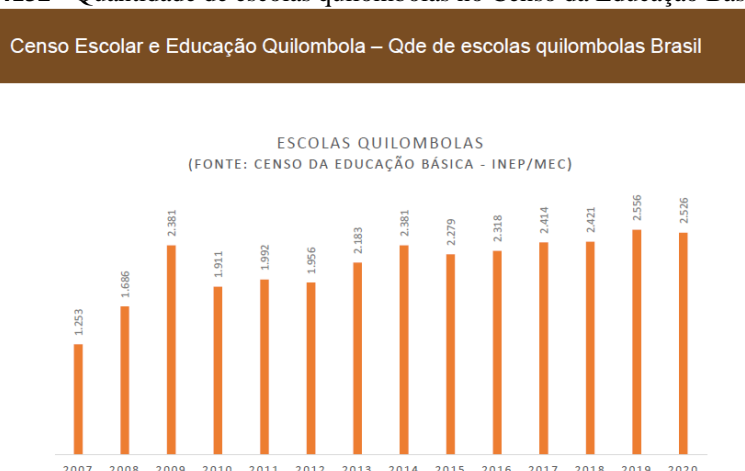
Com amparo da extrema direita, o governo negacionista de Michel Temer iniciou o aniquilamento, um verdadeiro massacre das políticas e ações afirmativas, contribuindo para o declínio de políticas educacionais no Brasil, sendo que o processo deu sequência no governo seguinte (2019 – 2022).

Para descortinar o falecimento das políticas na educação básica, tem-se o Censo da Educação Escolar, o qual tem caráter “declaratório e obrigatório”, conforme Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2015, p. 15). Em 2021, o governo federal tirou a categoria quilombola do Censo Escolar, encobrendo o cenário de descaso com a Educação Escolar Quilombola, e com a saúde no período pandêmico, invisibilizando sujeitos. Com o apagamento dos dados, negou-se direitos.

Diante da ausência de dados atualizados do Censo da Educação Básica (2021 e 2022), embasou-se, a partir do Censo da Educação Básica de 2020¹¹⁴, pois o de 2022¹¹⁵ saiu em março deste mesmo ano e poucos são os dados disponibilizados no site, bem como analisados por especialistas a partir das regiões, neste momento de retomada do país.

Neste sentido, em 2020, o censo afirmou que em todo o território nacional brasileiro, haviam 2.526 escolas quilombolas (Figura 41). Mas, para análise, temos ainda o censo demográfico quilombola de 2022, que apontou que 1,3 milhões de brasileiros se autodeclaram quilombolas. Diante dos dados, nota-se que o número de escolas é insuficiente, pois não atendem as demandas locais e regionais.

Figura 4132 - Quantidade de escolas quilombolas no Censo da Educação Básica 2020.



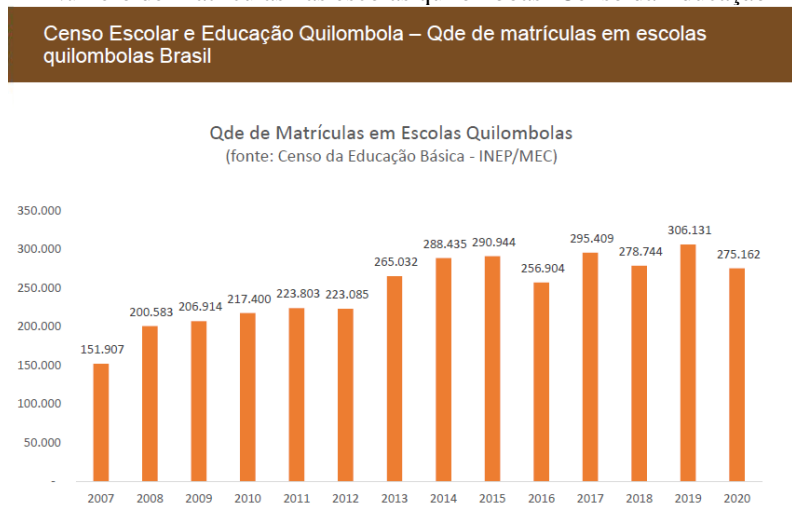
Fonte: Projeto Quilombo e Educação – CONAQ 2020.

¹¹⁴ Informações obtidas no Projeto Quilombos e Educação, 2020.

¹¹⁵ Dados disponíveis em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados/2022>. Acesso em: setembro, 2023.

Para caracterizar o público de estudantes, o Censo da Educação Básica trouxe o número de 275.132 alunos quilombolas matriculados em 2020, que se comparado ao ano anterior, 2019, apresentou queda significativa 10,1% (Figura 42).

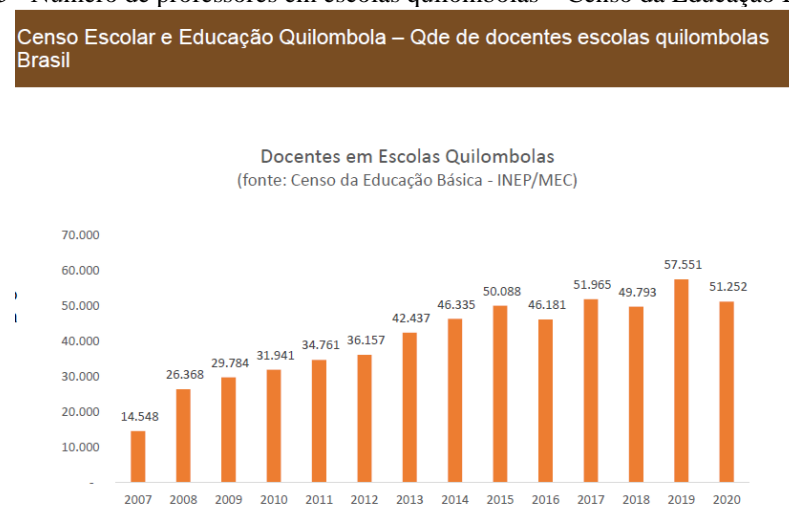
Figura 42 - Número de Matrículas nas escolas quilomboas- Censo da Educação Básica 2020



Fonte: Projeto Quilombo e Educação – CONAQ 2020.

No que se refere ao número de professores nas escolas quilombolas, o Censo da Educação Básica aponta o número de 51.252 (Figura 43), que se comparado a 2019, apresentou queda.

Figura 43 - Número de professores em escolas quilombolas – Censo da Educação Básica 2020.



Fonte: Projeto Quilombo e Educação – CONAQ 2020

Ainda sobre este dado referente aos professores, quando perguntado sobre processo de qualificação, apenas 3,2% destes 51.252, afirmaram que participaram de cursos cujas temáticas eram voltadas para a educação das relações étnico-raciais e cultura afro-brasileira, bem como

curso direcionados à interculturalidade e diversidade. Diante do cenário, nota-se que as formações não abordam sobre quilombos, territorialidades femininas negras, tornando assim seus espaços e sujeitos invisíveis.

Conforme dados da CONAQ (2019), 83% das escolas analisadas estão dentro dos territórios, 5% dos territórios possuem escolas fechadas, e 9% se quer tem escola. Para aquelas escolas dentro das comunidades, somente 2% delas têm o nível de ensino médio, o que submete adolescentes a uma constante peregrinação rumo a escolas na cidade, na tentativa de se preparar para a universidade.

Quando comparado o acesso a estrutura física como sala de leitura e/ou biblioteca, sala de informática, quadra de esportes, a CONAQ (2019) afirma que os dados do Censo da Escola Básica descortinam uma vivência cotidiana baseada na ausência de equipamentos, infraestrutura (quadro 2).

Quadro 1 - Ausência de infraestrutura das escolas quilombolas

ESTRUTURA FÍSICA NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA/ CENSO 2020	
Escolas Estaduais	Escolas Quilombolas
81% possuem sala de leitura e/ou biblioteca	2 % possuem sala de leitura e/ou biblioteca
Escolas Municipais	Escolas Quilombolas
31% possuem quadra de esportes	11% possuem quadras de esportes
Escolas Federais	Escolas Quilombolas
97% contam com acesso à internet	4% contam com acesso à internet

Fonte: CONAQ - Projeto Quilombos e Educação, 2020. Elaboração: Autora, 2023

Revelado parcialmente o cenário nacional, retoma-se ao enredo, a Educação Escolar Quilombola *Kalunga*.

O município de Cavalcante viveu nestes três últimos anos (2020 – 2023) um processo de reparação histórica por ter o primeiro prefeito quilombola, conhecedor de todas as demandas da comunidade. Com uma gestão majoritariamente quilombola, Cavalcante reforça a ideia trazida inicialmente de ter a escola como uma territorialidade *Kalunga*, exposta à ressignificação, mesmo que não se refaça em três anos um histórico de vulnerabilidade de 191 anos, a contar da emancipação.

Esta territorialidade se organiza através da relação com os sujeitos, podendo ser vista nas reuniões que resultou na criação do Estatuto e Regimento Interno da AQK, nas atividades desenvolvidas para qualificação profissional, na aproximação da comunidade com políticas

públicas como a vacinação. Todas estas ações validam a luta iniciada por Iaiá Dainda (Natalina dos Santos Rosa) para se ter uma escola com professores *Kalunga* nas comunidades.

Na aurora da ressignificação *Kalunga*, está o/a professor/a, sendo que em 2020, foi nomeado o primeiro diretor estadual quilombola no estado de Goiás, professor Adão Fernandes da Cunha, que integrou a equipe gestora das escolas *Kalunga* junto à Coordenação Regional de Educação (CRE) de Campos Belos (Go). Esta representação das comunidades na escolha dos gestores das unidades escolares *Kalunga* era uma demanda antiga.

Após isso, foram nomeadas como diretoras a professora Nilça Fernandes dos Santos (Colégio *Kalunga* I em Cavalcante) e professora Maria Helena Serafim Rodrigues (Colégio *Kalunga* II em Monte Alegre de Goiás (Go)).

Diante deste fato, o diálogo com professores e com lideranças das comunidades de Cavalcante, contribuíram para com o desenho da realidade que aqui se apresenta, pois nos dois momentos da pesquisa campo, encontrou-se as escolas fechadas. No primeiro momento em função das férias de julho, já no segundo, pela data coincidir com o calendário de romarias, visto que as práticas culturais fazem parte da Educação Escolar Quilombola (Figura 44), mesmo que Cunha (2020, p. 81) considere que a modalidade pensada hoje (2020) não dialoga com “aquilo que o quilombo os ensina (...), ela também representa uma forma de exploração” do capital.

Figura 44 - Presença da escola na Romaria de Nossa Senhora do Livramento e São Gonçalo



Fonte: Autora, pesquisa campo, 2022.

A partir desta denúncia, o autor ainda afirma que “é o saber que faz o homem e a educação, não o homem que faz o saber e a educação” (CUNHA, 2020, P. 82). Posto isso, evidencia-se a prática da mercantilização trazida por Katuta (2019), pois os currículos são

pensados a partir das demandas do capital, e não fundamentados pela vivência do povo em questão.

Estas inquietações também são apresentadas pela professora e diretora Nilça Fernandes dos Santos ao caracterizar o que ela compreende como problema da modalidade de Educação Escolar Quilombola nas comunidades *Kalunga* de Goiás:

Outra coisa é que, se nós somos realmente escolas quilombolas, do campo, então ‘bora botar’ pra funcionar a escola quilombola, com uma diretriz quilombola, nosso currículo tem que ser quilombola. E eu não tô vendo que está sendo desse jeito ainda. A gente tem brechas pra poder contribuir, mas queremos sem por cento. Pois se é educação quilombola, então tem que ser quilombola, assim como educação indígena, né? Os indígenas não tem o idioma deles na sala de aula? A gente também tinha que ter na sala de aula, não tinha que ser um português padrão pra nós, tinha que ser o português nosso, tinha que ter a língua portuguesa da comunidade também, a materna, eu acho que são detalhes que precisam incluir no currículo. NILÇA FERNANDES DOS SANTOS, ENTREVISTA REALIZADA EM PESQUISA CAMPO, SETEMBRO DE 2022.

O que Santos (2022) traz é um óbice que muitas comunidades quilombolas vivem, mesmo depois de vinte anos da Lei 10.639/ 2003 e 11.645/2008, treze anos da CONAE (2010), pois sem amparo local e regional, professores e gestores se veem sem saída, falta a eles autonomia neste processo de libertação (FANON, 2022).

Compartilhando da opinião da gestora do Colégio *Kalunga* I, o presidente da AQK, Carlos Roberto Pereira da Conceição expõe que a ausência de um currículo que trate das especificidades *Kalunga* lhes é um problema desde a sua experiência na escola, mesmo que hoje tenham professores quilombolas *Kalunga* nas escolas e nos grupos de gestão:

Isso vem de longo tempo, e quando eu trago minha participação enquanto jovem. Eu buscava muito por grupos de teatro, pra gente tentar inserir o teatro, que de certa forma não é inserido em nosso ensino. Eu sempre me questionava ali no sétimo ano, por que a gente estudava nos livros de história, até mesmo de geografia, a gente falava das praias lá do Rio de Janeiro, mas não falava das nossas cachoeiras, né?! Não falava dos nossos rios, então a gente não aprendia a valorizar o que a gente tem de belo, a nossa natureza. A gente falava da Amazônia, mas não falava do Cerrado, então estou trazendo este paralelo de exemplo porque a gente pode até falar da cultura portuguesa, mas não fala da cultura quilombola. Na escola que eu estudei isso não era inserido. Falta inserir algo da nossa história. Tem escola aqui dentro do território que tem muitos professores quilombolas, mas não transmitem o conhecimento quilombola, ficam muito engessados em um outras realidades. Falta um currículo para isso. CARLOS ROBERTO PEREIRA DA CONCEIÇÃO, ENTREVISTA REALIZADA EM PESQUISA CAMPO, JULHO DE 2022.

Conceição (2002) afirma o pontuado pela Lei 10.639, em que é obrigatório o ensino da História e da Cultura Afro-brasileira associada às particularidades da comunidade, assim a ausência do currículo, do plano político pedagógico fazem com que a modalidade de Educação Escolar Quilombola ainda seja uma utopia para o *Kalunga*.

Contrapondo tal situação, tem-se as práticas pedagógicas pensadas pelo professor Adão Fernandes dos Santos, que em suas produções acadêmicas propõe um calendário escolar (CUNHA, 2018), construído a partir de marcadores agrícolas da comunidade *Kalunga*. O professor, em questão, traz a pluralidade na abordagem, que entrelaçada aos saberes e fazeres ancestrais subsidia o novo, edificado na escola.

No que se diz respeito à participação nos espaços de gestão escolar, a secretária de educação do município de Cavalcante afirma que, mesmo que a comunidade tenha gestores nas escolas estaduais (Nilça Fernandes dos Santos, Adão Fernandes da Cunha e Maria Helena Serafim), a participação é deliberativa, faltando a eles voz ativa no processo, pois ainda estão sob a tutela do estado e de seus representantes:

A, eu pra falar a verdade, assim, não sei se peço em falar, mas é o próprio sistema educacional, né? Tendo em vista que por mais conhecimento que nós, os sujeitos dessa educação que dá a construção dessa educação, já temos o conhecimento, mas nem todos tem diretamente o acesso, o domínio nessa construção, da discussão do sistema, né. Porque assim, a gente tem hoje os diretores das escolas estaduais Kalunga, mas eles não estão lá pra, muitas vezes pra sugerir, pra ajudar a construir, pra produzir uma matriz curricular própria. Eu acho que já deveríamos ter feito, né. E ainda é muito centralizada a gestão das escolas, no território, por mais que tenha os diretores, a cede fica em Campos Belos. Então quando tem uma reunião, só vão os representantes de pais, os diretores, os coordenadores gerais que estão mais ligados ao governo estadual, federal. WANDERLEIA DOS SANTOS ROSA, ENTREVISTA REALIZADA EM PESQUISA, JULHO DE 2022.

Nota-se que alguns processos ainda não são familiares para o grupo de gestores Kalunga, tanto municipal, quanto estadual, pois conforme a CONAQ, no II Curso de Formação de Professores/as Quilombolas (setembro de 2023), com a temática – “Diretrizes curriculares da Educação Escolar Quilombola – processos de implantação” - a proposta de fundação das diretrizes curriculares pode e deve ser feita a partir das comunidades, do Coletivo de Educação reconhecido pela representatividade maior, a associação. Traçado este objetivo dentro das comunidades, cabe o diálogo com os municípios envolvidos (Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás), bem como com o Estado.

Ao perguntar sobre a existência do coletivo de Educação *Kalunga*, os professores Adão Fernandes da Cunha e Alexandrina Ferreira da Silva Lima afirmam que até momento do diálogo (24º FICA/ Tenda Multiétnica), ele não existe, mas através da sugestão dada pela pesquisadora, sua organização seria feita a partir do grupo de professores Kalunga ligados à Licenciatura em Educação do Campo.

A partir da roda de conversa com grupo de professores no 23º e 24º Festival Internacional de Cinema Ambiental (FICA), na Tenda Multiétnica, fica claro que o motivo que impede a implantação da modalidade nas escolas da comunidade *Kalunga* é a falta de

parâmetro, pois conforme afirmado pelo professor Adão Fernandes da Cunha – “A gente quer, mas não sabemos como” e por ‘estarem pressionados por resultados, não arriscam’ (grifo da autora).

Logo, este contexto expõe a comunidade a outro modelo de sociedade, em que precisam se adequar às imposições do estado, evidenciando que a escola está a seu serviço no processo de “capitalização do ideário” dos sujeitos (CUNHA, 2020, P.83). Este cenário de pressão é vivido pelos gestores:

(...) Não pense que por estarmos nos espaços a gente parou de lutar. A luta continua, porque algumas pessoas te veem ali e acham que jamais... Aos olhos de muitos, você não tem condição de estar ali, a força maior é pra te derrubar. Sempre somos pressionados a dizer que somos incapazes, né? E que não deveríamos de fato está ali.
WANDERLEIA DOS SANTOS ROSA. ENTREVISTA REALIZADA EM PESQUISA CAMPO, JULHO DE 2022.

Ainda nesta perspectiva de pressões e opressão, Nilça Fernandes dos Santos aborda que como diretora do Colégio *Kalunga* I, ela também administra nove extensões escolares, o que torna o trabalho fatigante, pois não conta com apoio logístico do estado para realizar tal função, assim, a diretora cumpre seus propósitos de gestão atravessando lonjuras com sua moto.

O recorte trazido pela gestora (localização das unidades escolares extensão *Kalunga* I– ver Figura 34) evidencia uma especificidade das comunidades quilombolas *Kalunga* de Goiás, as distâncias, as quais são vistas como problema quando pensadas a partir da ausência do serviço de transporte:

O maior problema é o transporte escolar, nós temos uma dificuldade muito grande, o território é grande, tempos muitas comunidades, sabe? E o número de escolas, eu acho reduzido, e aí acaba que as crianças precisam de transporte pra ir para a escola, e isso dá um problema demais pra gente. O município no início do ano entrou em estado de decadência, e nós até hoje (em setembro), as máquinas não conseguiram ir arrumar ainda. Então tem criança que não consegue se locomover pra escola, que perde muita aula por causa do transporte. Porque o transporte não consegue entrar na comunidade pra pegá-los. Então a gente tem uma dificuldade muito grande com relação a isso.
NILÇA FERNANDES DOS SANTOS, ENTREVISTA REALIZADA EM PESQUISA CAMPO, SETEMBRO DE 2022.

A alheação do serviço de reparação das estradas em períodos que antecedem as chuvas, contribui para o cenário de desgaste das vias, pois o transporte que atende a região (serras e morros) não é o solicitado pela comunidade escolar (Figura 45).

Figura 33 - Transporte escolar utilizado pelas escolas do município de Cavalcante (GO)



Fonte: Secretaria de Educação de Cavalcante, 2022.

Careceriam de veículos traçados, como evidencia a professora Delaine Pereira Godinho que em seu depoimento reafirma a exposição à capitalização dos serviços, bem como de sujeitos (CUNHA, 2020), o que engessa as atividades escolares:

Se tratando da educação quilombola, a ausência do transporte pra nós é o maior problema, pois nós já temos professores quilombolas com formação melhor. Não dizendo da qualidade dos professores, mas do grau de ensino. Eu tive professor que só tinha o ensino médio, nunca tinha feito uma graduação, é um processo que melhorou. Só que esta questão do transporte, do acesso dos alunos à escola, a distância que o aluno anda pra chegar até a escola, a distância que ele vai pra casa. Aí temos estas questões por exemplo, no início do ano, o tipo de transporte que é pedido não tem na nossa comunidade, somos considerados longe da cidade, nenhuma empresa quer sair da cidade e vir oferecer transporte escolar aqui pra nós, não é lucrativo. Então, até que se faça um contrato emergencial, esse aluno ele já perdeu muito tempo. Até alguém ganhar uma licitação, passaram-se muito tempo. E aí, por exemplo, uma aula de reforço, como que se trabalha aula de reforço com um aluno que mora longe da escola, pois o transporte tem uma demanda. O transporte pega os alunos pela manhã e carrega a tarde também. DELAINE PEREIRA GODINO, ENTREVISTA REALIZADA EM PESQUISA CAMPO, SETEMBRO DE 2022.

A problemática do transporte não assola somente alunos e professores, ela está para toda a comunidade, principalmente para aqueles/as que residem no interior dos vãos. Nota-se que é uma demanda cristalizada na comunidade, já que Baiocchi (1999, p. 15) apresentou tal contexto ao palmilhar as lonjuras do território utilizando-se de mulas. De lá para cá, se passaram quarenta e um anos e a comunidade pouco alcançou no que se refere a um transporte capaz de atender principalmente a famílias que não tem condução própria, e que precisam se deslocar para a cidade todos os meses.

Na falta de um transporte coletivo, a comunidade recorre a caminhões, onde são transportadas mercadorias e pessoas no mesmo ambiente, seja em meio a poeira ou à chuva. (Figura 46). A partir do diálogo com populares da comunidade, obteve-se a informação que se paga uma passagem no valor de setenta reais (R\$ 70,00) para o uso do transporte alternativo, sendo que ainda é cobrado um adicional pela quantidade de bagagem.

Figura 34 - Transporte utilizado pela comunidade quilombola Kalunga de Cavalcante.



Fonte: Autora, pesquisa campo, 2022.

Ainda, no contexto do transporte, em setembro de 2022, na Romaria de Nossa Senhora do Livramento e de São Gonçalo, foi possível conhecer sr. Zé da Merenda, que carinhosamente é lembrado por todos/as pelo papel fundamental que realizou nas comunidades *Kalunga* de Goiás, ao tornar possível o acesso à merenda escolar.

O diálogo com o sr. Zé da Merenda durou o tempo do giro da folia, enquanto percorríamos as cabanas dos romeiros. Mais tarde, estendeu-se ao compasso do forró Kalunga, ele queria contar sua trajetória de serviço à comunidade. Ao escutá-lo, as palavras teciam crônicas, revelavam cenas. Na companhia de quatro mulas abarrotadas de carga (arroz, carne de sol, bolacha), ele adentrava na comunidade para atender escolas do município/ estado, pois por muito tempo foi o responsável por entregar a merenda escolar. Atravessou rio cheio, onde as mulas não conseguiram nadar e desceram Paranã¹¹⁶ abaixo, ele escolheu se salvar.

Conhecia cada palmo daquele chão palmilhado, bem como os animais conheciam a estrada, sabiam das pedras afiadas, do chão movediço de poeira no mês de agosto e setembro,

¹¹⁶ Rio Paranã origina-se no estado de Goiás (Formosa) e adentra ao estado do Tocantins. Curso hídrico importante para a comunidade quilombola Kalunga do Vão de Almas, bem como para as localizadas no Riachão em Monte Alegre de Goiás.

pareciam dialogar com o vento que vinha da Serra apontando a direção. Com o tempo, os desafios daquelas andanças pesaram nos ombros e com o aumento do número de escolas o Zé da Merenda cedeu seu lugar para a Marruá¹¹⁷(Figura 47).

Figura 47 - Veículo traçado utilizado para o transporte da merenda escolar no território Kalunga de Goiás.



Fonte: Autora, pesquisa campo, 2022.

O fato de ter um transporte para o carregamento da merenda, expõe a realidade de que “tudo que se come na escola vem do supermercado” (CUNHA, 2020, P. 89). Esta situação piorou durante a gestão de 2018 – 2022 do governo federal, pois a governança enfraqueceu a agricultura familiar, e trabalhou para o projeto de desmonte da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) (TEIXEIRA, 2023).

Portanto, desestabilizou-se marcos estabelecidos em governos anteriores, como o da Lei nº 11947/ 2009 e da Resolução do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) nº 38 que atualmente está regulamentada na Resolução CD/FNDE nº 06, de 8 de maio de 2020, que garantia que pelo menos 30% do FNDE¹¹⁸ fosse destinado aos estados e aos municípios através do Programa Nacional de Alimentação (PNE), para aquisição de produtos da agricultura familiar (BRASIL, 2009), contribuindo com a nutrição do aluno, logo, com a saúde.

Diante das evidências, o governo federal, gestão 2018 – 2022, não só aquebrantou programas e instituições, mas deixou de cumprir direitos, contribuindo com a preocupação

¹¹⁷ Carro traçado que atende as escolas dos municípios da comunidade Kalunga (Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás)

¹¹⁸ Dado disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae>. Acesso em: setembro de 2023.

levantada pelo professor Adão Fernandes dos Santos ao considerar a merenda escolar como um problema da modalidade de EEQ *Kalunga*.

À luz disso, Cunha (2020) associa a necessidade de complementação alimentar nas escolas *Kalunga* com a proposta do calendário escolar pensado a partir de marcadores agrícolas da comunidade, assim a produção da mandioca poderia contribuir com o ensino escolar ao se usar dos saberes e fazeres para o seu plantio, além de colaborar com a renda das famílias envolvidas.

Contudo, a EEQ *Kalunga* apresenta desafios de raízes profundas, como árvores cerradeiras, mas, mesmo expostas às pressões do tempo/ espaço, re-existem, e florescem. Dessa forma, cabe à comunidade se mobilizar através da formação do Coletivo de Educação para tornar possível a implementação de diretrizes que ampararão a modalidade de EEQ para os *Kalunga* de Goiás.

4.2. – Quilombolizar *Kalunga*: Da política afirmativa ao protagonismo *Kalunga*

O enredo trazido neste ponto do texto está entrelaçado ao *Kalunga* e sua estreita relação com o curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade de Brasília (Figura 48), que neste ano, 2023, completou 15 anos de seu início (2008).

Figura 358 - 15 anos do curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC), da Universidade de Brasília (UnB)



Fonte: Alciléia Torres, 2023.

Conforme afirmado anteriormente, antecedendo a CONAE 2010, o Decreto no 7.352, de 4 de novembro de 2010, discorre sobre a política de educação do campo e o Programa

Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronea), que para o Estado brasileiro, já contemplava os quilombolas, isso na educação básica, mesmo que desconsiderasse suas especificidades. E quanto ao acesso ao ensino superior por estas comunidades, como se deu?

Partindo dessa inquietação, Lima (2010) afirma que a democratização do ensino superior nas universidades brasileiras ocorreu (1990) através de um discurso reparador das dívidas históricas no que diz respeito às populações marginalizadas, menos favorecidas (negros quilombolas, indígenas e pobres).

Pautando-se no Movimento Quilombola, contrapõe-se o autor supracitado ao afirmar que para se pensar nas relações étnico-raciais no Brasil, é preciso se pautar sim na contextura histórica, não dá para isolar este cenário para tratar de ações e políticas afirmativas, dessa forma, a humanização dos processos teórico-conceituais e epistêmicos, a teorização dos saberes e a pluralidade dos espaços serão pensadas para atender demandas levantadas pelo movimento negro/ quilombola.

No período de 2018 – 2022, ainda que sobre forte ataque do governo federal, o Movimento Quilombola produziu pautas robustas para dialogar com seus pares, bem como tencionar o governo. Nessa perspectiva, nota-se que a democratização do acesso ao emprego e educação é uma exigência da CONAQ junto ao Estado brasileiro, para atender reivindicações que surgiram a partir do território titulado.

Lucilene dos Santos Rosa, liderança *Kalunga* na política goiana, afirma em uma roda de conversa, que antes da regularização fundiária do território quilombola *Kalunga*, havia leis mortas, as quais não produziam os efeitos esperados, pois as comunidades quilombolas não as acessavam. Após o processo de reconhecimento do território, o *Kalunga* busca por seus direitos, o que os possibilitou renomear capítulos de uma autoprodução.

Para a professora Lígia Ferreira, da Universidade Federal de Alagoas, o real interesse das Políticas de Ações Afirmativas (PAAfs) é de estimular o protagonismo indígena e quilombola, não de silenciar estas vozes, nem as adaptar ao discurso dominante.

A luz disso, afirma-se aqui, que este processo intercultural exige mudanças inclusive epistemológicas na universidade, por isso, é desafiador pensar em políticas afirmativas, pois para tanto, a instituição precisa compreender que é também momento para refletir sobre si e suas práticas.

Dessa forma, considerar as especificidades dentro da diversidade é fundamental para que a política atinja o objetivo, pois trata-se de sujeitos distintos nas suas culturas, na condição de gênero, etnicamente e subjetivamente, distanciando-se da classificação bancária, já alertada por Paulo Freire em “Pedagogia do Oprimido” (1987).

A exemplo disso, Dias (2019) contesta o Projeto de Lei (PL) nº 3627/2004¹¹⁹ que institui um Sistema Especial de Reserva de Vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, em especial negros e indígenas, nas instituições públicas federais de ensino superior, pois para a autora, políticas direcionadas para o público negro, não atendem a quilombolas, pois existem particularidades vinculadas ao contexto rural como a falta de infraestrutura nas escolas (como mostrado anteriormente), no caso *Kalunga*, que devem ser consideradas.

Nesse sentido, nota-se que mesmo nas instituições de ensino superior onde cursos e programas são pensados para atenderem demandas das ações e políticas afirmativas (LEdoC – UnB/ 2008, LEdoC/ UFT Arraias/ e Programa de Pós -Graduação em Sustentabilidade Junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPET/ UnB)) e ou possui vaga (1) em seus cursos para candidatos quilombolas e indígenas (UFG Incluir/2008), encontra-se metodologias positivistas no processo de seleção (avaliação de suficiência em língua estrangeira para indígenas e quilombolas), no ingresso (preenchimento de formulários em plataformas online) e na permanência (produção acadêmica – publicação).

Além destas questões estruturais, a professora Katiele Pereira Lacerda aborda situações em que vivenciaram o preconceito por serem quilombolas na universidade - “(...) olha, quando a gente chegou na Universidade Federal do Tocantins (UFT), em Arraias, outros alunos, de outros cursos não nos aceitavam, não nos aceitavam enquanto quilombolas nas atividades da universidade. Nos excluía.” Sobre o fato trazido por Katiele Pereira Lacerda, Delaine Pereira Godinho sublinha:

Eu lembro que quando a gente chegou na UFT, uma liderança da universidade, que não era do curso (não vou dizer nome, nem cargo, por uma questão de ética), nos chamou de macacos. Eu cheguei na universidade como um diamante bruto, eu não sabia nada de tecnologia, eu não tinha acesso ao computador, eu tinha conseguido recentemente meu celular. Aí os professores passavam trabalhos e mandavam a formatação. Gente, eu não sabia nem ligar aquele bicho chamado computador, como é que eu ia digitar e formatar um trabalho? São questões, a gente chega lá leigo de tecnologia, totalmente leigo do movimento da cidade. Eu conheci colegas que não sabiam usar o elevador, colegas que nunca foram na capital de Goiás, que nunca tinham ido em uma cidade maior. No máximo ia na cidade que tem o mercadinho, o banco. Nós quilombolas estamos longe dos grandes centros, longe de onde a tecnologia habita. Às vezes, muitos pesquisadores, em muitas pesquisas, é..., falam assim: “eu gosto desse negócio, do jeito que vocês vivem, em comunidade”, eu me sinto uma selvagem diante destas falas, algo que alguém vai pesquisar porque é exótico. Ai quando você sai da sua realidade, da sua comunidade e vai para outro espaço, as diferenças ficam evidentes. Eu fui para um evento em Minas Gerais, e eu olhava ao redor, eu era a única negra, sabe, e eu me senti tão deslocada. É nestes espaços que você vê que realmente é diferente. Não é uma diferença pela pele, mas cultural, nos costumes, nas práticas. DEILAINE PEREIRA GODINHO, ENTREVISTA EM PESQUISA CAMPO, SETEMBRO DE 2022.

¹¹⁹ Dado disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ref_projlei3627.pdf. Acesso em: setembro, 2023.

A luz destas singularidades presentes em Godinho (2022), a gestora Nilça Fernandes afirma que o “quilombola incomoda, incomoda muita gente”:

(...) nós e nossos parentes incomodamos, sabe? Eu já presenciei na universidade muita luta, muita briga, preconceito, racismo. Quando eu estava na Universidade de Brasília, o Vilmar Souza Costa também estava nesta época, e um dia entrou um cachorro no Câmpus, e aí uma turma do agronegócio disse: “olha, um aluno da LedoC aqui entrando”. Já me perguntaram para quem eu ia dá aula na sua comunidade, para os pássaros? São coisas que sofri na universidade. NILÇA FERNANDES DOS SANTOS, ENTREVISTA EM PESQUISA CAMPO, SETEMBRO DE 2022.

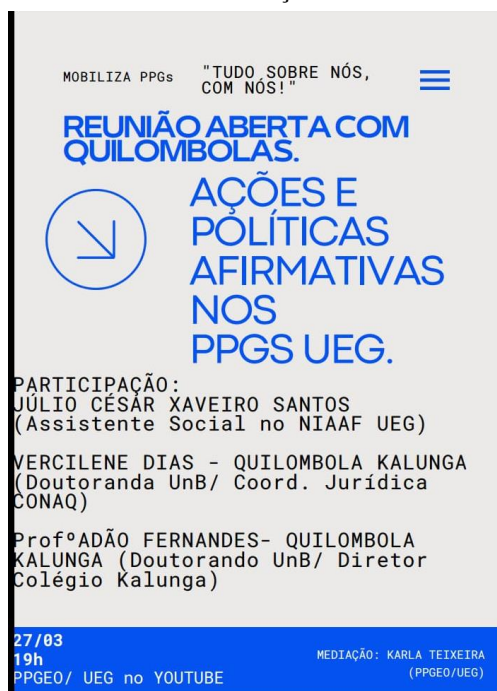
As três professoras abordam através destes relatos que a permanência do quilombola na universidade exige muita re-existência, assim, faz-se necessário que as lutas sociais se encontrem e se fortaleçam contra o racismo estrutural e qualquer tipo de preconceito.

A fim de traçar o caminho normativo das ações e políticas afirmativas, a professora Lídia Ferreira (UFAL) no projeto Prosa com Afeto e Ciências¹²⁰, considera que para comunidades quilombolas, como pondera a Filosofia Sankofa, a manutenção da vida e do saber ocorre no presente, assim decidir o hoje depende do passado, por isso a importância das propostas políticas se pautarem na luta e pautas do Movimento Quilombola, nas conquistas existentes, para se consolidar propostas futuras. Como exemplo de atividades futuras, tem-se a

da Pró-Reitoria de Pós- Graduação da Universidade Estadual de Goiás (2022), para implantação de ações e políticas afirmativas nos Programas de Pós-Graduação (PPGs)/UEG. Na ocasião, dialogou-se com povos, comunidades quilombolas e pesquisadores/as, a partir da representação discentes dos Programas de Pós-Graduação, a fim de se consolidar um parecer horizontalizado (Figura 49).

¹²⁰ Dado disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=dHZ5QMXylhE>. Acesso em: setembro, 2023.

Figura 49 - Ações e Políticas Afirmativas na Pós-Graduação da Universidade Estadual de Goiás.



Fonte: Autora, 2022.

Para caracterizar esta trajetória normativa, dispõe-se: Lei nº 12.888/ 2010¹²¹, que institui o Estatuto da Igualdade Racial e o Decreto nº 7824/ 2012¹²², que regulamenta a Lei nº 12.711/ 2012¹²³, “Lei de Cotas” que em agosto de 2023, através do Projeto de Lei (PL) 5.384/2020¹²⁴, insere o quilombola como categoria na “Lei de Cotas”.

Lei 12.990/ 2014¹²⁵, que reserva aos/às negros/as 20% das vagas oferecidas nos concursos públicos para o provimento de cargos efetivos e empregos públicos no âmbito da administração pública federal, das autarquias, das fundações públicas, das empresas públicas e das sociedades de economia mista controlada pela União;

O posicionamento do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto a decisão consignada na Arguição Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº186/2014¹²⁶, que fundamenta a efetiva constitucionalidade da política de cotas (reserva de vagas) étnico-raciais

¹²¹ Dado disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112288.htm. Acesso em: setembro, 2023.

¹²² Dado disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7824.htm. Acesso em: setembro, 2023.

¹²³ Dado disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: setembro, 2023.

¹²⁴ Dado disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=9438523&ts=1693435442365&disposition=inline>. Acesso em: setembro, 2023.

¹²⁵ Dado disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/112990.htm. Acesso em: setembro, 2023.

¹²⁶ Dado disponível em <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/adpf-186-cotas-raciais-na-universidade-de-brasil/441759103>. Acesso em: setembro, 2023.

no ensino superior, determinando serem constitucionais as ações afirmativas, a autodeclaração e a criação de comissões para averiguar e evitar fraudes;

A portaria Normativa nº 13/2016¹²⁷, do Ministério da Educação que dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação, e dá outras providências. Lei nº 6001/1973¹²⁸, que dispõe sobre o Estatuto do Indígena e o decreto nº 5.051/2004¹²⁹, que promulga a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre Povos Indígenas e Tribais. A Declaração das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos dos Povos Indígenas, 60º período de sessões, em 13 de setembro de 2007¹³⁰.

Subsidiados por estas normativas, o *Kalunga* de Goiás, precisamente os de Cavalcante, quando perguntados sobre o acesso à universidade através de Ações e Políticas Afirmativas (“Lei de Cotas”), 23 dos entrevistados responderam que sim, e 19 afirmaram que não. Por este último, ser um número expressivo diante do total de amostras, observou-se no respondimento dos formulários que 19 destes sujeitos fizeram graduação em instituições cuja ações e políticas afirmativas não são/ estão consolidadas, tendo em vista, Universidade Paulista (GO) UNIP, Universidade Estácio de Sá (GO) e Universidade Estadual de Goiás.

Ao todo, com ensino superior, foram 41 participantes, onde 20 destes tem relação com a comunidade Vão do Moleque nos núcleos familiares do Prata, Salinas e Corrente; 11 tem vínculo com o Vão de Almas, 7 com o Engenho II, 2 com o Povoado São José e 1 na Vila Vermelho. Cinco destes 41, já contabilizados nas comunidades, responderam apenas o questionário físico.

¹²⁷Dado disponível em <https://abmes.org.br/arquivos/legislacoes/Portaria-normativa-mec-013-2016-05-11.pdf>. Acesso em: setembro, 2023.

¹²⁸ Dado disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6001.htm. Acesso em: setembro, 2023.

¹²⁹Dado disponível em https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/decreto/d5051.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%205.051%2C%20DE%2019,sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais. Acesso em setembro, 2023.

¹³⁰ Documento disponível em [https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao das Nacoes Unidas sobre os Direitos dos Povos Indigenas.pdf](https://www.acnur.org/fileadmin/Documentos/portugues/BDL/Declaracao%20das%20Nacoes%20Unidas%20sobre%20os%20Povos%20Indigenas.pdf). Acesso em: setembro, 2023.

Figura 50 - Total de entrevistados que estudaram nas escolas rurais do município de Cavalcante (GO)

Fonte: Pesquisa campo, 2022/2023. Organização: Autora/ AQK (2023)

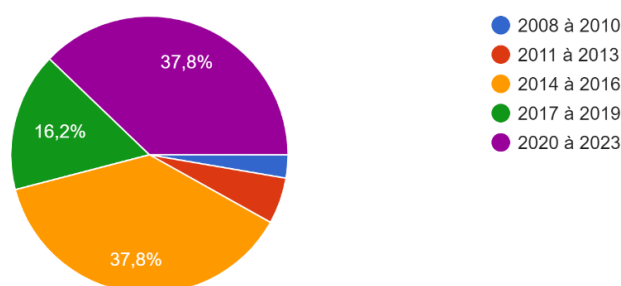
Com esta amostragem, nota-se que as políticas públicas criadas ainda no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003 – 2011) repercutem atualmente em Cavalcante, pois a partir da primeira turma da LEdoC/UnB, formada em 2008, tem-se o prefeito Vilmar Souza Costa, a vereadora Eriene dos Santos Rosa, além de outras representatividades.

A partir destes grandes exemplos, muitos jovens adentraram na universidade nos anos seguintes, pois se viram representados em outros espaços, como mostra o gráfico:

Figura 5136 - Ano da formação acadêmica

Ano de formação:

37 respostas



Fonte: Pesquisa campo, 2022/2023. Organização: Autora/ AQK (2023).

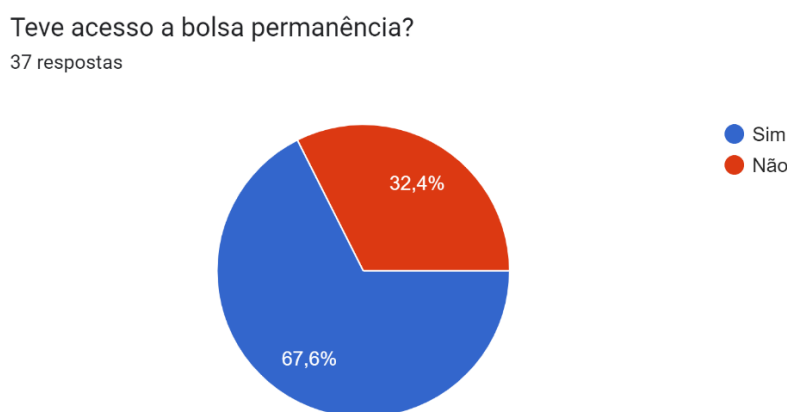
Pautando-se no papel da representatividade, e sua função dentro das comunidades quilombolas, o atual presidente da Associação Quilombo *Kalunga*, Carlos Roberto Pereira da Conceição, faz referência ao atual prefeito Vilmar Costa:

Eu era pequeno e lá na comunidade do Prata, eu via o Vilmar já adolescente vir pra Cavalcante, ele estudava aqui e passava as férias lá na comunidade. Via ele com aquele embornal e pensava, eu quero estudar na cidade igual ele. Nós meninos da comunidade não tínhamos muita opção, ou você chegava na vida adulta ou antes disso constituía uma família, ou ia trabalhar na terra ali, pra ajudar o pai. O Vilmar mostrou que era possível ser Kalunga fora da comunidade. CARLOS ROBERTO PEREIRA DA CONCEIÇÃO, ENTREVISTA REALIZADA EM PESQUISA CAMPO EM JULHO, 2022.

Carlos, de forma genuína reafirma o que Haesbaert (2021) propõe ao conceituar o corpo território, assim onde houver um quilombola, haverá um território vivo, ativo, pulsante. Somando-se a fala do presidente da AQK, tem o depoimento da professora Nilça Fernandes dos Santos, a qual é gestora das extensões do Colégio *Kalunga* I. Ela assenta o conceito da representatividade dentro da comunidade – “As escolas *Kalunga* contam com professoras que foram minhas alunas. Eu digo em cada extensão que eu passo: eu estou gestora, e o próximo a assumir este cargo pode ser você que está aí, pois ele não cai voltar para mãos dos brancos, não!”

Diante da necessidade de subsistência destes corpos-territórios na universidade, foi perguntado sobre o acesso a bolsa permanência e de um público de 37 respostas, a maioria acessou:

Figura 52- Acesso a bolsa permanência.

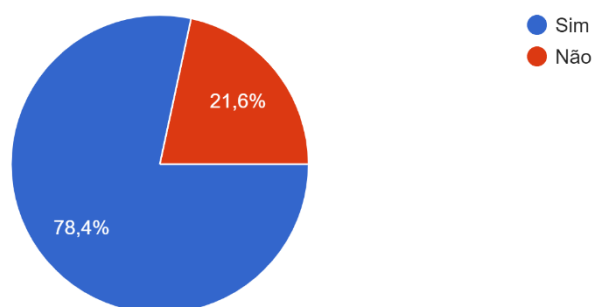


Fonte: Pesquisa campo, 2022/2023. Organização: Autora/ AQK (2023).

Quando perguntado sobre o retorno para a comunidade *Kalunga* de Cavalcante após finalização do curso, a maioria respondeu que retornou.

Figura 5337 - Número de *Kalunga* que retornaram ou não pra comunidade após formação

Após formação, retornou para o município de origem/ comunidade?
37 respostas



Fonte: Pesquisa campo, 2022/2023. Organização: Autora/ AQK (2023).

Como relatado pelos entrevistados, o retorno para a comunidade tem relação direta com as territorialidades *Kalunga*, com o vínculo estabelecido com a comunidade, assim grifa a professora Nilça Fernandes dos Santos, que saiu ainda jovem da comunidade para morar em uma cidade satélite de Brasília, mas logo se deu conta que na comunidade é o seu lugar:

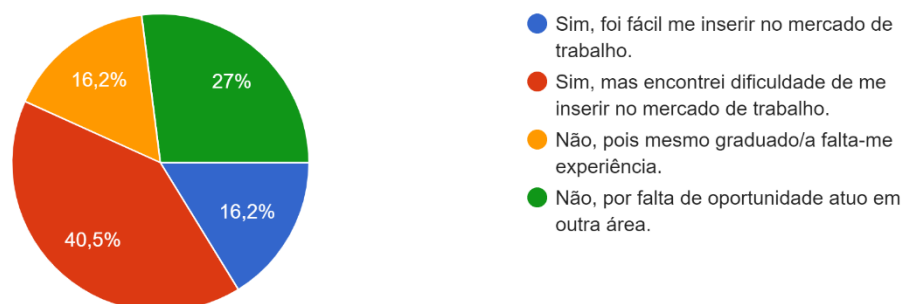
Eu achava que aquilo lá era vida, mas quando eu vi. Eu me sentia presa, e aqui me sento livre, então voltei pra cá depois de formada, pois na comunidade, você chega na casa de alguém ele te oferece o melhor que ele/a tem, lá na cidade em que eu morava, ninguém da nada pra ninguém. NILÇA FERNANDES DOS SANTOS, ENTREVISTA REALIZADA EM PESQUISA CAMPO EM JULHO, 2022.

Caminhando para o protagonismo dessa luta tecida desde a ancestralidade, quando perguntado para 37 dos entrevistados sobre seu vínculo empregatício, estes fizeram as seguintes considerações:

Figura 54 - Situação do formado/ trabalhador no momento da entrevista

Está trabalhando na sua área de formação?

37 respostas



Fonte: Pesquisa campo, 2022/2023. Organização: Autora/ AQK (2023).

Esta amostragem, em específico, interessa a comunidade, pois a gestão pública, bem como a Associação Quilombo *Kalunga*, pode contribuir para com a mudança deste cenário ao se pensar em concursos públicos, criar ações direcionadas para estes sujeitos. A exemplo de quem fez um curso e não encontrou oportunidade de atuar na área na comunidade, tem-se a licenciada em Geografia pela UFG, Nilcia Ribeiro dos Santos, que até o atual momento, atua como guia na comunidade.

A luz destes desafios, o *Kalunga* segue re-existindo e tensionando as governanças, pois não basta criar condições de permanência na universidade sem considerar que o mercado de trabalho ainda permanece como estruturas racistas, isso inclusive nas instituições públicas.

Mesmo diante dos fatos, quando se pensa no protagonismo quilombola, Souza (2006) entende que o processo se dá pela autonomia refletida no empoderamento e no acúmulo de capital social direcionados para a resolução de demandas e para o alcance de objetivos individuais e coletivos.

Concordando com o autor supracitado, Nascimento (1978) compreende o protagonismo intelectual negro, quando este sujeito se enxerga nos arranjos em que está submetido, aponta os atores sociais envolvidos, e a partir de suas particularidades, busca através do diálogo com o universo intelectual branco, por possíveis soluções.

Mas nem sempre foi assim, o Brasil guarda correntes do período escravista, onde a imagem do negro está atrelada ao trabalho braçal, enquanto o lugar de intelectual, cabia ao branco, nesse sentido Moura (2021) [1977] afirma que o protagonismo é consequência da luta contínua que reverbera na luta de classes – “o negro: de bom escravo a mau cidadão”.

Esta herança escravista está no relato da professora Katiele Pereira Lacerda, que se diz questionada por familiares que não enxergam como trabalho a intelectualidade:

Algumas pessoas da minha família me perguntam por que eu fico só estudando, dizem – “eu nunca vi estas pessoas que estudam se dar bem, eu estou aqui na luta, tô mexendo, trabalhando, tô melhor de quem está estudando” – mas isso nunca me fez abandonar meu objetivo, nunca abaixei a cabeça, continuo estudando.

Esta opinião expõe inclusive a proposta de Clovis Moura, a qual se ampara na luta de classes, mas para o povo quilombola pensa a partir de um outro modelo de sociedade, as relações com o simbólico e com o coletivo são determinantes e embasam as relações conceituais do Quilombolizar espaços da intelectualidade.

Dessa forma, pode-se afirmara que houveram protagonistas que não tiveram acesso à universidade, que não se inseriram na lógica do trabalho, mas codificaram os saberes que subsidiam a teorização do empírico (BOSI, 2004), tendo em vista Iaiá Procópio dos Santos

Rosa, Sirilo dos Santos Rosa, Natalina dos Santos Rosa, Rosas do povo, Rosas de Carlos Drummond de Andrade (1989), que nos aproximam do Quilombolizar tecido por Vilmar Costa, Marta Silva, Carlos Conceição, Vercilene Dias, Deilane Godinho, Katiele Lacerda, Josimar Pereira, Wanderleia Rosa, Conceição, Jorge Oliveira, Nilça Santos, Nilcia Santos, Reinaldo dos Anjos, Fiudeny, Maria Lúcia, Adão Cunha, Eva, Hélio Rodrigues, Alexandrina, Lucilene Rosa, Rinaldete Santos, Higor, Alciléia Torres, Dandara.

Caminhando para o alinhavo final, afirma-se que a pequena Dandara que carrega no nome a força ancestral, só conhecerá Mari Nazaré Baiocchi, Maria Geralda de Almeida (*in memoriam*), Carlos Rodrigues Brandão (*in memoriam*) por seus escritos, mas foram elas. ele, quem iniciaram esta trajetória do Quilombolizar através de suas relações com o povo.

Maria Geralda de Almeida, foi a idealizadora do I Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Quilombolas Kalunga, neste momento, a atuação do *Kalunga* nas mesas de diálogo, era do sujeito pesquisado para atender as investigações e curiosidades da academia, mas no V Encontro, ocorrido em 2022 (Figura 55), o *Kalunga* demonstrou que está atento as provocações feitas por seus parceiros, e às ações e políticas afirmativas, pois trouxe o evento para Cavalcante, além de serem os/as protagonistas em suas produções.

Figura 385 - Mística¹³¹ no V Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Quilombolas *Kalunga*



Fonte: Autora, pesquisa campo, 2022

Todos os diálogos tecidos no encontro, tiveram o/a *Kalunga* como pesquisador/a como ator, atriz principal de uma história singular contada em autoproduções pautadas na força ancestral. Em 2024, o VI de Encontro de Pesquisas, Saberes e Fazeres Quilombolas *Kalunga*

¹³¹ Pensada a partir de práticas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, a Mística representa um momento de reflexão sobre a importância das “matrizes culturais da terra incorporado ao projeto pedagógico” (PIATTI e SILVA, p. 182, 2021) dos cursos de Licenciatura em Educação no Campo.

acontecerá na comunidade Vão de Almas, aproximando o povo das produções acadêmicas, para a consolidação de bases teórico-conceituais e epistêmicas a partir de demandas quilombolas.

Nesse sentido, o *Kalunga* segue sua trajetória de Quilombolizar territorialidades, onde a luta ressoa no protagonismo, mesmo que no Brasil de agora, ainda se viva sob o som das correntes, que se arrastam para além das metáforas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A transmutação do conceito quilombolizar, a partir de Abdias Nascimento, Maria Beatriz Nascimento, Clovis Moura até Aguiar-Nascimento, é um plano de ação contínuo, pautado na luta e re-existência de uma ancestralidade ancorada no quilombo, e para além do Atlântico, em África.

Nesse sentido, a pesquisa foi e é um posicionamento político, teórico, epistêmico e metodológico, que não se pautou apenas em responder a problemática que orientou o diálogo com a comunidade quilombola *Kalunga* de Cavalcante (Go), mas possibilitou reflexões interseccionais sobre a matriz colonial opressora e a realidade produzida pelo *Kalunga* em seu território.

A partir disso, para angariar o objetivo de compreender o processo de autoafirmação étnico iniciado na regularização do território, mas evidenciado no acesso às políticas públicas de direito, como educação, construiu-se uma ponte entre as discussões ocidentais e as que respaldam a ancestralidade através da decolonialidade.

De forma consciente, o passado esteve atrelado às demandas do presente para se pensar no futuro, assim o tema se mostrou em diálogo com a produção do *Kalunga* de Cavalcante (Go), que usa da autoafirmação étnica não somente para a obtenção da posse da terra como um bem individual, dentro da lógica do capital, mas se reconhece como quilombola para construir territorialidades em espaços hegemônicos, conquistados a partir da luta e re-existência.

Conforme apresentado no decorrer da discussão, os *Kalunga* de Goiás antes mesmo de o seu adentramento nos vãos, estavam expostos a tensões impostas pelo modelo econômico que os condicionou à invisibilidade, após o descortinar feito por Baiocchi (1999), estes sujeitos são vistos, mas não enxergados, e só existem após a CF de 1988, quando o Estado reintroduziu o léxico quilombola em sua agenda.

À luz disso, afirma-se que o processo de identidade do negro e do quilombola é contínuo, pois como assegura Neuza Santos Souza (1983) - “Torne-se Negro”, principalmente pelo fato de que no Brasil, foi negada a esta população sua história, sua origem.

Portanto, a identidade do *Kalunga* está em construção, notando-se que o acesso à informação, bem como a articulação de lideranças quilombolas contribuem para que compreendam o seu lugar histórico dentro da sociedade e busquem por mudanças que dialoguem com suas particularidades.

Ao se fazer aqui, esta afirmação, contrapõe-se à proposta de Lima (2012), mesmo que se compreenda que o posicionamento da pesquisadora estava atrelado a um determinado tempo/ espaço. Logo, contesta-se também Almeida (2010), pois a autora afirma que a posse da terra é determinante, é o que garante e reproduz a autoafirmação *Kalunga*, mas para Dias (2019, p. 41) a terra é uma “territorialidade do Estado” que atende aos anseios do capital, já o território, associado a um povo, é onde assenta a cultura, isto é, de onde parte a luta para o alcance de territorialidades em disputa (HAESBAERT, 2021).

Dito isso, o descortinar do território *Kalunga* a partir da perspectiva do Quilombolizar só foi possível com a participação da comunidade. Nesse sentido, a abordagem qualitativa, assim como os procedimentos metodológicos inseriram a pesquisadora deste trabalho na realidade, palmilhando os desafios e as conquistas do *Kalunga*.

Nesse processo, as entrevistas evidenciaram questões sensíveis do território, que vão desde as fragilidades no processo de organização política para a organização do Coletivo de Educação para a implantação das diretrizes municipais e estaduais para a Educação Escolar Quilombola às problemáticas e anseios ligados às especificidades *Kalunga*, tais como: as fragilidades do transporte escolar diante do relevo da região, alimentação, projeto político pedagógico a partir do calendário agrícola *Kalunga*.

À luz da ausência de planejamento e implantação da EEQ, conforme Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, as comunidades *Kalunga* de Cavalcante, Monte Alegre de Goiás e Teresina de Goiás sofrem situações impostas pela Secretaria Estadual de Educação. No início de 2024, acessou-se a informação de que turmas que havia número reduzido de alunos seriam multisseriadas.

Assim, professores atualmente têm crianças do 6º ao 9º na mesma turma. A implantação das salas multisseriadas de forma compulsória, feriu o trazido pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que preconiza a consulta prévia da comunidade no processo de elaboração de políticas públicas educacionais.

Para agravar o cenário, tem-se a expansão das turmas do Programa¹³² Goiás Tec¹³³, o qual foi planejado para atender um público urbano, e que ao ser implantado nas comunidades quilombolas rurais, limita o aprendizado a aulas gravadas e transmitidas com atraso, pois as comunidades sofrem com a ausência de infraestrutura tecnológica e acesso à internet, bem como a instabilidade da energia elétrica. Fora o fato de não atender as necessidades das comunidades no que se refere a preparação para o vestibular e/ou Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Além disso, as entrevistas, assim como as rodas de conversas reafirmaram o já pontuado por *Hampaté Bá* (2010, p. 171), ou seja, a tradição oral “conduz o sujeito a sua totalidade”. Assim, nessa dinâmica de teorizar o empírico a partir das falas, pôde-se compreender muito além de um posicionamento, notou-se a importância do papel exercido pelos sujeitos entrevistados para a continuidade da luta e re-existência.

As entrevistas também revelaram o papel da educação para o *Kalunga*, reforçando o que Nascimento (1978) já afirmava, ou seja, educação é um instrumento de luta social, mesmo que a escola esteja a serviço do Estado.

Para mais, os questionários, nos formatos físico e virtual (*google forms*), possibilitaram quantificar situações vivenciadas pelo *Kalunga*, como o fato de que um número expressivo de respostas apontou a falta de oportunidade para a inserção no mercado de trabalho após o término da graduação. Diante disso, o que o poder público, bem como as instituições representativas, pode fazer para a mudança deste cenário? A princípio a identificação destes/as profissionais é fundamental, e em seguida, aproximá-los/as das demandas da comunidade.

Já caminhando para o arremate, o *Kalunga* se mostra atento e já não busca só pelo acesso e permanência em territorialidades como a universidade, visto que o protagonismo direciona a luta para a estabilidade nos espaços de gestão, o que contribuirá para as mudanças necessárias tanto na modalidade de Educação Escolar Quilombola, quanto nos arranjos de autorreconhecimento étnico pautado na representatividade. Assim, o quilombo mantém o

¹³² O Goiás Tec é um programa do Governo do Estado de Goiás, no âmbito da Secretaria de Estado da Educação, que tem o objetivo de implantar o Ensino Médio por Mediação Tecnológica em distritos, zonas rurais e regiões de difícil acesso ou que possuam carência de professores habilitados por área de conhecimento. O programa foi instituído pela Lei Nº 20.802, de 08 de julho de 2020.

¹³³ Na Escola Kalunga I (Cavalcante), o Goiás Tec teve seu início em 2019, implantado em 16 das 24 classes de Ensino Médio, mas em 2024, está em 8 turmas da 1ª série, 9 turmas da 2ª série, 4 turmas da 3ª série. Restando apenas 4 turmas da 3ª série do Ensino Médio regular. Na Escola Kalunga II (Monte Alegre de Goiás) a implantação começou em 2019 e em 2024 está funcionando em 20 turmas do Ensino Médio (1ª à 3ª série do EM) desta escola, tanto na sede como em outras extensões. Havendo apenas três turmas da 3ª série no Ensino Médio regular. Na Escola Kalunga III (Teresina de Goiás), o programa Goiás Tec iniciou-se em 2023 nas 1ª séries do Ensino Médio, e em 2024, avançou para as turmas de 1ª e 2ª séries. Tem-se uma proposta da Secretaria Estadual de Educação para implantação do Goiás Tec no Ensino Fundamental II.

princípio que o trouxe até aqui, a luta e a re-existência para o alcance da liberdade, mesmo que ainda se busque por autonomia.

REFERÊNCIAS

ADICHE, C. N. **O perigo de uma história única**. Companhia das Letras, tradução Júlia Romem, 2019.

AGUIAR-NASCIMENTO. K. T. **Vozes do Interior**. Disponível em: <https://www.alemdosmuros.org/single-post/vozes-do-interior>. Acesso em setembro, 2022.

AGUIAR-NASCIMENTO. K. T. Ana Grande. Disponível em: <https://www.alemdosmuros.org/single-post/ana-grande>. Acesso em setembro, 2023.

AGUIAR-NASCIMENTO. K. T.; BARBOSA, W. A. Chão de sentimentos: o território Cerrado e as territorialidades cerradeiras na poesia de Bernardo Élis. **Revista Territorial**, Volume 12, nº 1, 2023. DOI: <https://doi.org/10.31668/rt.v12i01>.

ALENTEJANO, Paulo Roberto; ROCHA-LEÃO, Otávio. Trabalho de campo: uma ferramenta essencial para os geógrafos ou um instrumento banalizado? **Revista Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 84, 2006. p. 51 – 67.

ALMEIDA, M. G. Em busca da poética do Sertão: Um estudo das representações. *In*: ALMEIDA, M. G.; *In*: RATTIS, A. J. P. (Org.). **Geografia: leituras culturais**. Goiânia. Alternativa, 2003.

ALMEIDA, M. G. Diversidades paisagísticas e identidades territoriais e culturais no Brasil sertanejo. *In*: ALMEIDA, MG de; CHAVEIRO, E. F; BRAGA, H. C. (Org.). **Geografia e cultura: os lugares da vida e a vida dos lugares**. Goiânia: Ed. Vieira, 2008.

ALMEIDA, M. G. Dilemas territoriais e Identitários em Sítio Patrimônializados: Os Kalunga de Goiás. *In*: PELÁ, M.; CASTILHO, D. (Org.). **Cerrados: Perspectivas e Olhares**. Editora Vieira, 2010.

ALMEIDA, M.G. Territórios e Identidades dos Kalunga de Goiás. *In*: ALMEIDA, M.G. **Território e a Comunidade Kalunga: quilombolas em diversos olhares**. Goiânia: Gráfica UFG, 2015.

ALMEIDA, M.G. Comunidades tradicionais quilombolas do nordeste goiano: os quintais como expressões territoriais. **Confins** – Revista Franco-Brasileira de Geografia, nº 29, Ed. 29, 2016.

ALMEIDA, S. L. de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ANDRADE, C. D. **A rosa do povo**. Ed. Record, 5ª ed., 1989.

ANJOS, R. S. A. Geografia, cartografia e o Brasil africano: algumas representações. **Revista do Departamento de Geografia**, (spe), 332-350. <https://doi.org/10.11606/rdg.v0i0.542> , 2014.

ANJOS, R. S. A. **Territorialidade Quilombola** – Fotos e Mapas. Mapas Editora e Consultora. Brasília, 2011.

ANTÔNIO FILHO, F.D. “A Propósito da Palavra ‘Sertão’”. I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico. Rio Claro: IGCE/UNESP/RC, p. 15-17, 1999.

- ARROYO, M. G. **Currículo, território em disputa**. Petrópolis, RJ. ED. Vozes, 2011.
- ARRUTI, José Maurício. Notas sobre as iniciativas federais em educação no contexto das políticas públicas para quilombos. *In: Educação escolar quilombola: pilões, peneiras e conhecimento escolar*. Curitiba: SEED/PR, 101 p. (Cadernos temáticos da diversidade). 2010.
- AUGÉ, M. **Não-lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução de Maria Lúcia Pereira. 7ª ed. São Paulo: Papirus, 1994.
- BAIOCCHI. M.N. **Negros do Cedro**: Estudo antropológico de um Bairro Rural de Negros em Goiás. São Paulo: Ática, 1983.
- BAIOCCHI. M.N. Relatório técnico Científico para demarcação do Sítio Histórico – UFG, 1990.
- BAIOCCHI. M.N. **Kalunga**: Povo da Terra. Brasília: Ministério da Justiça, secretaria de Estados dos Direitos Humanos, 1999.
- BAIOCCHI. M.N. Kalunga: a terra sagrada. **Revista Faculdade de Direito**. UFG, v. 19/20, n 1, p. 107-120. Jan/ dez. 1995/96.
- BARONAS, R. L. **Formação discursiva e discurso em Foucault e em Pêcheux**: notas de leitura e discussão. V Seminário de estudos em análise do discurso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- BASTIDE, Roger. **A propósito do Teatro Experimental do Negro**. São Paulo, Anhembi, n. 9, v. 3, p.541-544, 1951.
- BATISTA, P. C. **O quilombismo em espaços urbanos – 130 anos após a abolição**. Extraprensa, São Paulo, v. 12. N. esp. P. 397-416, IV SICCAL, 2019.
- BATISTA, W. V. **Palavras sobre uma historiadora transatlântica**: estudo da trajetória intelectual de Maria Beatriz Nascimento. Tese de doutorado, Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Salvador, 2016.
- BARROSO, G. **A origem da palavra Sertão**. Boletim Geográfico. Rio de Janeiro: IBGE, V(52): 401-403, junho, 1947.
- BIGARELLA, J. J.; MOUSINHO, M. R.; SILVA, J. X.. Pediplanos, pedimentos e seus depósitos correlativos no Brasil. **Espaço Aberto**. Programa de Pós-Graduação em Geografia. UFRJ. V.6, nº 2, p. 165-196. 2016.
- BISPO, J. C. **O ensino de filosofia na perspectiva da Afroperspectividade**. Dissertação de mestrado. Mestrado Profissional em Filosofia – PROF-FILO. Universidade Federal do Pernambuco, 2021.
- BOSI, Alfredo. **Narrativas e resistência**. USP, 1996.

BORGES, Maristela Correa. O lugar da vida Comunidade e Comunidade Tradicional. In: Campo-Território: **Revista de Geografia Agrária**. Edição especial do XXI ENGA-2012, p. 1-23, p. 2-20, 2014.

BOTELHO, D. Inclusão educacional e população negra brasileira. **Salto para o Futuro (Educação Quilombola)**. **Boletim 10**, Tv Escola, junho de 2007.

BOSI, E. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A comunidade tradicional. In: UDRY, Consolación & EIDT, Jane Simoni (Orgs.) **Conhecimento tradicional**: conceitos e marco legal. Brasília: EMBRAPA, pp. 21-101 (Coleção Povos e Comunidades tradicionais, vol. 1), 2015.

BRANDÃO, C. R. **A comunidade tradicional**, 1997.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; LEAL, Alessandra. Comunidade tradicional: conviver, criar, resistir. **Revista da ANPEGE**, [S.l.], v. 8, n. 09, p. 73-91, jul. 2017. ISSN 1679-768X. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6518/3510>. Acesso em: 21 nov. 2021.

BRASIL. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, 2009**. Acesso em setembro de 2023.

BRASIL. **Fundação Cultural Palmares**. Acesso em setembro de 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Acesso em 22 de junho de 2023.

BRASIL. **Casa Civil/ Diário Oficial**. Acesso em janeiro de 2023.

BRASIL. **Supremo Tribunal da Justiça**. Acesso em janeiro de 2023.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Divisão Regional do Brasil, 2017. Acesso em: agosto, 2022.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)**. Censo, 2021. Acesso em agosto, 2022.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)/ Cidades**, 2021. Acesso em agosto, 2022.

BRASIL. **Empresa Brasil de Comunicação (EBC)**, 2014. Acesso em fevereiro de 2021.

BRASIL. **Ministério da Educação, 2012. Parecer CNE/CEB16/2012**. Acesso em setembro, 2023.

BRASIL. **Ministério da Educação, 2012. Resolução CNE/CEB08/2012**. Acesso em setembro, 2023.

BOURDIEU, P. **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, Ed. 16^a, 2015 [1998].

CAMPOS, L. R. **Do quilombo à universidade: trajetórias, relatos, representações e desafios de estudantes quilombolas da Universidade do Pará – Campus Belém quanto à permanência**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará. Belém, 2016.

CARDOSO, L. **O branco ante a rebeldia do desejo: um estudo sobre o pesquisador branco que possui o negro como objeto científico tradicional**. Tese de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista Júlio Mesquita Filho. Araraquara, SP. 2014.

CARNEIRO, Edison. Singularidades dos Quilombos. In: Clovis Moura. (Org.). **Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil**. Maceió: ADUFAL, p. 11-21, 2001.

CARLOS, A. **O lugar no do mundo**. São Paulo: Hucitec, 1996.

CASTRO-GOMÉZ, S. **Michel Foucault y la colonialidad del poder**. Tabula Rasa (Bogotá), n.6, jan-jun 2007.

CASTRO-GOMÉZ, S. **Los Avatares de la crítica decolonial**. Entrevista concedida ao grupo de estudos sobre colonialidade. 2012.

CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, D. **Dicionário de Análise do discurso**. Coordenação da tradução de Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto, 555 p, 2004.

CHAVEIRO, E. F. A paixão do método. **Revista Mutirão**. Vol. 1, Nº3. Folhetim de Geografias Agrárias do Sul. 2020.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

CLAVAL, P. **História da geografia**. Lisboa: Edições 70, 142 p. 2006.

COELHO, R. R.; SANTOS, V.C.; FILHO, P.P. **A relação entre os festejos de Santos e os ciclos produtivos na comunidade quilombola Kalunga em Goiás**. 2014.

CORRÊA, R. L. **Região e Organização Espacial**. São Paulo (SP): Editora Ática, 1986.

COSTA, V. S. **A luta pelo território: histórias e memórias do povo Kalunga**. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura em Educação do Campo. Universidade de Brasília, 2013.

CORRÊA, R.L. **Sobre a geografia cultural**. Instituto de História e Geografia do Rio Grande do Sul, 2009.

CRUZ, V. C. **Lutas sociais, reconfigurações identitárias e estratégias de reapropriação social do território na Amazônia**. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense. 2011.

CUNHA, A. F. **O Calendário agrícola na Comunidade Kalunga Vão de Almas: uma proposição a partir das práticas de manejo da mandioca**. Dissertação de Mestrado Profissional

do Programa em Pós-Graduação em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais. Universidade de Brasília. Planaltina, 2018.

CUNHA, A. F. A pedagogia Kalunga: saberes e fazeres. In: ALMEIDA, M. Z. C. M.; BALDINO, J. M.; LEITE, M. E. T. B.; *et al.* (Org): Educação em diferentes espaços sociais. Editora Folheando. Belém, 2020.

DARDEL, Éric. **O homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. Tradução Werther Holzer. São Paulo: Perspectiva. 2011.

DIAS, J. E.; LAUREANO, L. C. **Corpo-Território**: Mulher Kalunga. Articulação Pacari, Cavalcante, 2019.

DIAS, V. F. **Terra versus território**: Uma análise jurídica dos conflitos agrários internos na comunidade Quilombola Kalunga de Goiás. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Direito Agrário – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2019.

DIB, André. SerTão Kalunga. 1. ed 112 p. Brasília, DF, Cononário, 2018. Disponível em: <https://www.andredib.com.br/imagens/publicacoes/arquivos/sertao-kalunga-redux.pdf>. Acesso: agosto/ 2022.

DU BOIS, W. E. B. As almas do povo negro. Tradução e notas – José Luiz Pereira da Costa. Veneta, 2021 [1903/1930].

DUSSEL, E. Para una ética de la liberación latinoamericana – Tomo 1. México, DF: Siglo XXI Ed., 2017.

EGAS, O. M. B. A fotografia na pesquisa em educação. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, Araraquara, v. 13, n 3, p. 953 – 966, 2018.

ESCOBAR, A. **Territories of difference**: Place, movements, life, redes, Durham: Duke University Press. 2008.

FANON, F. **Os Condenados da Terra**. Tradução: Ligia Fonseca Ferreira. 1ª edição. Ed. Zahar, 2022.

FANON, F. **Pele Negra Máscaras Brancas**. Salvador: Edufba, 2008.

FERNANDES, A. D. “Malícia, Ingenuidade ou Ignorância”: Abdias do Nascimento e a crítica da consciência histórica. **Revista Teoria da História**. Universidade Federal de Goiás, v. 2, 2019.

FERREIRA, Amanda C. **Escrevivências, as lembranças afrofemininas como um lugar da memória afro-brasileira**: Carolina Maria de Jesus, Conceição Evaristo e Geni Guimarães. Dissertação (Mestrado em Letras). Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2013. Disponível em: www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/ECAP-95BHKT/disserta_o_amanda_crispim_ferreira.pdf?sequence=1. Acesso em agosto de 2022.

FIABANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão**: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532 – 2004). São Paulo: Expressão Popular, 432p. 2012.

FLORESTAN, F. Significado do Protesto Negro. Expressão Popular, 1ª edição. 2017.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1986.

FONSECA, D. José. Protagonismo quilombola: seus sujeitos e seus saberes influenciando a educação. *Rev. Comunic [online]*. 2014, vol.21, n.1, pp.107-119. ISSN 2238-121X. <https://doi.org/10.15600/2238-121X/comunicacoes.v21n1p107-119>.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**, 17ª Ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança**: reencontro com a Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, Ed. 11ª, 1992.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: Saberes necessários à prática educativa. Editora Paz e Terra. 2010.

FREIRE, Paulo. **Conscientização**: É possível, urgente e necessário mudar a ordem das coisas. Editora Cortez, 1ª Ed. 2018.

GALLOIS, D. T. **Terras ocupadas? Territórios? Territorialidades? Terras Indígenas & Unidades de Conservação da natureza**: o desafio das sobreposições. (Org.) Fany Ricardo. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2004.

GATTI, B. A. A construção da pesquisa em educação no Brasil. Brasília: Plano Editora, 2002.

GEIGER, P. P. Des-territorialização e espacialização. *In*: SANTOS, M.; SOUZA, M. A. A. DE.; SILVEIRA, M. L. (Org.) **Território – Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, P. 233 – 246. 1996.

GIORDANI, A. C. Reverberações das fronteiras entre a Geografia e a Educação. *In*: LIMONAD, Ester, BARBOSA, Jorge Luiz (orgs.) et al. **Geografias, Reflexões Conceituais, Leituras da Ciência Geográfica, Estudos Geográficos**. São Paulo: Editora Max Limonad, 2020.

GOMES, N. L. O movimento negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos. *In*: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica, p. 223-246. 2019.

GOMES, N. L. **Educação, Identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. Educação e Pesquisa, v. 29, n.1, Universidade de São Paulo, 2003.

GOMES, V. Organização social e festas como veículo de educação não-formal. **Salto para o Futuro (Educação Quilombola)**. *Boletim 10*, Tv Escola, junho de 2007.

GONÇALVES, Ricardo J. de A. F. **Mineração e o cercamento das águas do Cerrado**. Disponível em <https://midianinja.org/campanhacerrado/mineracao-e-o-cercamento-das-aguas-do-cerrado/>, acesso 14 de junho de 2022.

GONÇALVES, Ricardo J. de A. F. Mineração e fratura territorial do Cerrado em Goiás. **Élisée** – Revista de Geografia da Universidade Estadual de Goiás. V. 9, nº 2. 2020.

GONÇALVES, C. W. P. **Geografias: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidad**. México: Siglo Veintiuno, 2001.

GROSGOUEL, R. **Hacia un pluri-versalismo transmoderno decolonial**, Tabula Rasa, n. 9, 2008a, p. 199-215.

GROSGOUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. IN: SANTOS, Boaventura de Souza & MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

GUARNIERI, F. V.; MELO-SILVA, L. L. **Ações afirmativas na educação superior: rumos da discussão nos últimos cinco anos**. Psicologia e Sociedade, 2007. Disponível em Scielo - <https://doi.org/10.1590/S0102-71822007000200010>. Acesso em agosto de 2022.

HAESBAERT, Rogério. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói, Rio de Janeiro: EDUFF, 1997.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HAESBAERT, Rogério. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/ de (s) colonial na América Latina**. Buenos Aires, Clacso, 2021.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina, 2005. Anais. São Paulo/SP, Universidade de São Paulo-USP, 2005. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal10/Teoriaymetodo/Conceptuales/19.pdf> f>. Acesso em: 20 de agosto de 2022.

HARVEY, David. **A loucura da razão capitalista: Marx e o capital no século XXI**. Tradução de Artur Renzo. São Paulo: Boitempo, 2018.

HEIDRICH, A. L. Territorialidades de inclusão e exclusão social. In: REGO, N.; MOLL, J.; AIGNER, C. (org.) **Saberes e práticas na construção de sujeitos e espaços sociais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 21-44.

HEIDRICH, A. L. Conflitos territoriais na estratégia de preservação da natureza. (org.) SAQUET, M.A.; SPOSITO, Eliseu Savério. In: **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1 ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de PósGraduação em Geografia, p.271-290, 2008.

HEIDRICH, A. L. **Vínculos territoriais** – discussão teórico metodológica para o estudo das territorialidades locais. *GEOgraphia*. Niterói, Universidade Federal Fluminense, vol.19, n o 39, jan./abr., p.29-40. Doi: <https://doi.org/10.22409/geographia.v19i39.1053> . 2017.

HURTADO, L. M.; PORTO-GONÇALVES, C. W. Resistir y re-existir. *GEOfrafia*, v. 24, nº 53, 2022.

KATUTA, A. M. Mercantilização e financeirização da educação brasileira: a proposta neoliberal, o apagão pedagógico global (APG) e as r-existências. *Revista Geografia*. V. 44, n. 1, 2019.

LACOSTE, Y. **A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer guerra**. Tradução de Maria Cecília França. 14ª edição. São Paulo: Papirus, p. 263, 2008.

LEFEBVRE, H. **La Production de l’Espace**. Paris: Anthropos. 1986.

LIMA, P. G. Ações Afirmativas e a universidade no Brasil. *Revista Histedrs* [online], Campinas, nº 39, p. 267 – 285, 2010.

LIMA, L. N. M. **Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga**: A emergência da identidade étnica Kalunga pelos direitos fundiários. III Congresso Internacional de História da UFG/ Jataí: História e Diversidade Cultural. UFJ, 2012.

LIRA, E. R.; NETO, O. B. R. O território e a identidade Quilombola: o caso da comunidade afrodescendente Mata Grande no município de Monte do Carmo – TO. *Revista Produção Acadêmica* – Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários/ NURBA. Vol. 2, nº, 2016 – p. 36 – 56.

LOIZOS, Peter. Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa. *In*: BAUER, Martin; GASKELL, George. (Editores). Tradução de Pedrinho Guareschi. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. 7. ed. Petrópolis: Vozes. p. 137 – 150, , 2008.

LOPES, A. L. Kalunga, escola e identidade – experiências inovadoras de educação nos quilombolas. **Salto para o Futuro (Educação Quilombola)**. *Boletim 10*, Tv Escola, junho de 2007.

LOPES, N. **Enciclopédia brasileira da diáspora Africana**. 4ª Edição – Selo Negro, São Paulo, 2011.

LOPES, V. M. Etnogeomorfologia e paisagem. *Revista de Geociências do Nordeste*, [S. l.], v. 2, p. 212–220, 2016. DOI: 10.21680/2447-3359.2016v2n0ID10443. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/revistadoregne/article/view/10443>. Acesso em: 5 set. 2023.

MALAFAIA, E. D. S. **A importância da representatividade negra na construção de identificação em crianças negras a partir da literatura infanto-juvenil negra**. X Congresso brasileiro de pesquisadores negros. (Re) existência intelectual negra e ancestral. Uberlândia, 2018.

MALDONADO, C. O turismo rural comunitário na América Latina: gêneses, características e políticas. In: BARTHOLO, R.; SANZOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.). **Turismo de base comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Letra e Imagem. 2009.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de um concepto. In: CASTRO- GOMÉZ, S.; GROSFUGUEL, R. **El giro decolonial: reflexiones para uma diversidade epistémica más allá del capitalismo global**. Bogotá: Sigilo del Hombre Editores; Universidad Central, Instituto de Estudios Sociales. 2007.

MARIÁTEGUI, J. C. **Ideologia e Política** – 13 teses. Archivo Chile: História Político Social – Movimento Popular. Centro de Estudios Miguel Henríquez. Biblioteca Amauta, Lima, Peru., https://www.archivochile.com/Ideas_Autores/mariategui_jc/s/Tomo13.pdf. 1952.

MARIN-VADEL, R. Territórios de las Metodologías Artísticas de Investigación com un fotoensayo a partir de Buñuel. In: MARIN VIADEL, R.; RÓLDAN, J. **Metodologías Artísticas de Investigación em Educación**. Málaga, Espanha: Ediciones Aljibe, 2012.

MARIN-VADEL, R. Las teorías educativas también se hacen com imágenes: pesquisa baseada em artes visuais. **Anais**. II Seminário Internacional: formação de educadores em arte e pedagogia. Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo: Terracota, 2016.

MARAFON, Gláucio José. O trabalho de campo como um instrumento de trabalho para o investigador em geografia agrária. In: RAMIRES, Júlio César de L.; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, p. 381 – 390. 2009

MARTINS, José de S. **Sociologia da fotografia e da imagem**. São Paulo: Contexto, 2009.

MARTINELLI, Bruno Marangoni. **O INPA e os povos e comunidades tradicionais: aproximações sobre o fazer científico e reflexões sobre uma virada ontoepistemológica**. 2020, Tese, f. 248. (Doutorado em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional) – Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares (CEAM) da Universidade de Brasília, 2020.

MARTINS, J. S. **Caminhada no chão da noite: emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo**. São Paulo: HUCITEC, 1989.

MARTUCCI, E. M. Estudo de caso etnográfico. **Revista de biblioteconomia de Brasília**, v. 25, n. 2, p. 167 – 180, 2001.

MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2014.

MEDEIROS, L. M.; VIEIRO, J. **Princípios e concepções da educação do campo**. Universidade Federal de Santa Maria. 1ª edição. UAB/ NTE/ UFSM, 2018.

MENEZES, V. S. Das vidas vividas às vidas contadas: o método (auto)biográfico na formação docente em Geografia. In: **Revista Metodologias e Aprendizado** – Blumenau, v. 4, p. 266-273, 2021.

MENDES, Estevane de P. P.; PESSÔA, Vera Lúcia S. Técnicas de investigação e estudos agrários: entrevistas, registros de observações e aplicação de roteiros de entrevistas. In: MIGNOLO, Walter D. **Desobediência-epistêmica: a opção descolonial e o significado de**

identidade em política. Tradução: Ângela Lopes Norte. **Cadernos de Letras da Universidade Federal Fluminense** – Dossiê: Literatura, língua e identidade, nº 34, p. 287-324, 2008.

MIRANDA, Edna L.; FIÚZA, Ana L. C. Movimentos sociais rurais no Brasil: o estado da arte. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, 2017.

MOREIRA, Ruy. **Para onde vai o pensamento geográfico?** Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006.

MOURA, C. **Rebeliões da Senzala: Quilombos, Insurreições, Guerrilhas**. 3º ed. São Paulo: LECH, 1981.

MOURA, C. Escravismo, Colonialismo, Imperialismo e Racismo. **Revista Afro-Ásia**, nº14, 1983.

MOURA, C. **Os quilombos e a rebelião negra**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

MOURA, C. **História do Negro no Brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1992.

MOURA, C. **Quilombos: Resistência ao escravismo**. Editora Ática. Série Princípios, 3ª edição, 1993.

MOURA, C. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo, Anita, 1994.

MOURA, C. A quilombagem como expressão de protesto radical. In: MOURA, Clóvis (Org.). **Os quilombos na dinâmica social do Brasil**. Maceió: EDUFAL, 2001.

MOURA; A. F.; LIMA Maria Glória. A Reinvenção Da Roda: Roda De Conversa: Um Instrumento Metodológico Possível. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa, v.23, n.1, p. 98-106, jan.-jun. 2014.

MOURA, G. **Ritmo e Ancestralidade na força dos tambores negros: o currículo invisível da festa**. Tese de doutorado. São Paulo: USP, 1997.

MOURA, G. **Uma história do povo Kalunga**. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental, MEC/SEF, 2001.

MOURA, G. Quilombos: conceito. **Salto para o Futuro (Educação Quilombola)**. Boletim 10, Tv Escola, junho de 2007.

MOURA, G. A educação e as comunidades remanescentes de quilombos. In: **Revista Palmares em Ação**, Brasília, Ano I, n. 1, 2002.

MOORE, Carlos. Prefácio: Abdias do Nascimento e o surgimento de um pan-africanismo contemporâneo global. Pag 17-32, in: **O Brasil na Mira do Pan-africanismo**. Salvador: EDUFBA: CEAQ, 344 p. 2002.

MUNANGA, K. Povo Negro. **Revista USP**, nº 28. P. 56-63, 1996.

MUNANGA, K. Origem e história dos quilombos em África. In. Clovis Moura. (Org.). **Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil**. Ed. ADUFAL. Maceió, p. 21-35. 2001.

MUZZOLON, R. **Análise Histórico Documental das Relações de aquisição e alienação de escravos, no final do século XIX, no município de Cavalcante (GO)**. Trabalho de Conclusão de Curso de Especialização (*Lato Sensu*) em Gestão Pública Municipal. Universidade de Brasília, 2019.

NASCIMENTO, A. **O quilombismo**. Petrópolis: Vozes, 1980.

NASCIMENTO, A. **O Quilombismo**. São Paulo: Editora Perspectiva, Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

NASCIMENTO, A. ALMADA, Sandra. **Retrato do Brasil Negro**, São Paulo, Selo Negro. Coordenadora Vera Lucia. 163 p. 2009.

NASCIMENTO, A. **O Brasil na mira do pan-africanismo/** Abdias do Nascimento, 2 ed, das obras O Genocídio do negro brasileiro e Sitiado em Lagos. Salvador: EDUFBA: CEAO, 344 p., 2002.

NASCIMENTO, A. **O genocídio do negro brasileiro: Processo de um racismo mascarado**. Editora Perspectiva, 2016.

NASCIMENTO, M. B. O conceito de quilombo e resistência cultural negra. In: NASCIMENTO, M. B. (Org). O quilombo Jaragua. **Revista de Cul-tura Vozes**, Petrópolis, nº 3, 1979.

NASCIMENTO, M. B. My internal blackness. **Journal Village Voice**, Nova Iorque, 1982a.

NASCIMENTO, M. B. **Kilombo e memória comunitária: um estudo de caso**. Rio de Janeiro, Estudos AfroAsiáticos 6-7, p. 259-265. 1982b.

NASCIMENTO, M. B. **Quilombola e Intelectual: Possibilidades nos dias da destruição**. Editora Filhos da África, 2018.

NGOENHA, S. E. **Os tempos da filosofia: filosofia e democracia moçambicana**. Maputo. Imprensa Universitária, 2004.

NOGUERA, Renato. *O Ensino de Filosofia e a Lei 10.639*. Rio de Janeiro: CEAP, 2011.

NUNES, T. S. Pan-Africanismo e libertação. A luta anti-colonial de Abdias do Nascimento. **Revista Idealogando**. Revista Científica/ Revista de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pernambuco, v. 2, n. 1, p. 221- 226, 2018.

OLIVEIRA, L. S. O Quilombismo: uma expressão da história da filosofia política afroperspectividade. **Problemata: R. Intern. Fil. V. 10, nº2, P. 128 – 146**. 2019.

OYEWUMI, O. **La Invención de las Mujeres: una perspectiva africana sobre los discursos occidentales del género**. Bogotá: Editora En la frontera, 2017.

PAES, C. F. Alex Atala registra marca da baunilha do Cerrado, alimento tradicional dos quilombolas. **De olho nos ruralistas**: Observatório do agronegócio no Brasil. 17/07/2019. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2019/07/17/instituto-de-alex-atala-registra-marcas-da-baunilha-do-cerrado-alimento-tradicional-dos-quilombolas/> . Acesso em 20 de agosto 2022.

PALACIN, S. **A primeira Revolução de Boa Vista** (1892-1895) In: O coronelismo no extremo norte de Goiás. São Paulo. Loyola. p. 37-46, 1990.

PALACÍN, Luiz. **O século do ouro em Goiás: 1722-1822**: estrutura e conjuntura numa capitania de Minas. – 4 ed. – Goiânia: Ed. UCG, 1994.

PALACÍN, L.; GARCIA, L.; AMADO, J. **História de Goiás em documentos (I - Colônia)**. Goiânia: EdUFG, 1995.

PASSINI, E. Y. Lendo os Mapas: a necessidade da alfabetização cartográfica da criança. **Revista AMAE Educando**. N. 254. setembro. p.14-15, 1995.

PESSÔA, V. L. S. **Geografia e pesquisa qualitativa**: um olhar sobre o processo investigativo. 13p. (Texto apresentado no V Encontro de Grupos de Pesquisa – UFSM, Santa Maria, nov. 2009.

PIATTI, C. B.; SILVA, J. S. A mística na Licenciatura em Educação do Campo: imagens, tempo, espaço e experiências. **Revista Imagens da Educação**. V. 11, nº 1, p. 179 – 197. 2021.

PORTO-GONÇALVES, C. W. **Geo-grafias, movimento sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidade**. México, Editorial siglo XXI. 2001.

PORTO-GONÇALVES, C. W. Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/ AbyaYala/ Quilombola. **POLIS Revista Latinoamericana**. Ciências e sociales: desafios y perspectivas. 2015.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. IN: SANTOS, Boaventura de Souza & MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

QUINTILIANO, M. **Redes afro-indígenas afetivas**: uma autoetnografia sobre trajetórias, relações e tensões entre cotistas da pós-graduação stricto sensu e políticas de ações afirmativas na Universidade Federal de Goiás. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2019.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 269 p., 1993.

RAMIRES, J. C. L.; PÊSSOA, V. L. S. **Pesquisas qualitativas**: referências para a pesquisa em geografia. MARAFON, G. J. [et al] (Org.). Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Ed. UERJ, Rio de Janeiro, 2013.

RAMOS, A. **O negro brasileiro**: etnografia religiosa. 1º volume, 2ª edição. Companhia – Editora Nacional. São Paulo, 1940.

RATTS, Alex. **Eu sou atlântica - sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Imprensa Oficial, 2007.

RATTS, A.; GOMES, B. **Todas (as) distâncias**: poemas, aforismos e ensaios de Beatriz Nascimento. Literaturas Brasileiras – Ogums, 2015.

RECLUS, E. **A evolução, a revolução e o ideal anarquista**. Edição Expressão e Arte. 2002.

REIS, M. de N., & ANDRADE, M. F. F. de. **O pensamento decolonial**: análise, desafios e perspectivas. Revista Espaço Acadêmico. 2018.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

RIOS, E. O.; CARNEIRO, V. A. As “Minas dos Goyazes” – Legislação mineral e ambiental (1722 – 1803). **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Iporá, Goiás, v.5, nº1, p. 173-198, 2016.

ROSA, Rosane. Epistemologias do Sul: desafios, teóricos e metodológicos da educomunicação. **Revista do Departamento de Comunicação e Artes da ECA/ USP**, 2020.

SANTOS, Sales A. **Ações Afirmativas e Combate ao Racismo nas Américas**. Ministério da Educação. Editora Eletrônica. Brasília, 2007.

ROSA, R. S. **A produção agrícola na comunidade Kalunga Vão de Almas**: um estudo de caso. Monografia entregue ao curso de Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC). Faculdade UnB de Planaltina (FUP). Universidade de Brasília, 2016.

SACK, R. 1986. **Human Territoriality**: its theory and history. Cambridge: Cambridge University Press.

SALLES, G. V. F. de. **Economia e escravidão na capitania de Goiás**. Goiânia: Centro Editorial e Gráfico da UFG, 1992.

SANTOS, B. S. MENESES, Maria P. (Org.) **Epistemologias do Sul**. Gráfica de Coimbra. Janeiro, 2009.

SANTOS, Joelma Cristina dos; PESSÔA, Vera Lúcia S. A pesquisa de campo nos canaviais do oeste paulista: o universo dos trabalhadores rurais entre a “sua forma de ser” e a exploração do seu “ser”. *In*: RAMIRES, Júlio César de L.; PESSÔA, Vera Lúcia S. (Org.). **Geografia e pesquisa qualitativa**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009. p. 123 – 138.

SANTOS, M. **Da Totalidade ao Lugar**. 1 ed., 3. Reimpr. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, N. R. **Do território quilombola Kalunga à universidade**: minha trajetória sócio-espacial. Monografia entregue ao curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2021.

SANTOS, H. R. Práticas socioetnoculturais e o ensino de matemática na perspectiva da etnomatemática em uma escola quilombola: possibilidades e desafios. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília. Brasília, 2022.

SANTOS, G.; SANTOS, D. S. Epistemologias de reexistência: um diálogo teórico-metodológico entre interseccionalidade e aquilombagem crítica. **Revista brasileira de Educação**, v. 27, 2022.

SAQUET, M. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades**: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial. 2. Ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SAQUET, M. **O conhecimento popular na práxis territorial**: uma possibilidade para trabalhar com as pessoas. AGEI: Geotema, Suplemento, p.5-16, 2019.

SAQUET, M. Dos desenvolvimentos à práxis territorial de libertação como objeto de estudos da geografia. **Revista TERRITORIAL**, V.10, n.1, p. 34-66, 2021a.

SAQUET, M. O território numa perspectiva popular. *In*: MEURER, A. C. *et al.* (Org.). **As categorias e as geografias do século XXI**. São Paulo: FFLCH, p. 152-196. 2021b.

SAQUET, M. Por uma práxis territorial popular: uma perspectiva metodológica in (sub)versiva y decolonial. *In*: ROCHA, A., SAQUET, M.; GRIGNOLI, D. (Org.). **Novos paradigmas e novos modelos de ação**: do global ao local ou do local ao global? Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022.

SILVA, M. J. Quilombo do Brasil Central: século XVIII e XIX (1719 – 1888) – Introdução ao estudo da escravidão. Dissertação de Mestrado. Instituto de Ciências e Letras da Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1998.

SILVA, M. J. **Quilombos do Brasil Central**: violência e resistência escrava. Goiânia: Kelps, 2003.

SILVA, J. M. **A construção de sentidos políticos em livros didáticos de geografia na ótica da análise do discurso**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2006.

SILVA, L. G. Avá Canoeiro: Guardiões do Cerrado do Norte Goiano. **Revista Ateliê Geográfico**, UFG, IESA, 2010.

SILVA, G. M. **Educação com processo de luta política**: A experiência da “educação diferenciada” do território Quilombola de Conceição das Crioulas. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação – Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

SILVA, L. A. L. **Consulta prévia e livre determinação dos povos indígenas e tribais na América Latina**: Re-existir para Co-existir. Tese de doutorado (pós-graduação). Pontifícia universidade católica do Paraná. Escola de Direito da Universidade Católica do Paraná, Direito Socioambiental e Sustentabilidade. 330 fls., Curitiba, 2017.

SILVA, G. M.; SILVA, R. A. A.; ROCHA, V. G. **Educação quilombola: territorialidades, saberes e as lutas por direitos**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

SILVA, G. R. Branquitude acadêmica: poder epistêmico nas universidades brasileiras. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 230, set. 2021.

SILVA, G. M.; SOUZA, B. O. Quilombolas e a luta contra o racismo no contexto da pandemia. **Boletim de Análise Política Institucional**. Nº 26. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). 2021.

SILVÉRIO, V. R. **Síntese da coleção História Geral da África: século XVI ao século XX**/ coord. de Valter Roberto Silvério da Silva e autoria de Marina Corina Rocha e Muryatan Santana Barbosa. Brasília: UNESCO, MEC, UFSCar, 784 p. 2013.

SLENES, R. W. “**Malungo, Ngoma vem!**”: África coberta e descoberta do Brasil **Revista USP** n.12, p. 48-67, 1992.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações** – Investigação sobre sua natureza e suas causas. Vol.1 São Paulo: Abril Cultura, 1996.

SOARES. P. A. **Território Quilombola: Formas de r-existência da comunidade de remanescentes do quilombo de Baía Formosa**. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-graduação em Serviço Social do Departamento de Serviço Social da Puc-Rio. RJ, 2021.

SODRÉ, Muniz. **Pensar nagô**. Rio de Janeiro: Editora vozes, 2017.

SOUZA, N. S. **Torna-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro, Edição Graal, v. 4, 1983.

SOUZA, M. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. *In*: Castro, I. et al. (Orgs.) **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995.

SOUZA, Celina. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

SOUZA, R. M. **O discurso do protagonismo juvenil**. 2006. 349 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

SOUZA, B. O. **Aquilombar-se: Panorama Histórico Identitário e Político do Movimento Quilombola Brasileiro**. Dissertação de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília, UNB, 2008.

SOUZA, A. L. S. **Letramento de reexistência: cultura e identidades no movimento hip hop**. Tese de doutorado. Instituto de Estudos da linguagem da Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2009.

SOUZA, M. J. L. de. **A hora e a vez do pensamento libertário**. Boletim Gaúcho de Geografia, 38: 15-34, maio, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Ed. Bertrand Brasil. Rio de Janeiro, 2013.

SPOSITO, Eliseu.; SAQUET, M. O conceito de território no Brasil: entre o urbano e o rural. **Caderno Prudentino de Geografia**, v.2, n. 38, p. 84-112, 2016.

SVAMPA, M. **Movimientos Sociales, matrices socio-políticas y nuevos escenarios en América Latina**. One World Perspectives no. 1, 2010.

TAVARES, A. A.; JESUS, P. C.; SOUSA, A. L. N.; **Re-existência**: análise de definições conceituais e aplicações. XLII Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural (JICTAC 2020 – Edição Especial, 2021).

TEIXEIRA, C. A. O enfraquecimento das políticas públicas para a agricultura familiar: uma análise do PAA¹³⁴. Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA. Revista NERA, v.26, nº 65, p. 109 – 136, 2023.

TRINDADE, Solano. **Cantares ao meu povo**. São Paulo: Fulgor, 1961.

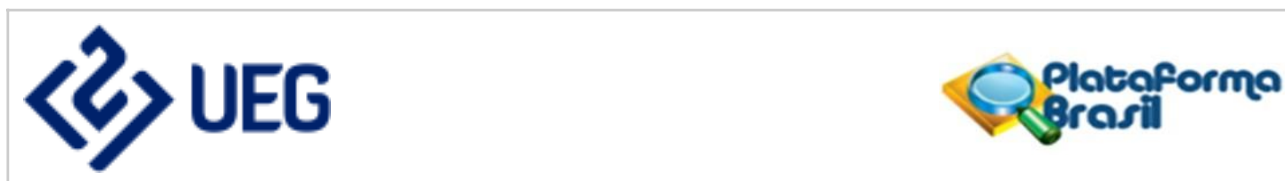
UNGARELLI, D. B. **A comunidade quilombola Kalunga do Engenho II**: Cultura, produção de alimentos e ecologia de saberes. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília, 2009.

VIANNA, O. **Evolução do povo brasileiro**. Ed. Nacional, 4ª edição, São Paulo, 1938.

ZIBETTI, Darcy Walmor. **Teoria tridimensional da função da terra no espaço rural, econômica, social e ecológica**. Curitiba: Juruá. 2005.

¹³⁴ Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).

APÊNDICES



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: QUILOMBOLIZAR: territorialidades de (re) existência e (re) significação do quilombola Kalunga de Cavalcante de 2015 a 2020

Pesquisador: Karla Teixeira de Aguiar Nascimento

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 55303922.0.0000.8113

Instituição Proponente: Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Cora Coralina

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 5.408.238

Apresentação do Projeto:

As informações elencadas nos campos "Apresentação do Projeto", "Objetivo da Pesquisa" e "Avaliação dos Riscos e Benefícios" foram retiradas dos arquivos Informações Básicas da Pesquisa ("PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1885009.pdf", de 25/04/2022) e projeto detalhado ("PROJETO_KALUNGA.pdf", de 14/01/2022).

Desenho:

Falar sobre territorialidades de um povo por meio da ação quilombolizar é remeter às lutas contínuas, desafios do esperar que geram esperança.

Esta esperança ecoou como verbo para muitos que se fortaleceram com a resistência de seus antepassados.

Mesmo depois de 1888, onde se estabeleceu no território brasileiro a Lei nº 3353 que abolia a escravidão, o negro permanece atrelado a "correntes" históricas que desconsideram

comportamentos, saberes, significados, símbolos, entre outros. Fatos estes, distorcidos e contados por quem não os viveu.

A trajetória e a história destes sujeitos em Goiás nos levam para os vãos, regiões longínquas que nestecaso, fazem parte do planalto central, localizam-se na região nordeste do estado; onde se mantiveram isolados e resguardados por pouco tempo, mesmo que por ali o tempo ainda ande devagar. Neste lugar distante, a comunidade de remanescentes se formou. Com pouca influência externaviviam daquilo que a terra e a biodiversidade os ofertava, mas o tempo do capital se aproximou desta comunidade e os fizeram refénsmais uma vez. Agora expostos a um modelo produtivo que os exigia aprimorar seu modo de vida, mudanças foram inevitáveis. (Re) existindo às pressões externas, o Kalunga saiu dos vãos e buscou por novos espaços, (re) significandoinclusive seus saberes e fazeres.

Diante dos fatos, faz-se necessário questionarmos quais espaços sociais ocupam na atualidade o quilombola Kalunga de Cavalcante? Seus novos saberes e fazeres têm contribuído para o fortalecimento da representatividade, economia e política na comunidade? O acesso a educação e o direito de uso da terra contribuíram para a conquista de novas territorialidades? Compreender estas inquietações perpassa pelo acesso ao do território Kalunga, pois na/ pela terra está a luta, o princípio de (re) existência desse povo.

Dessa forma, este ponto apoia-se-á esta pesquisa, pois a truculência fez história e estimulou lutas contínuasque instigaram homens negros e mulheres negras a buscarem por “chaves” que os libertariam e abririam caminho para tantos outros queviriam depois. Este processo de (re) existência precisa ser contato por quem o viveu, dessa forma, esta pesquisa é um lugar de falas que (re)significam o sujeito Kalunga dentro e fora da comunidade quilombola de Cavalcante através de uma análise dos anos de 2015 a 2020. Antes deste período, a invisibilidade fora marcada por tensões principalmente ligadas ao direito de uso do território quilombola, que em setembro de 2014 recebeuo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), o que torna possível a partir daí o processo de quilombolizar os espaços das comunidades e fora delas, pois tiveram acesso a “leis mortas” principalmente vinculadas aeducação através da certificação do território, o que possibilitou visivelmente o protagonismo Kalunga.

Introdução:

Falar sobre territorialidades de um povo por meio da ação quilombolizar é remeter às lutas contínuas, desafios do esperar que geram esperança.

Esta esperança ecoou como verbo para muitos que se fortaleceram com a resistência de seus antepassados. Mesmo depois de 1888, onde se estabeleceu no território brasileiro a Lei nº 3353 que abolia a escravidão, o negro permanece atrelado a “correntes” históricas que desconsideram comportamentos, saberes, significados, símbolos, entre outros. Fatos estes, distorcidos e contados por quem não os viveu. A trajetória e a história destes sujeitos em Goiás nos levam para os vãos, regiões longínquas que neste caso, fazem parte do planalto central, localizam-se na região nordeste do estado; onde se mantiveram isolados e resguardados por pouco tempo, mesmo que por ali o tempo ainda ande devagar.

Neste lugar distante, a comunidade de remanescentes se formou. Com pouca influência externa viviam daquilo que a terra e a biodiversidade os ofertava, mas o tempo do capital se aproximou desta comunidade e os fizeram reféns mais uma vez. Agora expostos a um modelo produtivo que os exigia aprimorar seu modo de vida, mudanças foram inevitáveis. (Re)existindo às pressões externas, o Kalunga saiu dos vãos e buscou por novos espaços, (re) significando inclusive seus saberes e fazeres. Diante dos fatos, faz-se necessário questionarmos quais espaços sociais ocupam na atualidade o quilombola Kalunga de Cavalcante? Seus novos saberes e fazeres têm contribuído para o fortalecimento da representatividade, economia e política na comunidade? O acesso a educação e o direito de uso da terra contribuíram para a conquista de novas territorialidades? Compreender estas inquietações perpassa pelo acesso ao do território Kalunga, pois na/ pela terra está a luta, o princípio de (re)existência desse povo. Dessa forma, este ponto apoia-se a esta pesquisa, pois a truculência fez história e estimulou lutas contínuas que instigaram homens negros e mulheres negras a buscarem por “chaves” que os libertariam e abririam caminho para tantos outros que viriam depois. Este processo de (re) existência precisa ser contado por quem o viveu, dessa forma, esta pesquisa é um lugar de falas que (re) significam o sujeito Kalunga dentro e fora da comunidade quilombola de Cavalcante através de uma análise dos anos de 2015 a 2020. Antes deste período, a invisibilidade fora marcada por tensões principalmente ligadas ao direito de uso do território quilombola, que em setembro de 2014 recebeu do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), o que torna possível a partir daí o processo de quilombolizar os espaços das comunidades e fora delas, pois tiveram acesso a “leis mortas” principalmente vinculadas a educação através da certificação do território, o que possibilitou visivelmente o protagonismo Kalunga. Metodologia de Análise de Dados:

A priori será necessária a realização da pesquisa teórica para sustentação dos conceitos e fenômenos aqui apresentados. Além disso, contar-se-á com a pesquisa documental junto às

instituições de ensino superior de Goiás, Universidade Federal de Goiás (UFG) e Universidade Federal de Jataí (UFJ), além da Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Campus Arraias e Universidade de Brasília (UNB), quem consideramos crucial no processo de quilombolização dos espaços através do curso de Licenciatura em Educação no Campo; assim como as Associações Kalunga, e grupo gestor de Cavalcante (2020 – 2024). Utilizar-se-á ainda de entrevistas; questionários e rodas de conversas. Para o uso destas técnicas considerar-se-á a normativa da Universidade Estadual de Goiás: nº80 de 2020, desse modo, podem ser realizadas de forma remota, levando em consideração que abordar-se-á uma comunidade quilombola, considerados grupos de risco pelo Ministério da Saúde. O levantamento teórico terá a intenção de mapear pesquisas já realizadas sobre o tema. A análise de documentos será realizada a fim de levantar dados (cursos e origem) de estudantes Quilombolas nas Universidades públicas de Goiás, assim produziremos mapas conceituais capazes de ilustrar o fluxo de estudantes dentro e fora das comunidades quilombola Kalunga de Cavalcante. As entrevistas serão essenciais para compor informações históricas e atuais, de narrativas individuais.

Falar sobre territorialidades de um povo por meio da ação quilombolizar é remeter às lutas contínuas, desafios do esperar que geram esperança.

Esta esperança ecoou como verbo para muitos que se fortaleceram com a resistência de seus antepassados. Mesmo depois de 1888, onde se estabeleceu no território brasileiro a Lei nº 3353 que abolia a escravidão, o negro permanece atrelado a “correntes” históricas que desconsideram comportamentos, saberes, significados, símbolos, entre outros. Fatos estes, distorcidos e contados por quem não os viveu. A trajetória e a história destes sujeitos em Goiás nos levam para os vãos, regiões longínquas que neste caso, fazem parte do planalto central, localizam-se na região nordeste do estado; onde se mantiveram isolados e resguardados por pouco tempo, mesmo que por ali o tempo ainda ande devagar. Neste lugar distante, a comunidade de remanescentes se formou. Com pouca influência externa viviam daquilo que a terra e a biodiversidade os ofertava, mas o tempo do capital se aproximou desta comunidade e os fizeram reféns mais uma vez. Agora expostos a um modelo produtivo que os exigia aprimorar seu modo de vida, mudanças foram inevitáveis. (Re) existindo às pressões externas, o Kalunga saiu dos vãos e buscou por novos espaços, (re) significando inclusive seus saberes e fazeres. Diante dos fatos, faz-se necessário questionarmos quais espaços sociais ocupam na atualidade o quilombola Kalunga de Cavalcante? Seus novos saberes e fazeres têm contribuído para o fortalecimento da representatividade, economia e política na comunidade? O acesso a educação e o direito de uso da terra contribuíram para a conquista

de novas territorialidades? Compreender estas inquietações perpassa pelo acesso ao do território Kalunga, pois na/ pela terra está a luta, o princípio de (re)existência desse povo. Dessa forma, este ponto apoia-se-á esta pesquisa, pois a truculência fez história e estimulou lutas contínuas que instigaram homens negros e mulheres negras a buscarem por “chaves” que os libertariam e abririam caminho para tantos outros que viriam depois. Este processo de (re) existência precisa ser contato por quem o viveu, dessa forma, esta pesquisa é um lugar de falas que (re) significam o sujeito Kalunga dentro e fora da comunidade quilombola de Cavalcante através de uma análise dos anos de 2015 a 2020. Antes deste período, a invisibilidade fora marcada por tensões principalmente ligadas ao direito de uso do território quilombola, que em setembro de 2014 recebeu do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), o que torna possível a partir daí o processo de quilombolizar os espaços das comunidades e fora delas, pois tiveram acesso a “leis mortas” principalmente vinculadas a educação através da certificação do território, o que possibilitou visivelmente o protagonismo Kalunga.

Metodologia de Análise de Dados:

A priori será necessária a realização da pesquisa teórica para sustentação dos conceitos e fenômenos aqui apresentados. Além disso, contar-se-á com a pesquisa documental junto às instituições de ensino superior de Goiás, Universidade Federal de Goiás (UFG) e Universidade Federal de Jataí (UFJ), além da Universidade Federal do Tocantins (UFT) – Campus Arraias e Universidade de Brasília (UNB), quem consideramos crucial no processo de quilombolização dos espaços através do curso de Licenciatura em Educação no Campo; assim como as Associações Kalunga, e grupo gestor de Cavalcante (2020 – 2024). Utilizar-se-á ainda de entrevistas; questionários e rodas de conversas. Para o uso destas técnicas considerar-se-á a normativa da Universidade Estadual de Goiás: nº80 de 2020, desse modo, podem ser realizadas de forma remota, levando em consideração que abordar-se-á uma comunidade quilombola, considerados grupos de risco pelo Ministério da Saúde. O levantamento teórico terá a intenção de mapear pesquisas já realizadas sobre o tema. A análise de documentos será realizada a fim de levantar dados (cursos e origem) de estudantes Quilombolas nas Universidades públicas de Goiás, assim produziremos mapas conceituais capazes de ilustrar o fluxo de estudantes dentro e fora das comunidades quilombola Kalunga de Cavalcante. As entrevistas serão essenciais para compor informações históricas e atuais, de narrativas individuais e coletivas. Compreende-se que os sujeitos pesquisados são potenciais narradores de informação da realidade, elementos, e distintas vivências no lugar,

e tem a oralidade como tradição e expressão discursiva enquanto ação social. Nesta perspectiva, se faz necessário estimar os sujeitos participantes, dessa forma pensou –se em entrevistar/ aplicar questionários 50 Kalunga , onde 25 destes estarão vinculadas à alguma das instituição de ensino superior, 10 ligadas a organização das atividades dentro das comunidades Kalunga de Cavalcante e 15 relacionadas às associações que gerem as comunidades e representatividades ancestrais e grupo gestor de Cavalcante (período 2020 à 2024).E as rodas de conversa se darão no âmbito dos estudos de Moura e Lima (p 99, 2014) como:“(…) uma forma de produzir dados em que o pesquisador se insere como sujeito da pesquisa pela participação na conversa e, ao mesmo tempo, produz dados para discussão. É, na verdade, um instrumento que permite a partilha de experiências e o desenvolvimento de reflexões sobre as práticas educativas dos sujeitos, em um processo mediado pela interação com os pares, através de diálogos internos e no silêncio observador e reflexivo”. Desse modo, pretende-se realizar as rodas de conversa com 10 sujeitos presentes nas das comunidades, onde buscar-se-á caracterizar suas formas de (re) significação dos saberes e fazeres através de suas práticas atuais. Todo o processo será fundamental para identificar os atores da pesquisa, assim como discutir a relação do fenômeno quilombolizar e as políticas educacionais que emancipam. É importante ressaltar que a tabulação dos dados contar-se-á com mapas conceituais que tornarão o visível, concebível.

Tamanho da amostra no Brasil: 50

Objetivo da Pesquisa:

OBJETIVO GERAL:

Compreender a relação entre o acesso ao título do território e o processo de quilombolização dos espaços a partir da comunidade quilombola de Cavalcante, através da (re) existência e (re) significação do sujeito Kalunga nos anos de 2015 a 2020.

2.1 OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Explicar o histórico de organização das comunidades quilombolas inseridas no município de Cavalcante –Goiás e suas (re) existências.

Mostrar as lutas e conflitos pela terra a partir de setembro de 2014, onde o território recebeu do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU) e seus desdobramentos.

Identificar a relação do fenômeno quilombolizar e as políticas educacionais que emancipam e criam novas territorialidades para o Kalunga através da (re) significação do sujeito dentro e fora da comunidade

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

O maior risco está na atual situação pandêmica, o campo, mas as técnicas optadas pela prática metodológica também foram pensadas para atender o momento, de forma remota. Benefícios:

Além de ser um projeto que atende as necessidades de um Programa de Pós -Graduação, a proposta tem como intuito contribuir com as demandas levantadas pela própria comunidade, de aproximar aquele que (re)significou os saberes e fazeres Kalungapor meio da educação, esta como ferramenta de (re) existência; da comunidade, fortalecendo a representatividade dentro e fora da comunidade.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

“Verificar item "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

“Verificar item "Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações"

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Em relação as pendências elencadas no Parecer 5.243.287, passe-se a análise dessas mediante a documentação apresentada nessa versão.

1 - Informações básicas:

Critérios de inclusão e exclusão dos participantes, apresentado no TCLE, solicita-se adequação nas Informações Básicas e projeto. PENDÊNCIA ATENDIDA

2 -TCLE

Numeração de páginas no TCLE

Com o objetivo de garantir a integridade do documento, solicita-se inserir os números, bem como a quantidade total de página, como por exemplo, página 1 de x e assim sucessivamente, até a página "X de X". PENDÊNCIA ATENDIDA

3 – Alterar na redação de todos os documentos a palavra “sujeitos” por “participantes”, quando se referirem aos participantes da pesquisa. Apresentar o link de acesso ao TCLE e ao formulário digital para pesquisa remota. PENDÊNCIA ATENDIDA

4 – Instrumentos de Coleta de dados:

Não apresentou os instrumentos de Coleta de Dados: questionários, roteiros de entrevistas. Solicita-se apresenta-lo para análise desse CEP. PENDÊNCIA ATENDIDA

5 – Termos de Anuências – Não apresentou

Solicita-se apresentar os termos de anuência, ou seja, o termo de concordância com a pesquisa proposta. PENDÊNCIA ATENDIDA

Considerações Finais a critério do CEP:

Prezado pesquisador,

Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa – CEP, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS n.º 510, de 2016, na Resolução CNS n.º 466, de 2012, e na Norma Operacional n.º 001, de 2013, do CNS, manifesta-se pela aprovação do protocolo de pesquisa proposto. Reiteramos a importância deste Parecer Consubstanciado e lembramos que os relatórios de pesquisa devem ser enviados semestralmente, comunicando ao CEP a ocorrência de eventos adversos esperados ou não esperados, conforme disposto na Norma Operacional do CNS nº 001/2013. O prazo para a entrega do relatório final, via notificação na Plataforma Brasil, é de até 30 dias após o encerramento da pesquisa.

Continuação do Parecer: 5.408.238

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

ANAPOLIS, 13 de Maio de 2022

Assinado por: MARIA IDELMA VIEIRA DBADIA
(Coordenador(a))

Pesquisa- "Quilombolizar Kalunga (GO): de pesquisados à pesquisadores".**QUESTIONÁRIO FÍSICO**

1. Você consente participar da pesquisa? *

Marcar apenas uma oval.

- Eu consinto participar da pesquisa.
- Não concordo.

2. Qual o seu nome completo/ endereço de e-mail? *

Seu endereço de e-mail é importante para validarmos o seu consentimento e para enviarmos os resultados da pesquisa após o término do estudo.

Questionário

3. Idade:

Marcar apenas uma oval.

- 18 à 22 anos
- 23 à 27 anos
- Acima de 28

4. Sexo:

Marcar apenas uma oval.

- F
- M
- Prefiro não responder

5. Nível de Escolaridade:

Marcar apenas uma oval.

- E.F. Completo
- E.F Incompleto Ensino
- E.M. Completo

- E.M. Incompleto
- Ensino Superior Completo
- Ensino Superior Incompleto

6. O seu vínculo com a comunidade quilombola Kalunga de Cavalcante é:

Marcar apenas uma oval.

- Permanente.
- Temporário (férias).
- Não tenho vínculo.

7. Você sabe em que ano o território quilombola Kalunga recebeu do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU)? Se sim, marque o ano.

Marcar apenas uma oval.

- 2014
- 2016
- 2018
- 2020

8. Conhece algum destes termos: QILOMBISMO, AQUILOMBAR OU QUILOMBOLIZAR?

Marcar apenas uma oval.

9. Você conhece quilombolas de Cavalcante-GO que ocupam diferentes funções na sociedade, quem e onde?

Marcar apenas uma oval.

10. As políticas afirmativas (cotas), assim como cursos (Educação no Campo) e programas como UFG INCLUI contribuem para que o Kalunga ocupe outros espaços fora de sua comunidade?

Marcar apenas uma oval.

11. A representatividade é importante para o fortalecimento do Território

Quilombola Kalunga de Cavalcante?

Marcar apenas uma oval.

12. Podemos associar a educação ao protagonismo Kalunga?

Marcar apenas uma oval.

Pesquisa- "Quilombolizar Kalunga (GO): de pesquisados à pesquisadores".

QUESTIONÁRIO – FORMULÁRIO GOOGLE FORMS

Em parceria com a Associação Quilombo Kalunga, desenvolveu um formulário com o intuito de mapear a comunidade quilombola Kalunga a qual já teve acesso ou está na universidade:

“Com o compromisso de identificar e fortalecer o protagonismo Kalunga, faz-se necessário o mapeamento daqueles/ aquelas que pela universidade passaram e/ ou permanecem para a criação de um banco de dados da Associação Quilombo Kalunga. Feito isso, ações serão pensadas a partir de nossas demandas” (AQK, 2023).

E-mail:

Nome completo:

1. Município de origem: *

Marcar apenas uma oval.

- Cavalcante
- Monte Alegre de Goiás
- Teresina de Goiás

2. Comunidade de Origem: *

Grau de escolaridade: *

Marcar apenas uma oval.

- Graduação incompleto

- Graduação completo
- Mestrado incompleto
- Mestrado completo
- Doutorado incompleto
- Doutorado completo

3. Curso da graduação: *

4. Instituição de Formação: *

5. Ano de formação: *

Marcar apenas uma oval.

- 2008 à 2010
- 2011 à 2013
- 2014 à 2016
- 2017 à 2019
- 2020 à 2023

6. Usou o sistema de cotas? *

SIM
NÃO

7. Teve acesso a bolsa permanência? *

SIM
NÃO

8. Após formação, retornou para o município de origem/ comunidade? *

SIM
NÃO

9. Está trabalhando na sua área de formação? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim, foi fácil me inserir no mercado de trabalho.
- Sim, mas encontrei dificuldade de me inserir no mercado de trabalho.
- Não, pois mesmo graduado/a falta-me experiência.
- Não, por falta de oportunidade atuo em outra área.

**10. Como sua formação pode ou tem fortalecido o Território Quilombo *
Kalunga/ o povo Kalunga?**

Pesquisa- "Quilombolizar Kalunga (GO): de pesquisados à pesquisadores".

ENTREVISTA:

- 1- O QUE É SER KALUNGA PARA VOCÊ?
- 2- COM O TEMPO O SER KALUNGA SOFREU ALTERAÇÕES? QUAIS?
- 3- O QUE TE PERMITE VOLTAR PARA A COMUNIDADE OU PERMANECER NELA ATÉ O ATUAL MOMENTO?
- 4- CONHECE ALGUÉM DA COMUNIDADE QUE ESTUDA EM OUTRO MUNICÍPIO? QUEM?
- 5- QUAL O MAIOR PROBLEMA ENFRENTADO PELAS COMUNIDADES DE CAVALCANTE, NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESCOLAR QUILOMBOLA?
- 6- A EDUCAÇÃO POSSIBILITOU O KALUNGA OCUPAR OUTROS ESPAÇOS NA SOCIEDADE?
- 7- QUAIS OS PRINCIPAIS PROBLEMAS ENFRENTADOS PELO KALUNGA AO SAIR DA COMUNIDADE PARA ESTUDAR NA CIDADE GRANDE?
- 8- CONHECE ALGUÉM QUE SE FORMOU NA UNIVERSIDADE E QUE TEM CONTRIBUIDO PARA COM O FORTALECIMENTO DO TERRITÓRIO KALUNGA ATRAVÉS DE SUA PRÁTICA PROFISSIONAL? DESCREVA:
- 9- TER UM REPRESENTANTE POLÍTICO KALUNGA NA PREFEITURA DE CAVALCANTE FORTALECEU A REPRESENTATIVIDADE QUILOMBOLA NO MUNICÍPIO E FORA DELE?
- 10- O KALUNGA HOJE É PROTAGONISTA DE SUA PRÓPRIA HISTÓRIA?

